

# Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

**Universidades Lusíada**

Fernandes, João Paulo Santos de Castro, 1963-

## **O triângulo Lisboa, Madrid, Washington nos anos decisivos da II Guerra Mundial**

<http://hdl.handle.net/11067/5801>

<https://doi.org/10.34628/jfsk-q753>

### **Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	2020
<b>Editor</b>	Universidade Lusíada
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	no
<b>Coleções</b>	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 02 (Julho-Dezembro 2020)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:12:50Z com informação proveniente do Repositório

# O triângulo Lisboa, Madrid, Washington nos anos decisivos da II Guerra Mundial<sup>1</sup>

*The Lisbon, Madrid, Washington triangle in the decisive years of World War II*

João de Castro Fernandes

Professor da Universidade Lusíada - Lisboa

E-mail: jpcf@lis.ulusiada.pt

DOI: <https://doi.org/10.34628/jfsk-q753>

## Resumo

Este artigo pretende focar, sobretudo, a questão da neutralidade de Portugal na II Guerra Mundial e a sua utilização como um instrumento fundamental na sua política externa bem como a importância daquela ferramenta para as relações peninsulares. Portugal e o seu decisor político enfrentaram o problema da influência do Eixo nas decisões espanholas, quer durante a guerra civil quer após o deflagrar da guerra e, de acordo com as suas alianças e as suas tendências ideológicas, determinavam que só podiam apoiar a Inglaterra, em caso de não conseguir manter a sua neutralidade, assim como a Espanha, tendo em conta os apoios recebidos na guerra civil, só poderia apoiar os países do Eixo, caso não mantivesse a neutralidade.

Este artigo pretende também revelar a forma como os EUA pretenderam envolver as ilhas portuguesas do Atlântico como garantia da sua fronteira de segurança atlântica, sem a prévia autorização de Salazar e a forma como este último se insurgiu contra a política referida da administração Roosevelt, durante o ano de 1941. Finalmente, abordar-se-á a consti-

tuição do Bloco ibérico, que foi estabelecido como política oficial de Espanha em Dezembro de 1942.

**Palavras-chave:** Neutralidade, Portugal, II Guerra Mundial, Política Externa, Salazar.

## Abstract

This article aims to focus on the issue of the neutrality as a key political instrument in the history of peninsular international relations during the II World War. Portugal and its political decision-maker faced the problem of influence of the Axis countries, Spanish allies during the civil war, in the Spanish decision as far as the war declaration is concerned. According to alliances and ideological trends, Portugal could only support England, should it not be neutral in view of the spirit of the Portuguese-British Alliance. In view of its latest support, Spain could only support Rome-Berlin Axis should it not be neutral.

This article also intends to reveal the way in which the United States of America intended to involve the Portuguese Atlantic island to guarantee the defense of the North American Atlantic security border, without the prior authorization of Salazar and the way in which the last rose up against the Roosevelt administration in 1941 and in dissuading allies from succumbing to the temptation of occupying the peninsular territory as preventive action.

Finally, it is also worthy of mention the stances taken before constituting the Iberian bloc whose setting up in December 1942 was, according to international observers at that time, was decided upon the decision was taken under the protection of a minor state or, in view of the geopolitical logics, of a small state.

**Keywords:** Neutrality, Portugal, II World War, Foreign Policy, Salazar.

## Introduzindo a questão...

Quando se completam 80 anos sobre um dos diferendos mais graves que opôs Portugal e os EUA, bem como sobre a Conferência do Atlântico que reuniu, na Terra Nova, Churchill e Roosevelt, revisitamos a polémica que se gerou entre Washington e Lisboa e, posteriormente, entre Washington e Madrid, quer no âmbito da intervenção dos EUA em possessões portuguesas quer no diferendo económico e político que, perigosamente, opôs americanos e espanhóis, pondo naturalmente em causa a neutralidade da Península Ibérica, mas sobretudo de Portugal. A primeira cimeira ibérica, em 1942, acabaria por reafirmar o bloco neutral que se opôs terminantemente a uma política de intervenção que, a acontecer, punha em risco a soberania dos dois países

Em 1941, Roosevelt, recentemente eleito Presidente dos Estados Unidos, assim como alguns dos Senadores norte-americanos do Partido Democrata, assumiram posições oficiais favoráveis à ocupação preventiva das ilhas atlânticas portuguesas, nomeadamente dos Açores e de Cabo Verde, numa tentativa de impedir o controlo do Atlântico-

<sup>1</sup> Este artigo é sustentado na minha tese de Doutoramento em Relações Internacionais, defendida na Universidade Lusíada, em Julho de 2016.

-Sul por parte da Alemanha, mas num claro desrespeito pela soberania de Portugal, da neutralidade, dos seus interesses e objectivos nacionais.

O mal-estar instalou-se nas relações entre os dois países e impediu, pelo menos temporariamente, qualquer concertação nos esforços de americanos e ingleses em contar com a colaboração de Salazar para o esforço de guerra conjunto.

É nem o espectro de possíveis movimentações estratégicas alemãs, no sentido de ocupar posições no mesmo espaço Atlântico, secretamente enquadradas numa operação de guerra designada com o nome de código “Félix”, alterou a posição irredutível assumida por Salazar. O Presidente do Conselho teve, aliás, e mais do que uma vez, a oportunidade de referir que o espírito da aliança luso-britânica não era o mesmo que unia Lisboa e Washington e que dessa forma não se sentia minimamente obrigado a conceder qualquer tipo de facilidades aos americanos e que no espírito do cumprimento estrito da neutralidade não estava nos seus horizontes políticos abrir qualquer excepção, inclusivamente para a própria Grã-Bretanha.

Sentindo-se pressionado por Londres e Washington, já durante o quarto ano da guerra, Salazar decidiu-se por uma participação mais activa e determinante na busca e defesa da neutralidade peninsular. À cimeira ibérica de Sevilha, de Fevereiro de 1942, que tinha colocado frente a frente, e pela primeira vez, Salazar e Franco, seguir-se-ia um período extraordinariamente importante e clarificador: Em Setembro de 1942, Ramón Serrano Suñer era substituído na pasta dos Estrangeiros pelo Conde de Jordana e este, menos sensível às dificuldades que os países do Eixo começavam a sentir, aconselharia Franco a abdicar gradualmente da política de Não-beligerância, mais favorável aos desígnios de Hitler.

A alteração consequente foi adequadamente preparada pelo Embaixador português em Madrid e pelo novo ministro espanhol dos Exteriores que, demonstrando uma abertura negociadora diametralmente oposta à de Serrano, solicitou ao governo português, e nomeadamente ao Presidente do Conselho, uma reunião de trabalho, em Lisboa, para

que a posição dos dois países “aparecesse” reforçada como uma decisão política do futuro “Bloco Ibérico”, na designação utilizada pelo já referido Conde de Jordana, e adoptada, a partir daí, pelos meios diplomáticos e pelos estudiosos espanhóis da história das relações internacionais.

Já no final desse ano de 1942, Salazar e Franco eram informados, pelos aliados, da Operação Torch, ou seja, do desembarque das forças anglo-americanas no norte de África, concretizando-se um dos cenários desenhados por Churchill, e que viria a possibilitar a defesa do Mediterrâneo e do flanco Sul do Atlântico, sem qualquer oposição da Espanha. A partir deste momento terá sido menos problemático para o Presidente do Conselho tomar a decisão de conceder facilidades aos britânicos nos Açores, em 1943, sendo que, durante vários meses, foram incessantes os pedidos de Churchill para que Portugal pudesse, ao abrigo da Aliança, contribuir para um esforço final de guerra, dissipando-se daquele lado qualquer dúvida relativamente à defesa dos territórios portugueses em caso de vir a sofrer qualquer represália.

Serve esta pequena introdução para justificar o detalhe que se pretende emprestar às relações conflituais que se foram registando entre os Estados Unidos, Portugal, a Espanha e a Inglaterra num momento particularmente difícil como foi aquele que mediou entre a capitulação da França, em Junho de 1940 e a Conferência do Atlântico, que juntou, na Terra Nova, Roosevelt e Churchill, em Agosto de 1941 e que, de certa forma, veio trazer alguma luz às intenções de ingleses e norte-americanos, no que concerne à defesa militar do Hemisfério Ocidental bem como a importância de uma política comum de neutralidade entre Portugal e Espanha, que não só impedisse a quebra da neutralidade como ainda dissuadisse os alemães de pressionar Franco para entrar na guerra.

### O conflito entre Lisboa e Washington

*Washington, 6 de Maio de 1941. O Senador da Flórida, Claude Pepper, acaba de defender no Senado dos EUA que os americanos devem avançar militarmente para ocupar os Açores e Cabo Verde, evitando que os alemães se anteci-*

*pem e coloquem em risco a segurança da fronteira ocidental dos EUA.*<sup>2</sup>

De repente, toda a política de neutralidade, laboriosamente preparada e posta em prática por Salazar desde 1939, podia ruir a qualquer momento. Se o impacto do discurso poderá ter sido reduzido nos EUA, em Portugal provocou variadíssimas ondas de choque.

Essas ondas afectaram não só o Presidente do Conselho mas também todos aqueles que, não sendo portugueses, mantinham com ele uma relação institucional, política e pessoal, tal como David Eccles<sup>3</sup> ou o embaixador de Sua Majestade Britânica em Lisboa, Ronald Campbell. Qualquer um destes homens, aos quais podemos juntar o embaixador inglês em Madrid, Samuel Hoare, empenhava-se, quase diariamente, em sustentar a política de neutralidade de Salazar, numa diplomacia assertiva que, variadíssimas vezes, os tinha colocado na mira de fogo do Ministério da Guerra Económica, do *Foreign Office* ou mesmo do Primeiro-ministro inglês.

Mas, para Salazar, esta declaração bem como a que Roosevelt produziria em 27 de Maio seguinte, não seria senão uma confirmação de intenções e políticas, há muito previstas pelo Chefe do Governo. Desde que assumiu tarefas governativas que o Presidente do Conselho mostrou ser um particular crítico do *american way of life*, da sua doutrina económica e, sobretudo, da sua imaturidade política, nomeadamente em matérias que versavam as relações internacionais com a Europa e que, desde a Guerra Civil de Espanha ao episódio de 6 de Maio,

2 DAPE, Dez anos de Política Externa (1936-1947), A Nação Portuguesa e a segunda guerra mundial, XV Vols., Imprensa Nacional de Lisboa, 1961/1993, Vol. VIII, Doc. 1795, Do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 6/05/1941, pp. 387-388

3 David Eccles foi nomeado delegado do Ministério da Guerra Económica para a Península Ibérica durante os anos da II Guerra Mundial. Tornou-se um confesso admirador de Salazar, pela sua inteligência, ainda que criticasse determinadas posições e atitudes. O papel de Eccles na intermediação entre o Governo de Londres e o de Lisboa foi fundamental para que os ingleses respeitassem a neutralidade de Portugal e o papel de Salazar no apoio a Espanha, na lógica da neutralidade. Eccles, David, *By Safe Hand, letters of Sybil & David Eccles 1939-42*, Ed. The Bodley Head, London, 1983

tinham merecido ou uma crítica contundente ou uma solene indiferença.<sup>4</sup>

Quer em discursos públicos, quer em testemunhos pessoais, quer ainda em artigos de opinião ou obras publicadas, se devem interpretar as frases, expressões ou desabafos de Salazar como uma forma concreta de manifestar total desacordo com a forma como os EUA se faziam notar nos areópagos internacionais.

E se já não bastassem as preocupações e consequências que advinham do embargo norte-americano a Espanha, e que duravam desde Setembro de 1940, bem como da proibição de Portugal fornecer um determinado número de bens essenciais aos espanhóis, imposta pela Inglaterra; se já não bastasse que um dos seus principais admiradores e apoiantes, como era Sir Samuel Hoare, defendesse em privado que a Doutrina Monroe deveria ser alargada à Península Ibérica, agora, esta atitude de Claude Pepper vinha dar lastro a todas as críticas que, até então, o Presidente do Conselho tinha lançado às instituições de poder, em Washington.<sup>5</sup>

Entre as mais contundentes estavam as críticas à hipervalorização da economia norte-americana e do Dólar, baseada na propagação dos benefícios do aumento significativo do consumo privado e na ausência de valores morais norteadores dessa mesma política<sup>6</sup>, a crítica à ausência de apoio a Franco ou de reconhecimento do seu regime,

no final da guerra civil<sup>7</sup>, ou a crítica implícita à intenção de Roosevelt atacar os Açores e Cabo Verde, cuja responsabilidade de defesa era exclusiva de Portugal, detentor soberano desses mesmos territórios.<sup>8</sup>

Contrariamente ao Departamento de Estado, Roosevelt tinha ideias muito próprias relativamente à Europa e à defesa do espaço norte-americano. Em primeiro lugar, prescindindo do aconselhamento dos homens de Cordell Hull e preferindo ouvir aqueles que tinha posto na Casa Branca: Harry Hopkins, Harriman e Bill Donovan.<sup>9</sup> Cada um destes homens tinha um papel concreto, e de enorme responsabilidade, quer no aconselhamento quer na execução das ideias de Roosevelt.<sup>10</sup> Em segundo lugar, era preocupante a abordagem que a Casa Branca, o Departamento de Estado e o Pentágono (expressão adoptada para o ministério da Defesa cujo edifício em forma de pentágono começou a ser construído neste ano de 1941) faziam da política europeia, e em concreto das supostas ameaças que recaíam sobre ela, a acreditar nas palavras de George Kennan, que acusava os seus superiores de um desconhecimento gritante sobre a realidade europeia.<sup>11</sup>

Enquanto o *Foreign Office* se tinha organizado num esquema que tinha como base a possibilidade de haver uma guerra, e que esta era vista como “a continuação da política por outros meios,” numa lógica claramente

*clausewitziana*, o *State Department* foi obrigado a aceitar, desde o fim da última guerra, que o isolacionismo continuasse a ser o Alfa e o Omega da política externa e que este princípio os mantinha fora da guerra.<sup>12</sup>

Como Thomas Jefferson, Roosevelt era visto como um defensor de uma política externa onde os EUA jogavam o seu papel de “destino manifesto” e que tinha a esperança que o comportamento dos norte-americanos pudesse ser um exemplo que deveria ser seguido por todo o mundo cristão.<sup>13</sup> A sua compreensão dos escritos de Mahan, e posteriormente de Mackinder, outro dos geopolíticos da chamada geração do *turn-of-century*, confirmava a sua apetência pela visão apologética do papel da América no sistema internacional, contrariando a interpretação continental do Mackinder do início do século<sup>14</sup> e regozijando-se com o Mackinder do início da década de 40<sup>15</sup>, que valorizava a supremacia do novo mundo sobre o velho mundo, disputando palmo-a-palmo a supremacia da Grã-Bretanha sobre a civilização ocidental.<sup>16</sup>

Não era, portanto, de estranhar que, com estes pressupostos, Roosevelt considerasse obsoletas a doutrina do *Balance of Power* e a tese da supremacia europeia que, com a falência do sistema de segurança colectiva, tinham colocado a Europa à porta da guerra.<sup>17</sup> Mesmo não acreditando na eficácia do seu *State Department*, Roosevelt enviou o Subsecretário de Estado, Sumner Welles, à Europa, em Fevereiro de 1940, e através dele tentou saber até que ponto os EUA poderiam servir de árbitros ou moderadores.<sup>18</sup> Particularmente céptico desta forma de fazer política, George Kennan, o “pai do

4 Ainda que se volte a detalhar esta questão nomeiem-se alguns dos mais importantes autores que secundaram e afirmaram a tese da imaturidade política norte-americana: Harper, John Lamberton, *American visions of Europe: Franklin D. Roosevelt, George F. Kennan, and Dean G. Acheson*, Cambridge University Press, Cambridge, 1994, Eccles, David, *By Safe Hand, letters of Sybil & David Eccles 1939-42*, Ed. The Bodley Head, London, 1983, Kennan, George F., *Memoirs, 1925-1950*, Ed. Pantheon Books, New York, 1967 e Wevill, Richard, *Diplomacy, Roger Makins and the Anglo-American Relationship*, Ashgate Publishing Ltd, Farnham, 2014, pp. 35-36

5 Cambridge University Library Templewood Papers - Arquivo Pessoal de Sir Samuel Hoare, Lord Templewood, Box XIII, Files 3.4.6, 7.8.9, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29. Box AC - Files 10 e 11, designado a partir de aqui por ASH, File 21, Doc. 14, Hoare a Eden, 18/01/1941

6 Salazar, Oliveira, *Como se levanta um Estado*, Ed. *Atomic Books, Lisboa 2007*, versão portuguesa de *Comment on relève un État*, Ed. Flammarion, Paris, 1937. Pp. 99-109

7 Salazar, Oliveira - *Discursos e Notas Políticas, Vol. III 1938-43*, Coimbra Ed. Coimbra, 1959, 2ª Edição, p. 150

8 *Idem*, p. 340-344

9 Donovan era o assessor de Roosevelt para as questões de *intelligence*, o futuro responsável (e criador) dos serviços militares de Intelligence (OSS) e posteriormente designados por CIA. Eccles, David, *By safe hand...* ob. cit. p. 283

10 Sherwood, Robert E., *Roosevelt and Hopkins, an Intimate History*, Grosset & Dunlap Eds, New York, 1948, pp. 232 e 269

11 Kennan, George F. *Memoirs*, ob. cit. pgs. 115-116. Welles, entre Fevereiro e Março de 1940, deslocou-se à Europa, para se reunir com Hitler, Mussolini, Chamberlain e Petain, sendo que desta viagem nada de relevante sobreveio, ainda que aos dois primeiros foi proposta uma cimeira, a realizar-se nos Açores, com Roosevelt. Sobre este assunto ver Harper, John Lamberton, *American visions...* ob. cit. pp. 174-179. O Secretário de Estado e o Subsecretário de Estado, apesar dos seus esforços diplomáticos, não faziam qualquer distinção entre a Rússia de Lenine ou a Rússia de Stalin, mantendo sobre aquela uma opinião quase indiferente.

12 Sherwood, Robert E., *Roosevelt and Hopkins...* ob. cit. p. 135

13 Harper, John Lamberton, *American visions...* ob. cit. pp. 57-59

14 Mackinder, Halford J. “The Geographical Pivot of History”, em *The Geographical Journal*, Vol. 23, N° 4, April, 1904, p. 435

15 Weigert, Hans W. *Geopolítica, Generales y Geografos*, Ed. Fondo de Cultura Economica, Ciudad de Mexico, 1942, p. 113

16 Mackinder, Halford J. “The Geographical Pivot...” ob. cit. p. 435

17 Harper, John Lamberton, *American visions...* ob. cit. p. 42

18 *Ibidem*

*Containment*”, nas suas memórias, afirma taxativamente que o Presidente não sabia nada sobre a Europa, muito menos sobre a Alemanha, a Itália ou a Rússia, a qual já não seguia os ditames de Lenine, mas sim de Stalin, o que obviamente não era a mesma coisa.<sup>19</sup>

A incapacidade de ler a política do velho continente ficou ainda bem patente no convite que, em 1938, Roosevelt fez a Hitler para uma cimeira, em qualquer altura, num barco de guerra fundeado no Atlântico ou inclusivamente nos Açores, o que seguramente daria uma “enorme alegria a Salazar”, supomos, ou mais tarde, quando determinou que Welles se deslocasse à Europa, para conversar com os líderes dos quatro grandes estados beligerantes.<sup>20</sup> Particularmente infeliz na forma como abordou alguns dos temas que pudessem ajudar ao esforço de acabar com a guerra, Welles, durante a viagem, chegou a propor a Chamberlain que Hitler permanecesse no poder, e que a Grã-Bretanha devia considerar a cedência de Gibraltar à Itália. Naturalmente Chamberlain reagiu mal à proposta e considerou-a chocante, levando Halifax a comentar que Welles era completamente ingénuo como aliás “[...] seria de esperar de um norte-americano”.<sup>21</sup> Outras das soluções que Roosevelt propunha à Europa, via Welles, eram, no seu entender, bastante “simples”: os ajustes que pudessem ser necessários seriam compensados por compensações na área do comércio e do desarmamento, com este último a ser apoiado por uma força aérea de manutenção da paz internacional. Washington contribuiria no campo das finanças, e oferecia-se para inspeccionar o desmantelamento de instalações de armamento e bem como das armas.<sup>22</sup> Segundo escreve Stanley Hilton, Welles queixou-se que Chamberlain e Halifax se

riram das suas propostas e convidaram-no para participar numa sessão cômica, com os membros do Gabinete de Guerra, liderados por Halifax, que se dispunham a conversar com Welles sobre temas dispersos. Elucidativo.<sup>23</sup> Como se não bastasse, Welles voltou a convidar Mussolini, em nome do Presidente, após a sua última entrevista na Europa, para que se encontrassem os dois, nos Açores, proposta que, naturalmente, o *Duce* recusou.<sup>24</sup>

Apesar do caricato de todas estas situações, fica claro e transparente que os americanos não abriam mão dos Açores, da mesma forma que acusavam, dentro de portas, os ingleses de também não abrirem mão do espaço geopolítico que ia desde Gibraltar a Hong Kong e que, formando uma clara esfera de influência, coincidia com o espaço que Mackinder identifica como a Eurásia ou *inner crescent*.<sup>25</sup> E se, na opinião de John Harper, Roosevelt olhava com desconfiança para este *protocontainment* que os ingleses foram tecendo, a Grã-Bretanha olhava com desconfiança para a estratégia de segurança dos EUA que, para além de não prescindir dos Açores, tão-pouco prescindia de Cabo Verde. Enquanto para Roosevelt os Açores eram a fronteira dos EUA com a Europa, para Churchill o arquipélago era a fronteira da Europa, com os Estados Unidos.

Em Junho de 1940, Roosevelt pediu ao estado-maior naval um estudo concreto sobre a viabilidade e os custos de uma entrada na guerra. Harold Stark, o Chefe do Estado-maior da Marinha apresenta, em 12 de Novembro, ao Subsecretário da Marinha, um estudo, denominado “Dog Plan”, no qual Stark elenca uma série de hipóteses e alternativas, e nas quais recomenda o início imediato de conversações entre o Estado-maior imperial e o *staff* conjunto das forças armadas norte-americanas.

No entanto, o plano é muito claro sobre uma das principais linhas de actuação: a despeito das relações diplomáticas normais com Portugal e da sua ligação à Grã-Breta-

nha, os Açores e Cabo Verde deveriam ser ocupados pela marinha norte-americana. O argumento baseava-se na ideia que a manutenção do império britânico dependia da construção de uma forte zona de segurança inerente aos EUA.<sup>26</sup>

Na Primavera de 1941 Roosevelt decide apoiar os esforços dos ingleses, depois das idas de Hopkins, Averel Harriman e Donovan à Europa e, especificamente, à Grã-Bretanha e à Península. Os primeiros passos foram dados no sentido de permitir que os estaleiros americanos reparassem navios ingleses e que alguns navios, dinamarqueses e do Eixo, apresados pelos americanos, fossem utilizados pelos ingleses.

Posteriormente, o Presidente assinou com o Primeiro-ministro dinamarquês um compromisso, no qual a Gronelândia passava para controle americano durante a guerra e aí pudessem ser construídas bases que ajudassem no controle do hemisfério ocidental, contra ataques alemães.<sup>27</sup> Só que, nesse âmbito, Roosevelt tinha um problema para resolver: a opinião pública e o Congresso eram contra as escoltas, contra a entrada na guerra e contra o envolvimento dos EUA no abastecimento de bens para outros países, dada a enorme pressão dos isolacionistas. Contudo, em 21 de Abril de 1941, Roosevelt decidiu, ao arripio do seu Gabinete de guerra, transferir vasos de guerra do Pacífico para o Atlântico e determinar que a linha de segurança dos EUA, no Atlântico, iria até aos 26° de longitude oeste, englobando a Gronelândia e os Açores, e mandando patrulhas navais para esta área, para detectar navios alemães e denunciá-los aos ingleses.<sup>28</sup> Entretanto, em Maio, Churchill, tinha pedido a Roosevelt que o ajudasse a ocupar os Açores e Cabo Verde antes que a Alemanha o pudesse fazer. Para o Primeiro-Ministro isso iria enfraquecer a capacidade de Hitler pressionar Madrid e Lisboa a entrarem na

19 Kennan, George F., *Memoirs, 1925-1950*, Ed. Pantheon Books, New York, 1967, pgs. 115-116

20 Marks III, Frederick W. “Six between Roosevelt and Hitler: America’s role in the Appeasement of Nazi Germany” em *The Historical Journal*, vol. 28, n° 4, Dec. 1985, pgs. 969-982, pg. 980

21 Hilton, Stanley E. “The Welles Mission to Europe, February-March 1940: Illusion or Realism?” em *Journal of American History* vol. 58, Issue 1, June 1971, pgs. 108

22 *Ibidem*

23 *Ibidem*

24 Marks III, Frederick W., “Six between Roosevelt and Hitler...” ob. cit, pg. 980

25 Mackinder, Halford J. “The Geographical Pivot...” ob. cit, Pg. 435

26 Plan Dog – facsimile do original. Biblioteca Franklin Delano Roosevelt, <http://docs.fdrlibrary.marist.edu/psf/box4/a48b01.html> to <http://docs.fdrlibrary.marist.edu/psf/box4/a48b26.html>

27 Harper, John Lamberton, *American visions...* pg. 42

28 Western Hemisphere Defense Plan No. 2, Conn, Stetson e Fairchild, Byron, *The Framework of...* ob. Cit. pg. 107

guerra. Ainda que os objectivos dos dois líderes não coincidissem na forma de ocupação, as ilhas tinham muito mais valor estratégico para os ingleses do que para os Estados Unidos, já que, se Gibraltar caísse, o arquipélago constituiria para os britânicos uma base naval alternativa, a partir da qual cobriam as rotas de navegação no Atlântico oriental.

O Presidente, como veremos, recusou, alegando que Salazar, há pouco tempo atrás, se tinha recusado a permitir a visita de navios americanos às ilhas atlânticas. Contudo, prometeu a Churchill que poderia alargar mais a área de patrulhamento, para a tornar cada vez mais próxima das ilhas, sendo que o inglês teria que se comprometer a abandonar-las, assim que terminasse o conflito.<sup>29</sup>

Quando julgou oportuno Roosevelt falou ao Congresso na necessidade imperiosa de se apoiar o esforço de guerra inglês e alegou que a capacidade de Hitler para ocupar as zonas estratégicas mais importantes do hemisfério ocidental crescia, à medida que o *führer* venciam noutros palcos da guerra.<sup>30</sup> Contudo, Roosevelt ainda não sentia que houvesse uma unanimidade entre os norte-americanos, quer no Congresso quer na opinião pública, que lhe permitissem uma entrada oficial na guerra ou até a presença de escoltas, ou mesmo a ocupação preempitiva das ilhas portuguesas e, em tempo de guerra, seriam imprevisíveis as reacções às primeiras baixas norte-americanas.<sup>31</sup>

Com o apoio de algumas facções do Senado, Roosevelt conseguiu que, em 6 de Maio, o Senador Claude Pepper, representante dos Democratas na Flórida, pronunciasse um discurso que fosse ao encontro das preocupações do Presidente, e no qual se defendia uma política externa mais agressiva e, sobretudo, mais atenta aos limites geográficos da segurança dos EUA. Neste discurso, Pepper focou mesmo que as ilhas portuguesas dos Açores e Cabo Verde deveriam ser ocupadas. Três semanas mais tarde, o Presi-

dente fez um outro discurso, pela rádio, em 27 de Maio, sobre o mesmo tema, no qual acentuou o risco que constituía, para a segurança dos próprios Estados Unidos, a ocupação alemã de qualquer uma das ilhas do Atlântico-Sul como os Açores e Cabo Verde, ou a cidade de Dakar, no Senegal, ou ainda no Atlântico-norte, como a Islândia ou a Groenlândia.<sup>32</sup>

Para evitar consequências mais graves, e a pedido do embaixador britânico Halifax, o Departamento de Estado concordou em deixar a Grã-Bretanha fazer a primeira abordagem a Salazar, para descobrir o que é que o seu governo propunha fazer, em caso de um ataque alemão, e se ele estaria receptivo à ideia de uma ocupação temporária dos Açores, por forças dos Estados Unidos.<sup>33</sup> Depois das reacções provenientes de Portugal, Roosevelt decide, a 6 de Junho de 1941, desistir da partida dos *Marines* para os Açores, e decide enviá-los para a Islândia.<sup>34</sup> Com essas alterações presentes, o projecto Açores tornou-se um dos temas prioritários na agenda de Churchill e Roosevelt, na cimeira do Atlântico, como referiremos a seguir.<sup>35</sup>

### As incompatibilidades entre Madrid e Washington

Na luta titânica pelo controlo de áreas de influência, assumia particular destaque a relação entre a Espanha, de um lado, e a Inglaterra e os Estados Unidos do outro na transição de 1940 para 1941. Se no caso de Portugal havia, desde há décadas, uma enorme desconfiança de Salazar relativamente aos EUA, no caso espanhol os contornos eram mais dramáticos. A desconfiança, como sabemos, vinha de trás. Na estruturação do seu pensamento isolacionista e democrático, os EUA nunca apoiaram a facção dos sublevados na guerra civil e havia, inclu-

sivamente, um apelo romântico à resistência internacional a Franco e à constituição de brigadas internacionais, sublinhadas e sublimadas por escritores como Hemingway, e que serviam para lançar no descrédito o regime que Franco pretendia impor, ao arripio de projectos internacionalistas como o de Stalin, o de Hitler ou o de Mussolini.

A esta desconfiança respondiam os espanhóis da mesma forma, não perdoando aos americanos o episódio de Cuba, no final do séc. XIX, e o apoio à república, apoiada pela URSS.<sup>36</sup> Com o advento da Guerra Civil, o posicionamento dos EUA, nomeadamente da sua opinião pública e publicada, era francamente inamistoso para com os sublevados, cujo governo, sediado em Burgos, era sistematicamente apelidado de fascista.<sup>37</sup>

Nos primeiros anos da guerra mundial, a representação diplomática americana em Madrid, liderada por Alexander Weddell, não tinha hostilizado o regime, alterando a sua posição apenas em Outubro de 1940, quando Serrano Suñer foi escolhido para Ministro dos Exteriores.<sup>38</sup>

No entretanto, a *real politik* de Washington acabou por vingar e, a partir de 1939, foram envidados esforços para sustentar economicamente a Espanha, com toneladas de ramos de algodão, de petróleo, borracha ou trigo. Confrontada com a vitória de Franco, Washington aceitou secundar a política pro-espanhola da conferência Pan-americana, na qual os EUA se apoiavam, para levar a cabo a sua política de *Boa Vi-*

36 A incompatibilidade, quiçá ódio, remontava ao final do séc. XIX, quando a Espanha se viu envolvida numa guerra com os EUA, Puell de La Villa, Fernando, "Política de Defensa y Política Militar en el Siglo XX", em *Claves de la España del Siglo XX. Estudios*, Valencia, 2001, pgs. 1-24, sobre esta materia ver também Saña, Heleno, *El franquismo sin mitos. Conversaciones con Ramón Serrano Suñer*, Editorial Grijalbo, Barcelona, 1982, pp. 245-249

37 Payne, Stanley G., "Los Estados Unidos y España: Percepciones, Imágenes e Intereses" em *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n.º 25, 2003, 155-167 e Whitaker, John, T., "Prelude to World War: A Witness from Spain", em *Foreign Affairs*, Vol. 21, Oct. 1942, pp. 117-119

38 Tusell, Javier, "Los cuatro ministros de Asuntos Exteriores de Franco durante la Segunda Guerra Mundial", em *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, n.º 7, 1994, p. 332

29 Dallek, Robert, *Franklin D Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945*, Ed. Oxford University Press, New York, 1995, p. 263

30 Gilbert, Martin, *Churchill* ...ob. cit. p. 220

31 Dallek, Robert, *Franklin D Roosevelt and American ...* ob. cit. p. 267

32 Thomás, Joan María, *Roosevelt and Franco during the Second World War: From the Spanish Civil War to Pearl Harbor*, Ed. Palgrave Macmillan, New York, 2008, p. 116

33 *Idem* ob. cit. p. 117

34 Clifford, Lt. Colonel Kenneth J. "The United States Marines in Iceland, 1941-1942" em *Marine Corps Historical Reference Pamphlet*, Washington, 1970, p. 6

35 Gilbert, Martin, *Churchill and America*, Free Press Ed. New York, 2005, p. 233

zinhança, tão acarinhada pelo Secretário de Estado Cordell Hull e, posteriormente, pelo Subsecretário Sumner Welles.<sup>39</sup>

Herbert Feis, um dos homens de Hull, no *State Department*, e autor de estudos importantes sobre as relações entre os EUA e a Espanha, durante a guerra, referia a esse propósito:

“[...] Oil was a universal particle in the stream of Spanish life. It enabled the fishing boats to bring in their catches, the factories to operate, the railroad locomotives to make their runs, the buses to move through the city streets, the trucks to bring food to market.<sup>40</sup>”

Mas o entusiasmo sincero de Madrid pelo Eixo e a sua aparente vontade de alinhar com a coligação na guerra, durante o Verão de 1940, sobretudo com a sua declaração de não-beligerância e a chegada dos alemães aos Pirenéus, desafiou os planos americanos para sustentar a neutralidade espanhola. Tentando elucidar as autoridades norte-americanas sobre o significado da posição de “não-beligerância”, decretada pelo governo de Madrid, o embaixador Weddell fez notar a Washington que, independentemente de estar empenhado em descobrir o significado real da polémica expressão, o seu espaço de manobra estava condicionado, porque as suas instruções estavam indissociável e explicitamente ligadas às exportações americanas, de algodão, petróleo e outros produtos agrícolas, como um garante da neutralidade espanhola.<sup>41</sup>

Acontece, no entanto, que desde Junho de 1940 Washington acumulava queixas

contra a Espanha e contra a forma como os espanhóis contornavam o bloqueio económico inglês com as suas importações americanas, para ajudar os países do Eixo a obter bens que se consideravam essenciais<sup>42</sup>. E se a questão da nacionalização da companhia telefónica IT&T estava aparentemente resolvida, o Embaixador Weddell considerava que Washington poderia aliviar a desconfiança que sentia por Franco e concordar em alargar as quotas espanholas de importação.<sup>43</sup>

Só que, como Herbert Feis nota, Washington tinha recebido informações credíveis, vindas da embaixada americana em Paris, nas quais o embaixador Bullitt denunciava que os petroleiros norte-americanos que transportavam petróleo para Espanha, eram, em parte, desviados para Itália, escapando ao bloqueio imposto pelos ingleses, ao mesmo tempo que o *Board of Trade* compilava dados que provavam que a Espanha, no Verão de 1940, estava a importar muito mais petróleo que as suas necessidades e encomendas anteriores, tudo com a complacência da Texas Oil e do delegado norte-americano da empresa, em Itália.<sup>44</sup> No entanto, à medida que Madrid endurecia o discurso contra a Inglaterra e os EUA, numa estratégia pensada para acompanhar, passo-a-passo, a evolução militar da Alemanha e a evolução política da Itália, Washington seria levado a extremar posições e a pensar num embargo imediato. A denúncia da operação Moro<sup>45</sup>, a chegada dos alemães ao Bidassoa e aos Pirenéus e

o tal desvio de grandes quantidades de petróleo, levou o Secretário de Estado do Tesouro, Morgenthau, a sugerir ao *State Department* um embargo petrolífero aos espanhóis<sup>46</sup>.

Supostamente a decisão não seria difícil de tomar porque, segundo nota Javier Tusell, Cordell Hull não fazia questão de esconder o seu sentimento e a sua antipatia pelos espanhóis e afirmava publicamente em Washington: “[...] nunca fuimos amigos del régimen de Franco y yo lo creía malo para España y para el mundo”.<sup>47</sup>

E ainda que, em Washington, o então embaixador britânico, Lord Lothian, alertasse para o facto de a Grã-Bretanha estar na primeira linha para deter o avanço alemão para a Península, e sofrer as respectivas consequências, a solução que se desenhava no *State Department* passava pela adopção do embargo económico, apesar do quadro negro que Wendell tinha traçado, só atenuado com a assinatura do acordo comercial luso-anglo-espanhol, de 24 de Julho de 1940. Aliás, Weddell não poupou nos adjetivos e informou o Departamento de Estado que a situação económica se agravava de dia para dia, enviando dados que se apoiavam na elaboração de um “gráfico da crise de alimentos da Espanha”. Nessa ordem de ideias propunha um empréstimo de US\$ 100 milhões, convertíveis em trigo, gasolina e algodão.<sup>48</sup>

Sem este bálsamo, e na sua opinião, a Espanha iria gradualmente cair no caos económico e social, estimulando, inclusivamente, revoltas internas que poderiam ameaçar o regime de Franco. Se, pelo contrário, os Estados Unidos prestassem a ajuda requerida, a resistência espanhola ao Eixo seria mais consistente e mais firme.<sup>49</sup> Apesar desta opinião, também ela reforçada pela opinião de Hoare e Pedro Theotónio Pereira, embaixador de Portugal em Madrid, o Secretário de Estado Hull e o Subsecre-

39 Kennan, George, *Memoirs*, ob. cit., pgs. 115-116

40 Feis, Herbert, *The Spanish Story, Franco and the Nations at War*, Ed. Alfred A. Knopf, New York, 1948, pg. 52. Sobre esta matéria ver também Hayes, Carlton J. H., *Wartime mission in Spain*, Ed. Macmillan Company, New York, 1945, pg. 79

41 A tarefa norte-americana era, em primeiro lugar, manter a Espanha neutral e prever qualquer potencial ataque, e tendo a Espanha declarado, anteriormente, a sua neutralidade como forma de se proteger de um ataque qualquer, os EUA estavam bastante atentos ao controle da Península Ibérica, sobretudo por parte da Inglaterra que, militarmente sediada em Gibraltar, facilitava a quem quera a navegação em todo o Mediterrâneo. Feis, Herbert, “Oil for Spain”, em *Foreign Affairs*, vol. 26, Jan. 1948, issue 2, pp. 377-389, p. 387

42 Harper, John Lamberton, *American visions...* p. 64

43 A IT&T era uma companhia americana de telefones que operava em Espanha, ainda antes da guerra civil, mas Franco nacionalizou-a e transformou-a em *Telefónica Nacional*. Franco pensava que a companhia tinha apoiado a causa republicana durante a guerra e, por isso, não só a nacionalizou como expulsou os administradores e os directores americanos da IT&T, de Espanha. Buchanan, “Washington’s silent ally”, ...ob. cit. pg. 99, Feis, Herbert, “Oil for Spain...” ob. cit. p. 384

44 Feis, Herbert, *The Spanish Story...* ob. cit. p. 37

45 A Operação Moro foi uma Operação gizada pelo governo alemão em conjunto com o de Madrid, no sentido de serem abastecidos, em segredo, navios e, sobretudo, submarinos alemães durante a guerra, aproveitando a orografia das costas de Espanha, com baías e enseadas só acessíveis a partir do mar ou extremamente discretas.

46 *Ibidem*.

47 Tusell, Javier, “Roosevelt y Franco” em *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, n° 4, 1991, p. 23

48 Smith, Gaddis, *American Diplomacy during the Second World War, 1941-1945*, Ed. Alfred A. Knopf, New York, 1985, p. 32

49 Byrnes, Mark, “Unfinished Business...” ob. cit. p. 130

tário Welles, eram bastante mais cépticos e não queriam abdicar dos pressupostos que tinham levado Washington a cooperar com Madrid, temendo que se confirmassem os piores receios, ou seja, que Madrid, a qualquer momento, se lançaria na guerra ao lado dos alemães e que os norte-americanos, indirectamente, estariam a ajudar economicamente a Espanha a armar-se e entrar no conflito.<sup>50</sup>

Em Agosto de 1940, Washington restringiu os abastecimentos e os carregamentos de petróleo a Espanha. Estas novas sanções fizeram diminuir drasticamente as reservas de petróleo e restringiram, ainda, o fornecimento de outros bens essenciais. Apesar de o embaixador Weddell ter dado nota, mais uma vez, das consequências económicas, argumentando que a Espanha estava a um pequeno passo de alinhar com o Eixo, os Estados Unidos decidiram primeiro diminuir e, posteriormente, acabar com os fornecimentos.<sup>51</sup>

Ao mesmo tempo, e comprovadamente, a Grã-Bretanha precisava de apoio material para enfrentar a guerra com a Alemanha. Se a hipotética ocupação das ilhas atlânticas, pela Alemanha, continuava a ser um cenário real e uma espada de Dâmocles sobre as cabeças dos chefes militares ingleses, a postura provocadora de Serrano Suñer, novo ministro das Relações Exteriores de Espanha, parecia, cada vez mais, convidar a que a espada caísse. Mas, para ser mais eficaz, a Grã-Bretanha precisava de reequipar a sua marinha, nem que fosse com destroyers norte-americanos da Primeira Guerra e, também, que os americanos alterassem as suas leis, e contribuíssem de-

cisivamente no esforço de guerra inglês, no Suez e no Atlântico, onde os submarinos alemães continuavam a provocar baixas entre os vasos de guerra ingleses.<sup>52</sup>

No final de Setembro de 1940, precisamente quando maior era o perigo de que a Espanha abandonasse a sua não-beligerância, aumentaram os pedidos de ajuda económica da parte do governo espanhol. Weddell, mais uma vez, conseguiu convencer Washington dessa necessidade e Roosevelt aprovou um pedido para que a Cruz Vermelha providenciasse uma ajuda humanitária, se a Espanha, entretanto, se compromettesse publicamente a não reexportar os bens recebidos, desse pública nota da chegada do primeiro e desse carregamento e, ao mesmo tempo, que se mantivesse neutral no conflito.<sup>53</sup>

Poucas semanas depois, após o regresso de Suñer, de Berlim, e de Franco se ter encontrado com Hitler, em Hendaya, o Subsecretário Welles escreveu ao Presidente propondo cancelar o carregamento de produtos destinados a Espanha<sup>54</sup>. Mas o notório enfraquecimento da Grã-Bretanha para enfrentar um conjunto de ameaças, umas reais outras supostas, nomeadamente a questão de Gibraltar, obrigava novamente a um pedido de Churchill a Roosevelt, para abastecerem a Espanha com víveres e diminuir a pressão alemã.

O *Destroyer-Bases Deal*, negociado no início de Setembro, por si só não era suficiente para continuar a reforçar a chamada arma económica. Em Outubro de 1940, no clímax da campanha presidencial, quer Roosevelt quer Wendell Willkie, o candidato republicano, tinham sentido necessidade de sossegar os eleitores, com a garantia que não havia intenção de permitir a entrada dos Estados Unidos na guerra ou, tão-pouco, que soldados americanos fossem envia-

dos para lutar fora do seu território.<sup>55</sup>

De repente, depois das eleições, a questão que se colocava a Roosevelt seria a forma como o Presidente poderia responder, política e militarmente, ao pedido de auxílio dos ingleses sem infringir as leis aprovadas pelo Congresso. E mesmo que os norte-americanos se empenhassem no apoio, e esperassem uma resposta positiva de novas *démarches* junto de Franco, o episódio de Tânger, registado em Novembro de 1940, e a notícia de mais execuções de prisioneiros políticos, complicaram o cenário aparentemente favorável às exigências de Washington e por isso foram enviadas, para Weddell, ordens claras e objectivas de suspensão de qualquer fornecimento, de qualquer tipo.<sup>56</sup> Independentemente de saber que Londres estava na primeira fila da luta, e de poder vir a sofrer represálias, Welles estava a ficar cansado das delações de Franco e Suñer e recuou nas suas intenções.<sup>57</sup> Nem Roosevelt nem o Departamento de Estado confiavam em Franco ou no seu Ministro dos Exteriores, ou mesmo na sua capacidade de querer ou garantir a neutralidade. E mesmo que Weddell fosse enviando telegramas constantes, cada vez mais dramáticos, relatando a degradação da situação económica e social dos espanhóis, acentuando a ideia, reforçada com os apelos de Hoare, que a entrada em Espanha dos alemães era cada dia mais provável, o Secretário de Estado Hull ignorou pedidos britânicos para que do Canadá viessem carregamentos de trigo, e o tempo rapidamente foi passando até que se chegasse ao meio do mês de Dezembro e a situação da Espanha não se alterasse.<sup>58</sup>

50 Smith, Gaddis, *American Diplomacy...* ob. cit. p. 33  
Como refere Gaddis Smith, os EUA preferiam infligir um tratamento duro aos espanhóis, acreditando que a Espanha se sentiria bastante pressionada pelos embargos. Embora se soubesse que a hipotética entrada dos EUA na guerra seria o suficiente para colocar em causa a vitória dos alemães e a capacidade da Espanha se juntar ao Eixo, haveria sempre a dúvida se a Espanha permitiria, ou não, que os alemães atravessassem o seu território para tomar Gibraltar.

51 Thomás, Joan Maria, *Roosevelt and Franco during the Second World War: From the Spanish Civil War to Pearl Harbor*, Ed. Palgrave Macmillan, New York, 2008, p. 169 e ainda Buchanan, Andrew N. "Washington's silent ally..." ob. cit. p. 101.

52 Gilbert, Martin, *Churchill and America...* ob. cit. p. 208

53 Feis, Herbert, *Spanish history*, ob. cit. p. 100

54 "I can certainly imagine no useful purpose to be gained under the present conditions by asking the Red Cross to continue the consideration of this question" Sumner Welles a FDR. Thomás, Joan Maria, *Roosevelt and Franco* pg. 115 e Tusell, Javier, "Roosevelt y Franco" em *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, n° 4, 1991, p. 13

55 *There can be nothing more dangerous for our nation than for us to assume that the avalanche of conquest could under no circumstances reach any vital portion of this hemisphere. Oceans give the nations of this hemisphere no guarantee against the possibility of economic, political, or military attack from abroad. Oceans are barriers but they are also highways. Barriers of distance are merely barriers of time.* Conn. Stetson e Fairchild, Byron, *The Framework of...* ob. cit. pg. 90. Ver também Kimball, Warren F., *Forged in War: Roosevelt, Churchill and the Second World War*, Ivan R. Dee Eds., New York, 1997, pp. 57-58

56 Kimball, Warren F., *Forged in War*, p. 67

57 Feis, Herbert, *the Spanish Story...* ob. cit, p. 101.

58 *Ibidem*.

Sabendo Churchill que era necessário manter a Espanha na área da neutralidade, e tendo em conta que as dificuldades para enfrentar todos os cenários da guerra se acumulavam, colocou o seu Ministro dos Estrangeiros na embaixada britânica, em Washington, quando se soube da morte do anterior embaixador, Lord Lothian, e da premente necessidade de o substituir. Utilizando a sua vasta experiência e sensibilidade, ainda que houvesse quem defendesse que a saída de Halifax do *Foreign Office* era um castigo de Churchill, o antigo ministro foi enviado para reforçar as relações com a Administração Roosevelt, e para a convencer da importância estratégica que a Península constituía enquanto bastião livre, entre o Mediterrâneo e as rotas do Atlântico.<sup>59</sup>

Praticamente, em simultâneo, e após novos pedidos de Weddell o Presidente acedeu a permitir, pela primeira vez, em 19 de Dezembro de 1940, um carregamento patrocinado pela Cruz Vermelha. Mas a situação em Espanha, sobretudo o espaço de manobra que era dado à propaganda alemã e à propaganda da Falange, não parecia oferecer qualquer tipo de garantias quanto a uma posição sustentada da Espanha face à guerra. Pesados os prós e os contras, dias mais tarde, Cordell Hull decidiu reverter a sua decisão anterior, cancelar o carregamento da Cruz Vermelha e esperar por uma acção conjunta com a Grã-Bretanha.<sup>60</sup>

O que pesava nas decisões do *State Department* seriam as contradições em que Franco e Suñer, sistematicamente, iam caindo. Apesar de saber que a Espanha estava numa posição de enorme dependência económica, o Ministro dos Exteriores não queria ir contra a opinião de Hitler e este, depois da recusa de Franco em apoiar um ataque a Gibraltar, ponderava se deveria proporcionar carregamentos de cereais aos espanhóis. A tese do “Pau e da Cenoura”, tática britânica e norte-americana para condicionar o comportamento dos espanhóis, não era, afinal, um exclusivo dos ingleses e dos americanos. Hitler, o sempre eterno e adiado aliado, também jogava com as maiores vul-

nerabilidades de Espanha.

Em 29 Janeiro 1941, Weddell solicitou a Cordell Hull e a Sumner Welles que permitissem, de novo, os carregamentos para Espanha. Como se discutia a negociação de um empréstimo entre os dois aliados anglo-saxónicos e a Espanha, a partir de Madrid sugeriu-se que os carregamentos fossem prioritários e não se esperasse pela conclusão desse mesmo empréstimo. Não querendo pactuar com as “habilidades” de Suñer, Weddell propunha ainda que houvesse requisitos prévios para o envio, nomeadamente que o país se deveria manter neutral e que o fornecimento deveria ser imediatamente suspenso se a Espanha entrasse na guerra ao lado da Alemanha, ou se estes ocupassem território espanhol.<sup>61</sup> Enquanto Serrano Suñer invectivava os norte-americanos pela sua passividade, nomeadamente pela não-resposta aos pedidos de Weddell, Roosevelt enviava Harry Hopkins a Londres, para conversar com Churchill, e enviava Donovan à capital espanhola, da qual Hoare o desviou, para se encontrar com Salazar.<sup>62</sup>

A partir de Londres, Hopkins não tem dúvidas: Churchill precisa urgentemente do apoio americano se se quiser travar os alemães no Atlântico. Em Lisboa e em Madrid, Donovan chega, também, a várias conclusões: se a posição de Salazar é absolutamente coerente, e o Chefe do Governo reafirma a obrigatoriedade de se ajudar a Espanha de forma a manter-se a neutralidade, em Madrid Donovan confronta Suñer com as suas posições e com as necessidades da Espanha.

Mas a forma desabrida como Donovan é tratado por aquele não traz qualquer vantagem, bem pelo contrário. Suñer continuava a afirmar que tinha uma fé inabalável na vitória da Alemanha, o que implicava que os americanos tivessem cada vez menos vontade de apoiar a normalização dos fornecimentos de petróleo aos espanhóis.<sup>63</sup> Apesar do comportamento do Ministro Suñer, os ingleses, nomeadamente Lord Halifax, insis-

tem, em Março de 1941, com Sumner Welles, entregando-lhe uma mensagem de Churchill, requerendo um plano conjunto Anglo-Americano de ajuda económica a Espanha.

Declaradamente havia uma estratégia conjunta com a embaixada inglesa em Madrid, e com o trabalho de Hoare junto de Weddell, os quais já tinham trabalhado na elaboração do plano.<sup>64</sup> No mês seguinte, a estratégia ganha ainda mais consistência com a chegada de David Eccles a Washington, e a possibilidade de se aproveitar a grande experiência deste negociador para convencer o Departamento de Estado.<sup>65</sup> Todos estes esforços para a “pacificação” de Madrid, ganharam novos contornos assim que o presidente Roosevelt começou a trabalhar a opinião pública, para que esta fosse mais compreensiva com uma hipotética colaboração americana com os ingleses.

Em Março ainda, Hull instruiu Weddell para que, usando a legitimidade do seu cargo, apoiasse a luta contra os estados totalitários que punham a Europa em guerra, e para explicar estas novas formas de acção ao governo espanhol.<sup>66</sup> Na linha das suas instruções, Weddell pediu uma audiência a Serrano Suñer, mas o resultado desta entrevista, extraordinariamente dura e realizada a 19 de Abril 1941, analisada sob os dois prismas, levou a uma quase ruptura das relações diplomáticas com a Espanha.

Como represália, Serrano impediu que Weddell se encontrasse com Franco nos seis meses seguintes.<sup>67</sup> Na iminência de uma ruptura diplomática, Samuel Hoare escreve a Chur-

64 A mensagem que Halifax entregou a Welles referia que o governo britânico acreditava que era essencial isolar o Ministro dos Negócios Estrangeiros de qualquer forma e logo que possível e que tudo deveria ser feito para criar um bloco económico no Mediterrâneo Ocidental independente do sistema continental alemão. Thomás, Joan Maria, *Roosevelt and Franco...* ob. cit. p. 144

65 Eccles, David, *By safe hand...* ob. cit. p. 239

66 Buchanan, Andrew N. “Washington’s silent ally in World War II? United States Foreign Policy towards Spain 1939-1945” em *Journal of Transatlantic Studies*, n.º. 7, issue 2, 2009, pp. 93-117.

67 Relativamente ao episódio que opôs Weddell a Serrano no palácio de Sta. Cruz, existe uma larga bibliografia, da qual escolhemos, pela sua relevância, Suñer, Ramón Serrano, *Entre Hendaya y Gibraltar*, Ed. Espasa, Madrid, 1947, ob. cit. p. 275, NA CAB/65/18/21, April 21, 1941.

59 Feis, Herbert, “Oil for Spain a ...”, ob. cit. p. 378

60 Feis, Herbert, *Spanish history ...* ob. cit. p. 106

61 Thomás, Joan Maria, *Roosevelt and Franco...* ob. cit. p. 175

62 ASH, File 16, Doc. 17, Hoare a Churchill, 26/02/1941

63 Feis, Herbert, *the Spanish Story...* ob. cit. p. 109 e Hoare, Samuel, *Ambassador on Special Mission*, Ed. Collins, London, 1946, p. 48 e 110

chill dizendo que se esperava que as tropas alemãs pudessem chegar a Espanha “num futuro próximo.”

Hoare voltava a defender, e a sua entrevista com Salazar, em Março de 1941, tê-lo-ia ajudado nesse aspecto, que a Grã-Bretanha devia continuar a fornecer a Espanha, mas também defendia que a ocupação das ilhas Canárias deveria ser considerada. Churchill concordou e mandou acelerar os planos daquilo que viria ser conhecido como “Operação Puma”. Esta operação, contudo, não estaria limitada às Canárias e como se soube, posteriormente, ter-se-iam posto em marcha os planos antes desenhados para ocupar os Açores e Cabo Verde.<sup>68</sup>

Apesar dos conselhos de Hoare e Eccles a Londres e a Halifax, e deste a Cordell Hull, os americanos mostraram-se muito mais sensíveis ao impacto militar duma aproximação hispano-germânica do que propriamente com a sustentabilidade económica daquele país, equacionando, ao longo do mês de Abril de 1941, essa possibilidade de intervenção militar nas ilhas atlânticas, mas numa perspectiva norte-americana, olhando sobretudo para Cabo Verde e para os Açores, numa tentativa de se anteciparem aos alemães.<sup>69</sup>

Em 22 de Junho de 1941 a Alemanha iniciou a chamada “Operação Barbarossa”, destinada a invadir a URSS. O júbilo dos espanhóis foi grande, sobretudo porque a oportunidade de Franco poder, finalmente, ajudar Hitler e respeitar os compromissos que tinha assumido em Hendaya tornava-se, agora, possível. Recuperando as palavras de Jerrold Packard, Franco estaria a combater uma das três guerras que ele nomeava, ou seja, aquela que o movia contra o comunismo e que o motivou desde o início da década de 30.<sup>70</sup> No Verão de 1941, no entanto, e como refere Buchanan, a Administração Roosevelt respon-

deu ao entusiástico apoio de Madrid à invasão da Rússia, apertando o controlo sobre o comércio privado, e limitando ainda mais os carregamentos de petróleo.<sup>71</sup>

Não só esta atitude do governo espanhol caiu mal em Washington, como piorou ainda mais, quando, em 17 de Julho de 1941, Franco pronunciou um discurso contundente, nas comemorações do quinto aniversário do início do *alzamiento*, ao Conselho Nacional da Falange. Esse discurso, que espantou o próprio Suñer, foi de uma enorme agressividade para com os aliados e sobretudo para com os EUA, a quem Franco acusou, entre outras coisas, de “[...] quererem matar a Espanha à fome[...]” e vexatória, também, para a Inglaterra, dizendo que os aliados já tinham perdido a guerra por não saberem sequer como a evitar.<sup>72</sup>

Franco, industriado por Serrano, e tendo presente a entrevista de 19 de Abril com Weddell e o azedar definitivo das relações com aquele diplomata, aproveitou o ensejo para se vingar de todas as vezes que os EUA impediram que a Espanha recebesse toneladas de cereais e algodão, provenientes da Argentina ou do Canadá.<sup>73</sup> Assim que o discurso foi transmitido a Londres, por Hoare, o Governo inglês determinou que se tomassem medidas imediatas no sentido de desacelerar o apoio a Espanha, e mais grave, que se deixasse de pressionar o *State Department* para ajudar Franco e a Espanha com cereais e petróleo.<sup>74</sup> Samuel Hoare, embora

concordasse que o discurso estaria a abrir um novo cenário em Espanha - se Franco assumisse um alinhamento com Suñer - chamou a atenção do governo e do *War Cabinet* para as consequências das medidas que se tomassem, abrindo duas alternativas e deixando o assunto à consideração superior: 1. A Grã-Bretanha já estaria militarmente forte o suficiente para encarar o definitivo alinhamento espanhol com o Eixo e assistir-se-ia a uma previsível entrada alemã em Espanha, nada mais havendo a fazer; 2. Não haveria essa capacidade e então sugeria que se mantivesse a política do momento e se esperasse por uma nova oportunidade.<sup>75</sup>

Apesar do discurso, embora os britânicos tentassem persuadir os Estados Unidos a conceder licenças de exportação para os produtos que receberiam *navicerts*, não foram bem-sucedidos e a situação deteriorou-se. A carta que Weddell enviou ao *State Department*, e que Joan Thomás insere na sua obra, mostrava claramente que o embaixador estava preocupado com as consequências que as restrições de petróleo iam tendo na Espanha, ainda que pouco ou nada viesse a mudar até ao final do ano.<sup>76</sup>

Como referia o Embaixador Carlton Hayes, que em 1942 substituiu Weddell em Madrid, e que de alguma forma resume bem a atitude dos EUA face a Espanha, os EUA usaram aquilo a que sempre chamaram a arma económica. E sublinha: “A Espanha precisava de determinados produtos nossos, e teve-os, nomeadamente petróleo, o qual não podia obter noutro lado, na mesma quantidade. Por isso, podíamos usar esta arma antes mesmo de se alcançarem vitórias militares. Mas o facto de podermos reter na fonte a distribuição de petróleo não era em si uma arma, a arma era podermos fornecê-lo na medida em que queríamos, em condições razoáveis para nós.”<sup>77</sup>

68 Smyth, Denis, *Diplomacy and Strategy of Survival-British Policy and Franco's Spain, 1940-41*, Ed. Cambridge University Press, Cambridge, 1986, p. 223-224.

69 Weiss, Kenneth, G., “The Azores in Diplomacy and Strategy 1940-45”, em *Professional Paper 272*, Institute of Naval Studies, Center for Naval Analyses, March 1980, p. 11.

70 Packard, Jerrold, M. *Neither Friend nor Foe – the European Neutrals in World War II*, Ed. Charles Scribner's Sons, New York, 1992, p. 337.

71 Buchanan, Andrew N. “Washington's silent...ob. Cit. p. 101.

72 *O Conselho deve saber como outros países têm tentado impedir o aprovisionamento da nossa pátria. Nos momentos de maior crise do ano passado, quando o pão escasseava, procurou-se trazer da América do Sul e do Norte 100.000 toneladas já prontas para o embarque. Mas os esforços dos nossos representantes foram destruídos pelas disposições dessa nação americana e os cereais permaneceram no cais.* Em Serrano Suñer, Ramon, *Entre el Silencio y la Propaganda...*ob. Cit, Pg. 349 ver ainda Preston, Paul, *Franco, “Caudillo de España...*ob. cit. pp. 483-484.

73 Sáenz-francés, Emilio, *Entre la Antorcha y la Esvástica...*ob. cit. pp. 209-211.

74 NA CAB/65/19/8, July 21 1941 *Your telegram N° 1086 [of the 17th July: General Franco's speech], Whatever may be reason why this speech has been made at this time, it ranges General Franco with the minister for Foreign Affairs and appears to mark a definite change of attitude on Franco's part since your last interview.*

75 NA CAB/65/19/8, July 21 1941. 19th July, 1941. Hoare to Foreign Office. My telegrams Nos. 1086 and 1094.

76 Thomás, Joan Maria, *Roosevelt and Franco*, ob. cit. p. 175.

77 Hayes, Carlton J. H., *Wartime mission in Spain*, Ed. Macmillan Company, New York, 1945, pg. 301 Trad. minha.

## De novo as incompatibilidades entre Lisboa e Washington

A questão que se colocava neste momento crucial da guerra, sublinhava o afastamento que existia entre dois países ocidentais que, aparentemente, defendiam causas tão similares como o faziam Portugal e os EUA.

Em primeiro lugar, a tendência de tudo resumir a uma frase: Salazar criticava duramente o *american way of life*. Mas convém perceber o que significa este conceito. Há que explicar, antes do mais, que um dos alicerces do Estado Novo, e um dos seus principais orgulhos, era o respeito pela memória histórica, pela tradição e pelo património histórico de Portugal.

No polo oposto, não andaremos longe da verdade se afirmarmos que o principal fundamento da luta americana pela independência esteve, precisamente, na tentativa de virar a página dessa mesma tradição europeia, que permitiu que, até ao início da segunda década do séc. XIX, a América do Sul fosse um subcontinente administrativamente dirigido pelos europeus ibéricos, e que a sua matriz, em matéria de política externa, defendida por George Washington e reafirmada por James Monroe, assentou, por muitos anos, na denegação de um dos fundamentos do Estado Novo, i.e, a capacidade de Portugal se saber integrado numa vasta comunidade transatlântica de língua portuguesa, como factor de referência e intervenção.<sup>78</sup>

E voltemos à questão-base da incompatibilidade de regimes. O modelo económico norte-americano, baseado na livre iniciativa e no fomento do consumo privado, a que hoje poderíamos chamar a exaltação do empreendedorismo, chocava em absoluto com a tese de Salazar relativamente à administração dos bens essenciais, e que o Presidente do Conselho resumia da seguinte forma:

“Uma das ideias mais erradas, em economia, é aquela que atribui um grande valor aos simples gozadores da vida, aos grandes gastadores. Eles apresentam a vantagem de

acelerar a circulação da riqueza adquirida e de imprimir grandes impulsos à produção, por um consumo anormal dos produtos. Contudo, nada é mais contrário à razão do que cristalizar enormes quantidades de trabalho em coisas que, socialmente, só servem para ser delapidadas. Se o homem não deve ser escravo da riqueza, também não deve nunca organizar a sua vida de forma a ser o escravo do trabalho.”<sup>79</sup>

Curiosamente, a chegada de Salazar à pasta das Finanças coincidiu, praticamente, com o período crítico da especulação financeira norte-americana e que conduziu rapidamente ao *crash* da bolsa de Nova York e ao período da chamada grande depressão. Todo esse período, dos loucos anos vinte, tudo baseava na suposta probabilidade matemática do lucro fácil, e nessa probabilidade como alavanca do crescimento norte-americano e do seu sistema financeiro, directamente dirigido ao consumidor privado que, naturalmente, almejava um enriquecimento rápido, ainda que pouco sustentado.

Ao contrário, o papel proteccionista e regulador do Estado, em Portugal, não só não incentivava ao consumo extra, como apelava a uma política paternalista, de gastos calculados e de iniciativas privadas prudentes, no sentido de não levar de novo o país a uma situação de descapitalização, como aquela que se acentuou durante a primeira república.<sup>80</sup> Em 1937, e a este propósito, escrevia o Chefe do Governo aos leitores franceses:

“Ontem foi a catástrofe do dólar, há algum tempo foi a catástrofe da Libra e estamos provavelmente em vésperas do desmoronamento de quase tudo o que parece ainda manter-se de pé.” [...] é-nos dado assistir à derrocada sucessiva dos orgulhosos empreendimentos económicos do nosso tempo: a política dos salários altos, a política da superprodução, a política das largas despesas públicas, a política dos nacionalismos

exclusivistas, a política do Estado-polícia que nada faz e a política, enfim, do Estado protector que pretende fazer tudo [...] Parece nunca ter havido tantas desgraças e misérias e mesmo aqueles que acreditavam poder desafiar o mundo pela imensidão dos seus territórios e as montanhas de ouro das suas riquezas, não lhes puderam escapar. Deformámos a noção de riqueza, separámos-a da sua finalidade que é sustentar dignamente a vida humana, fizemos dela uma categoria independente que nada tem a ver com o interesse colectivo nem com a moral, e supusemos que o destino dos indivíduos, dos estados ou das nações podia ser acumular bens sem utilidade social, sem regras de justiça, na sua aquisição e no seu emprego.”<sup>81</sup>

A crítica era contundente e claramente dirigida. No entanto, é imperioso não isolar a questão económica, e integrá-la na questão política, no pensamento de Salazar e dos norte-americanos. À primeira vista parece haver aqui um laivo de ressentimento, sobretudo porque a política económica norte-americana se desenvolveu num cenário de isolacionismo, no período pós-Versailles, quando os EUA priorizavam uma política de Boa Vizinhança, mas na direcção da América do Sul, e não uma política de solidariedade para com a Europa e a sua própria organização institucional, como o desejou o presidente norte-americano Woodrow Wilson.<sup>82</sup>

O seu idealismo tinha já ficado para trás e a sua herança mundial reduziu-se à vontade de formar uma sociedade de nações, que evitasse uma nova guerra. Contudo, o órgão que sobreveio, a tal Sociedade das Nações, sem a presença norte-americana, optou por não exercer um efectivo poder de coacção, preferindo acreditar na palavra dos homens, paradigma que Salazar não só criticou como renunciou que falharia. Em 1936, dizia o Presidente do Conselho:

“Entregou-se com optimismo e confiança a manutenção da paz à SDN. Os seus esforços não são, por consequência, totalmente eficientes porque se vê não poder evitar a

79 Salazar, Oliveira, *Como se levanta...* ob. cit, pg. 109

80 Fernando, Martins, “Uma revolução tranquila? Da Política Externa da Guerra Civil de Espanha ao Pacto do Atlântico”, em *Diplomacia e Guerra – Política Externa e Política de Defesa em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*. Fernando Martins (Ed.) Ed. Colibri, CIDEHUS – Univ. Évora, pg. 155 e Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do séc. XX*, Ed. A Regra do Jogo, Lisboa, 1979, pg. 466

81 *Ibidem*

82 Welles, Sumner, “Intervention and Interventions” em *Foreign Affairs*, Oct. 47, Vol. 26, Issue 1, pgs. 124-125

guerra nem pôr-lhe termo depois de começada [...] Genebra como organismo de defesa colectiva não pode considerar-se em condições de dispensar todos os outros meios de assegurar a paz.”<sup>83</sup>

Referimos já que Roosevelt não acreditava no modelo europeu de soberania, nem tão-pouco na viabilidade do *Balance-of-power*, e tinha, a nosso ver, alguma razão. Mas essa razão não o colocava do mesmo lado da trincheira onde estava Salazar, porque proporcionalmente ao desenvolvimento económico demonstrado, a América dava provas de uma enorme imaturidade política, quando se tratava de analisar a política europeia.<sup>84</sup> Não tivéssemos os testemunhos na primeira de pessoa de George Kennan, Harper ou Eccles, para citar os mais referenciados, e não teríamos tanta margem de manobra para o afirmar. Quer o périplo de Welles pela Europa quer a atitude dos Estados Unidos perante a cimeira de Munique, na questão espanhola ou na invasão japonesa da China, demonstraram à saciedade a incapacidade de Roosevelt impor um *timing* ou um *diktat* que tivesse ajudado o mundo.

Vejamos então que nos reservou a questão da guerra civil de Espanha e as críticas de Salazar. Durante o período do isolacionismo os EUA criticaram fortemente os sublevados, e apelidavam-nos de fascistas, e legitimaram um conjunto de retratos e relatos que homens como Hemingway, por exemplo, pela qualidade da sua prosa, souberam potencializar, e até manipular. O Chefe do Governo português, no dia escolhido para se festejar o fim da guerra em Espanha, aproveitou o ensejo para anunciar às Câmaras e à nação que a guerra tinha terminado, mas que enquanto se arrastava, a ajuda da Europa e da América tinha sido [...] péssima [sic]<sup>85</sup>

À necessidade de se conduzir a Espanha à

paz e ao entendimento com a Grã-Bretanha, impedindo aquela de cair na artificialidade perigosa, mas tremendamente pragmática, de uma aliança com o Eixo, não houve uma única declaração de apoio da parte de Washington, o que acentuou ainda mais o ressentimento de Salazar. Não é, portanto, de estranhar que o Chefe do Governo, sempre que o julgou oportuno, não deixasse de afirmar a projecção atlântica de Portugal, bem como a sua geoestratégia, integrados num todo geográfico, uno e indivisível, e vincasse bem que as grandes constantes e linhas de força das política externa se encontravam quer na Europa quer noutros continentes, nomeadamente na América, ignorando o que se pensasse ou dissesse nos EUA:

“A nossa feição atlântica e actividade colonial estão na base da aliança inglesa; a vizinhança e solidariedade peninsular cimentam a fraternal amizade com a Espanha; o heróico esforço de Portugal, criador de impérios domina as relações com o Brasil – nem simpatia nem amizade de estranhos, mas o próprio sangue e alma de avós.”<sup>86</sup>

Estávamos, portanto, colocados perante um paradoxo: se Portugal afirmava a sua neutralidade, baseado num conjunto de pressupostos, aos quais juntava a certeza que a Aliança, com os britânicos, funcionaria como um penhor e uma garantia para a defesa da sua posição europeia, insular e ultramarina, por outro lado, os EUA, aproximavam-se da Grã-Bretanha e ponderavam friamente se os apoiavam numa ocupação de territórios portugueses, antecipando uma acção alemã, ou, simplesmente, avançavam sozinhos e assumiam a responsabilidade individual de arcar com as consequências de uma inevitável invasão alemã.

De repente a guerra, que se tinha mantido nos campos europeus e nas margens do Mediterrâneo, ameaçava deslocar-se para as ondas do Oceano Atlântico, em pleno hemisfério ocidental. Em 1940, mais do que uma ameaça à neutralidade portuguesa, desenhava-se uma realidade que punha em perigo um trabalho laboriosamente construído por Salazar, desde Setembro

de 1939. Tal cenário implicaria, também, que, a milhares de quilómetros da Europa, se hipotecasse o trabalho feito no terreno pelos diplomatas e os técnicos que, em condições muitas vezes complicadas, tinham evitado até então que a Alemanha tivesse já fechado o Mediterrâneo aos aliados e tivesse ocupado, militarmente, a Península Ibérica.

Significa isto que o triângulo político-militar Londres-Lisboa-Madrid seria substituído por um outro triângulo, Lisboa-Londres-Washington, que não se antevia nem pacífico nem, tão pouco, imediatamente exequível. Colocando as coisas nestes termos, o Presidente do Conselho, provavelmente, ter-se-á questionado se, afinal, o perigo vinha de Moscovo ou vinha de Washington, e se a *real politik* de Londres se tinha rendido ao monroísmo reforçado, versão actualizada.

Até então, existia uma *task force* constituída, na Península, por Theotónio Pereira, Hoare e Eccles que, apoiados por Halifax e Eden, continuavam a lutar para convencer Madrid das vantagens de se abster da guerra, e convencer Churchill a não se deixar vencer pelos seus ímpetos belicistas, avançando prematura, imprudente e preventivamente para as ilhas atlânticas ibéricas, condenando o flanco ocidental da Europa à guerra mais que certa. Acresce que a guerra atlântica, até ali limitada a episódios pontuais de afundamento de vasos britânicos, mostrava uma Alemanha cada vez mais determinada nos seus objectivos e agressiva nos seus métodos e recursos, e a lançar desafios a si própria na direcção das ilhas atlânticas dos Açores, das Canárias e de Cabo Verde, procurando que a zona mais ocidental de intervenção do Eixo se deslocasse para áreas mais próximas dos EUA.<sup>87</sup>

Os mesmos EUA estavam, por isso, particularmente preocupados com o destino dos Açores. O Presidente Roosevelt tinha discutido, em Março de 1940, o perigo de uma acção alemã contra os Açores, com o então

83 Salazar, Oliveira, Reunião com os deputados à Assembleia Nacional, 21 de Fevereiro de 1936. Em Salazar, Oliveira, *Discursos e Notas...* Vol. II, ...ob. cit, Pgs. 114-115

84 Harper, John Lamberton, *American visions* ... ob. cit, Pgs. 73, Wevill, Richard, *Diplomacy, Roger Makins and the Anglo-American Relationship*, Ed. Ashgate Publishing Ltd, Farnham, 2014, Pgs.35-36

85 Discurso proferido na Assembleia Nacional, em 22 de Maio de 1939, em Salazar, Oliveira, *Discursos e* Vol. III...ob cit, pg. 140.

86 *Idem*, pg. 146.

87 Goda, Norman, “The Riddle of the Rock - a Reassessment of German Motives for the Capture of Gibraltar in the Second World War” em *Journal of Contemporary History*, Vol. 28, No. 2 (Apr. 1993), pg. 302

ministro americano em Lisboa, Herbert Pell, de passagem por Washington. Mas, de qualquer forma, Hull comentando com o Presidente a referida conversa, não encontrou, na altura, razões ponderosas para intervir.<sup>88</sup>

Se é verdade, como vimos, que quer em Julho de 1940, quer em Setembro ou em Novembro, os britânicos desenvolviam estudos aturados que visavam a tomada das Canárias, mas sobretudo a ocupação das ilhas dos Açores e Cabo Verde, como constava dos documentos entregues pelo Comando Imperial integrado ao *War Cabinet*, não é menos verdade que Roosevelt e o Alm. Harold Stark, responsável operacional pela marinha norte-americana, dedicavam uma especial atenção a estes arquipélagos.<sup>89</sup> (Ver anexo A)

Após tomar conhecimento do plano preparado por Stark, denominado *Dog Plan* e entregue em 12 de Novembro, o Presidente, dá luz verde à operação e manda acelerar a preparação de unidades de *Marines*, que deverão estar prontas para a invasão das ilhas.<sup>90</sup> A partir de Junho de 1940 a atenção que Roosevelt dedica a este assunto, coincide com os incessantes pedidos de Churchill para que os EUA, ou de forma militar ou através de facilidades económicas pudessem auxiliar o esforço de guerra,

o que só por si, justificaria a insatisfação de Salazar, quando se levantaram as maiores dúvidas sobre o verdadeiro empenhamento da Inglaterra em manter a estratégia adoptada para a Península.<sup>91</sup>

Como os EUA estavam, também, preocupados com a possibilidade de os alemães se apossarem de colónias de países europeus, na América, depois de terem subjogado as suas metrópoles, os dois aliados anglo-saxónicos concordaram que, pela força da aliança luso-britânica, seriam os ingleses a tomar a iniciativa para dialogar com Salazar, embora os EUA tivessem utilizado a tática de tentar envolver o Brasil num compromisso para pressionar o Chefe do Governo.<sup>92</sup> Mas, ao contrário do que desejariam Hull e Welles, já em Havana, em 1940, e posteriormente, receando que houvesse no futuro sérias restrições ao comércio com a Alemanha, nove dos países convocados para a Conferência pan-americana em Cuba não só não enviaram os seus Ministros dos Estrangeiros à Conferência, como não aceitaram a tese norte-americana de colocar as possessões, supostamente ameaçadas, sob controlo americano, até que um caso desses fosse público.<sup>93</sup>

Contudo, e como previu Salazar, o Brasil e a Argentina, mais vulneráveis aos alemães, à Espanha e a Portugal, opuseram-se a Washington e travaram uma declaração unânime dos estados, referindo que não havia

uma concordância de 2/3 dos participantes.<sup>94</sup> Acresce que Getúlio Vargas, Presidente do Brasil, durante os anos de 1940 e 1941, transmitiu ao embaixador da Alemanha, sem o conhecimento do seu MNE, a mensagem que o Brasil era o bastião, na América, da luta contra a inclusão da América do Sul nos planos de Roosevelt, ao mesmo tempo que o Presidente da Argentina, Ramon Castillo, inviabilizava qualquer esforço do seu governo para suprimir actividades nazis no país, fazendo ofertas a Berlim para continuar o comércio entre ambos os países.<sup>95</sup>

No início do ano, e tal como referimos antes, Roosevelt enviou três dos seus principais conselheiros à Europa, para avaliar das necessidades de Churchill e da concretização de um apoio militar secreto aos ingleses, ainda que ao abrigo do *Lend-Lease Bill*. Enquanto Hopkins e Harriman se mantiveram exclusivamente em Inglaterra, Bill Donovan, como se referiu já, encarregou-se da parte da *Intelligence*, e da importância da criação de uma rede de informações que poderia ser montada pelos dois países e, também, para ouvir os dois principais responsáveis espanhóis. Como se referiu acabou por, também, vir a Portugal, devidamente aconselhado por Hoare, tendo-se encontrado com Salazar, por diversas vezes.

E se com o Embaixador inglês em Madrid, Salazar dramatiza o discurso, colocando sobre os ombros da Inglaterra o peso da responsabilidade da invasão da Península e o encerramento do estreito de Gibraltar aos aliados, com Eccles, dada a natureza mais frontal e amigável da relação, Salazar abre o jogo e diz-lhe que não só a URSS é muito mais ameaçadora que a Alemanha como o *american style* o deixa preocupado, acredi-

88 *The attached letter seems to involve naval and possibly military action on our part in preventing the occupation of the Azores by German, Italian, or possibly Spanish forces. For practical reasons I do not see that there is anything that this country can do, as much as we might like to.* Memo, from Sec. State to President, 18 June 40, em Conn, Stetson e Fairchild, Byron, *The Framework of Hemisphere Defense*, Ed. Center of Military History, United States Army, Washington D.C., 1989, pg. 83

89 Conn, Stetson e Fairchild, Byron, *The Framework of...* ob. Cit, pg. 84. Se os Açores tinham constituído, na I Guerra Mundial, um apoio considerável ao esforço de guerra da Marinha americana, como Roosevelt transmitiu a Kennan, não é crível pensar que tivesse mudado de opinião, sobretudo porque a geografia é imutável. Kennan, George F., *Memoirs*, ...ob. cit, Pgs. 160-161

90 Clifford, Lt. Colonel Kenneth J. "The United States Marines in Iceland, 1941-1942" em *Marine Corps Historical Reference Pamphlet*, Washington, 1970, pg. 4, Plan Dog - facsimile do original. Biblioteca Franklin Delano Roosevelt <http://docs.fdrlibrary.marist.edu/psf/box4/a48b01.html> to <http://docs.fdrlibrary.marist.edu/psf/box4/a48b26.html>

91 DAPE, Dez anos de Política Externa (1936-1947), A Nação Portuguesa e a segunda guerra mundial, XV Vols., Imprensa Nacional de Lisboa, 1961/1993, Vol. VIII, Doc. 1511, do Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Madrid, 18/02/1941, pg. 111 e ainda Weiss, Kenneth, G., "The Azores in Diplomacy and Strategy 1940-45", em *Professional Paper 272*, Institute of Naval Studies, Center for Naval Analyses, March 1980, pg. 3

92 Smith, Gaddis, *American Diplomacy...* ob. cit, pg. 34. Em 8 de Março de 1941, o Senado aprovou um pedido do Presidente para prestar auxílio quase ilimitado à Inglaterra. DAPE, Vol. VIII, Doc. 1578, do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 9/03/1941, pg. 181

93 A Decade of American Foreign Policy, 1941-1949. Havana Meeting of Ministers of Foreign Affairs of the American Republics, July 21-30, 1940 - University of Yale [http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/decad058.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/decad058.asp) e Dallek, Robert, *Franklin D Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945*, Ed. Oxford University Press, New York, 1995, pgs. 234-235

94 Câmara dos Deputados da Republica Federativa do Brasil - Legislação Informatizada - Decreto N° 8.266, DE 22 de Novembro de 1941 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8266-22-novembro-1941-325107-publicacaooriginal-1-pe.html>. Sobre este assunto ver também Meneses, Filipe, Ribeiro de, Salazar, Ed. D. Quixote, Lisboa, 1ª Edição, 2010. Pg. 291

95 Dallek, Robert, *Franklin D. Roosevelt...* ob. cit, pgs. 234-235, ver também Polk, Judd, "Freezing Dollars against the Axis", em *Foreign Affairs*, Vol. 20, Oct 1941, Issue 1, Pgs. 124-126, Welles, Sumner, "Intervention and Interventions" em *Foreign Affairs*, Oct. 47, Vol. 26 Issue 1, pgs. 124-125.

tando que o poder bélico do seu armamento é proporcional à forma *naïf* com que olha para os assuntos da Europa e para os verdadeiros desafios que ela enfrentará, qualquer que sejam os resultados da guerra.<sup>96</sup>

É, reiterando a sua tendência para mesclar o pragmatismo com o seu sentido de humor, não deixa de referir que, para os americanos, não é Deus que os ilumina, mas sim a luz eléctrica.<sup>97</sup> A visão de Roosevelt era, naturalmente, diferente. O desejo do Presidente era que, face à derrocada política da Europa, os povos do Hemisfério Ocidental olhassem para os EUA como os fautores de um mundo novo e como o exemplo dos verdadeiros valores cristãos.

E numa tentativa encapotada de se lançar mão dum plano conjunto para aquilatar das reais possibilidades de ocupação das ilhas atlânticas, as autoridades inglesas, confrontaram, com pedidos claros, o Coronel Barros Rodrigues, chefe da missão militar portuguesa que, em Londres negociava um fornecimento de material militar inglês a Portugal, para que técnicos militares se pudessem deslocar às referidas ilhas. Toda esta questão foi prontamente denunciada por Barros Rodrigues a Armindo Monteiro, embaixador de Portugal em Londres, e por este a Salazar, em 13 de Março de 1941.

Era indisfarçável o nervosismo inglês e a vontade de associar os norte-americanos à defesa dos arquipélagos portugueses do Atlântico.<sup>98</sup> Tendo a perfeita noção do estado de espírito em Washington e em Londres, relativamente aqueles territórios insulares, Salazar enviou ao Ministro português em Washington, João Bianchi, um ofício no qual lhe recomendava, expressamente, que desse conta ao Departamento de Estado que a facilidade com que “certas teses” eram apresentadas, magoava o espírito português, e alertava: “[...] para o facto de as ilhas pertencerem a país independente, com a sua política própria, e resolvido a defendê-

-las contra agressões, tomando para isso medidas apropriadas”.<sup>99</sup>

Não desistindo das suas intenções militares, Roosevelt enviou um pedido ao Chefe do Governo pedindo-lhe autorização para uma visita amigável da marinha americana aos Açores e a Cabo Verde, contudo Salazar foi inflexível e não autorizou.<sup>100</sup> Pela sua importância em todo este processo relativo às ilhas, durante a guerra, e porque se defendia, em Washington, que este autêntico “jogo do rato e do gato” entre Salazar e Roosevelt só poderia terminar com uma ocupação militar das mesmas, importa transcrever, quase na íntegra, o ofício de Salazar para Bianchi, em 16 de Abril de 1941, como um documento inultrapassável para o triângulo político que vimos desenvolvendo:

“Depois de expedido o meu telegrama de ontem veio uma nota da legação dos Estados Unidos em que se pede a autorização do Governo Português para que o navio americano Milwaukee visite Lisboa por período indefinido para cultivar as relações amigáveis. Ao mesmo tempo pede-se autorização para a ida do mesmo barco em visitas não oficiais de dois ou três dias, cada uma, a Ponta Delgada e S. Vicente. Com estes pedidos coincide a publicação no *Times* de ontem de um artigo relativo à ocupação da Gronelândia com alusões a outros territórios, em que dificilmente não se verão compreendidos os Açores. O esclarecimento da situação torna-se cada vez mais necessário e urgente. [...] Mandei chamar o Ministro dos Estados Unidos ao Ministério, onde lhe foi dito da minha parte que, neste conjunto de circunstâncias e se o Governo Americano não encontrava meio de esclarecer uma situação cujos in-

convenientes já ontem lhe tinham sido assinalados, confessávamos que, embora as visitas de navios americanos fossem sempre bem-vindas nos portos portugueses, esta se tornava inoportuna, pela interpretação que dentro deste mesmo conjunto de circunstâncias lhe podia ser dada. Foi acentuado ao ministro dos Estados Unidos o carácter da nossa política de leal entendimento que fazíamos com a Inglaterra, e o prejuízo que para a mesma política e para a própria atitude alemã em relação à Península Ibérica, pode ter, dada a suspeição por parte da Alemanha de que com o acordo nosso, tácito ou expresso, se estaria tratando de transformar o carácter neutral de qualquer território português. O ministro dos Estados Unidos não mostrou qualquer reacção nem manifestou a menor opinião sobre todo o assunto. É urgente que Vexa aborde o problema de maneira amistosa, mas muito clara, com essa Secretaria de Estado dentro do que ontem lhe expus e neste telegrama fica dito.”<sup>101</sup>

Dias mais tarde, em 21 de Abril como já referimos, Roosevelt determinou que a linha de segurança dos EUA, no Atlântico, iria até aos 26° de longitude oeste, englobando a Gronelândia, os Açores e Cabo Verde, implicando, naturalmente, os territórios portugueses.<sup>102</sup> Na fase do desespero norte-americano, inundada a classe política com notícias sistemáticas que a Alemanha estava a caminho de Gibraltar, dos Açores e de Cabo Verde, pondo em risco a tal linha de 26°, o Senador pela Flórida, Claude Pepper, no dia 6 de Maio instou o governo a ocupar as ilhas atlânticas de Açores e de Cabo Verde, consideradas por este, e não só, “[...] *points of vantage from which these monsters*

96 Eccles, David, *by safe hand*, ob. cit. pgs. 292-293

97 *Ibidem*

98 DAPE, Vol. VIII, Doc. 1589, do Embaixador de Portugal em Londres ao chefe da missão militar portuguesa em Londres, 12/03/1941, Pg. 188 e ainda Doc. 1590, do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 13/03/1941, pg. 194

99 DAPE, Vol. VIII, Doc. 1624, do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington, 24/03/1941, pg. 223

100 Roosevelt relembra, seguramente, os tempos da I Guerra e o seu papel como Subsecretário Naval, a sua passagem pelos Açores, a importância estratégica das ilhas e o desmantelamento de bases ali montadas, facto do qual se arrependeu, segundo o relato de Kennan, em Kennan, George F. *Memoirs...* ob. cit, Pgs. 159-161. Sobre a questão das bases norte-americanas, nos Açores, na I Grande Guerra ver também, MNE - *A Aliança Inglesa, Subsídios para o seu estudo*. Compilação e anotação de José de Almada, Vol. III, (Confidencial) Ed. Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1949, pgs. 296-297

101 DAPE, Vol. VIII, Doc. 1710, do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington, 16/04/1941, pg. 314-315. Não é de estranhar a reacção do diplomata norte-americano perante a comunicação do Governo. Segundo testemunha George Kennan, o ministro norte-americano em Lisboa, Bert Fish, nunca se entendeu com Salazar, raramente saía da Chancelaria e o próprio Bert Fish confessaria, anos mais tarde, a Kennan que Salazar era “...demasiado inteligente para ele”. Kennan, *Memory's...* ob. Cit. pg. 144

102 Western Hemisphere Defense Plan No. 2. Conn, Stetson e Fairchild, Byron. *The Framework of...* ob. Cit. pg. 107 e Gilbert, Martin, *Churchill and...* ob. cit. pg. 203

were preparing to strike at us.”<sup>103</sup> O Senador chegava ao ponto de sugerir ao governo português que se mantivesse tranqüilo com a ocupação e não tremesse de medo [sic] , porque os americanos seriam “[...]simples administradores[...].”<sup>104</sup>

Não será excessivo pensar que toda esta problemática estava concertada entre a Casa Branca, o Senado e a embaixada americana, em Lisboa. Tal como refere George Kennan, Bert Fish era um particular amigo de Claude Pepper, tinha sido um dos principais animadores e financiadores, na Flórida, da reeleição de Roosevelt e é de considerar que, politicamente, seria importante que o Senado fosse preparando a opinião pública para a intervenção nas ilhas.<sup>105</sup> O problema é que Londres, ainda que concordasse que os Açores deveriam ficar a coberto de uma ocupação alemã, não tinha exactamente o mesmo ponto de vista sobre quem deveria ocupar o quê.

Como seria de esperar, tal como anteriormente Salazar tinha referido a Bianchi num outro ofício, o governo Português protestou fortemente, através de uma nota oficiosa, na qual se demonstrava que muito tinha sido feito para reforçar a defesa militar dos arquipélagos e que o governo de Portugal não tinha sido alvo de nenhum pedido por parte de Washington.<sup>106</sup> Contudo, o que preocupava o Presidente do Conselho é que apesar de Cordell Hull ter manifestado o desejo de manter amigáveis relações com Portugal, tinha evitado, cuidadosamente, referir se havia algum plano que tivesse previsto a ocupação referida.<sup>107</sup>

E não havia que esperar muito tempo para que as intenções de Roosevelt fossem conhecidas do grande público. Num discurso pela radio em 27 de Maio, Roosevelt declarou o estado de emergência nacional. E para que não haja outras interpretações do conteúdo

do do *fire- chat radio*, como era designado, mantêm-se os termos em inglês, para melhor análise e discussão.

“The Cape Vert islands are only seven hours distance from Brazil by bombers or troop-carrying planes. They dominate shipping routes to and from the South Atlantic. [...] The war is approaching the brink of the western hemisphere itself. It is coming very close to home. [...] Unless the advance of Hitlerism is forcibly checked now, the Western Hemisphere will be within range of the Nazi weapons of destruction [...] Equally, the Azores and the Cape Verde islands, if occupied or controlled by Germany, would directly endanger the freedom of the Atlantic and our own American physical safety [...]. Old fashioned common sense calls for the use of strategy that will prevent such an enemy from gaining a foothold in the first place”.<sup>108</sup>

Este discurso reflectia aquilo que Salazar mais deplorava nos norte-americanos, a sua arrogância e os seus tiques de imperialismo. Aliás, num ofício dirigido a Martinho Nobre de Melo, Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Salazar refere que o discurso de Roosevelt era “[...] mais uma iniludível afirmação do imperialismo norte-americano em todo o hemisfério Ocidental e representação pela América do Norte de todos os interesses das nações americanas[...].” ao mesmo tempo que se dava mais um passo na intervenção no conflito europeu.<sup>109</sup>

Não perdeu tempo, Salazar, a responder ao discurso do Presidente. Em mais um ofício dirigido ao Ministro Bianchi, Salazar ordenou-lhe que entregasse uma carta na Secretaria de Estado, sem demora, e na qual não poupava nos adjectivos, nas críticas e nas certezas. Pela importância da resposta e contundente teor, permitimo-nos reproduzir o seguinte:

“Na exposição desta tese não se faz a mais ligeira alusão ao princípio fundamental da soberania alheia exercida e mantida sem

agravo para ninguém. Acerca desta tese na parte em que ela possa envolver territórios nacionais, o Governo português julga do seu imperioso dever pedir esclarecimentos, porque ela pode ser interpretada como conduzindo à admissão de que, para defender outros países ou para se defender a si própria, poderia uma grande nação cometer atropelo análogo àquele de que se diz existir a ameaça por parte de terceiros estados. O governo português, que ainda há pouco recebeu com satisfação e reconhecimento do Governo dos Estados Unidos, pela boca do Secretário de Estado, seguranças do respeito pela sua soberania [...] reafirma a sua indefectível resolução de defender até ao limite das suas forças a sua neutralidade e os seus direitos soberanos contra todo e qualquer ataque que possam ser objecto, embora continue a dizer que o não espera.”<sup>110</sup>

No dia 30 de Maio, Churchill informou o Presidente norte-americano que a Grã-Bretanha estava preparada para ocupar as ilhas de Cabo Verde, Gran Canaria, e uma das ilhas dos Açores, assim que os alemães marchassem para Espanha. O Primeiro-ministro fez ainda questão de referir que gostaria de receber a colaboração americana na ocupação dos Açores, e não o contrário. Dois dias antes, Portugal tinha informado a Grã-Bretanha que, embora pudesse aceitar a ajuda do seu aliado britânico não queria isso de uma nação com a qual não tinha compromissos políticos existentes.<sup>111</sup>

Como seria de esperar, em determinados círculos do Whitehall, o discurso presidencial provocou, igualmente, uma onda negativa em Inglaterra. Apesar de saber que dificilmente a Grã-Bretanha teria capacidade para ocupar todas as ilhas portuguesas, Churchill, depois de falar com Eden, recomendou ao Presidente que recuasse, de alguma forma, nas suas intenções.<sup>112</sup>

103 DAPE, Vol. VIII, Doc. 1795, do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios estrangeiros, 7/05/1941, pgs. 387-388

104 *Ibidem*

105 Kennan, George F., *Memoirs...* ob. cit. Pgs. 143-144

106 DAPE, Vol. VIII, Doc. 1801, do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres, 09/05/1941, pgs. 390-391

107 Weiss, Kenneth, G., “The Azores in Diplomacy...” ob. Cit. Pg. 14

108 DAPE, Vol. VIII, Doc. 1851, do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 28/05/1941, pgs. 451-456

109 DAPE, Vol. VIII, Doc. 1857, do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, 29/05/1941, pg. 464-466

110 DAPE, Vol. VIII, Doc. 1855, do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington, 29/05/1941, pgs. 460-463

111 MNE – GSG – Telegramas Manuscritos, Nº 100. Oliveira Salazar a Embaixador em Londres, 28 Maio 1941 e Smyth, Denis, *Diplomacy...* ob. cit. pg. 225

112 Stone, Glyn, *The Oldest Ally – Britain and the Portuguese Connection, 1936-1941*, Ed. The Royal Historical Society, The Boydell Press, London, 1994. Pgs. 175-176

O próprio *Foreign Office*, tal como Salazar, reagiu à tese americana como uma demonstração de imperialismo, e isso mesmo dá nota Roger Makins que, na sua correspondência com Eccles, refere que a atitude norte-americana tinha sido mais uma demonstração de prepotência e falta de tacto.<sup>113</sup> Em face de toda a contestação que gerou em Londres e em Lisboa, tal como já foi referido, Roosevelt desistiu da operação militar aos Açores em favor duma ocupação da Islândia.<sup>114</sup> No dia 10 de Junho, o Departamento de Estado enviou uma carta a Salazar, em termos conciliatórios, referindo-se ao teor do discurso do Presidente.<sup>115</sup>

Contudo, em telegrama enviado a Armindo Monteiro e a Theotónio Pereira, no dia 26 de Junho de 1941, Salazar refere que as satisfações dadas pelo Departamento de Estado estavam longe de ir ao encontro dos desejos do governo e, de forma muito objectiva, Salazar pede ao Embaixador em Madrid que confronte Samuel Hoare com o silêncio da Grã-Bretanha.<sup>116</sup> Duas semanas mais tarde, em telegrama só para Londres, Salazar dá nota a Armindo Monteiro que lamentava profundamente que a Grã-Bretanha não tivesse querido, ou não tivesse tido força, para pressionar Washington sobre esta situação, que o Presidente do Conselho considerava atentatória da soberania de Portugal.<sup>117</sup>

Só que Salazar não sabia o que circulava entre o *Foreign Office*, e as embaixadas britânicas em Lisboa e em Madrid. Apesar de

toda a deferência e admiração que Hoare e Campbell tinham pelo Chefe do Governo, o embaixador em Lisboa escrevia a Hoare, em 24 de Maio de 1941, que os dois deveriam convencer o Presidente do Conselho a pensar seriamente em sair de Lisboa e transferir-se para os Açores.<sup>118</sup>

Em primeiro lugar, só não se conhecendo Salazar se poderia equacionar esta hipótese e, em segundo lugar, parecia uma capitulação da parte da Inglaterra, aceitando a presença norte-americana nos Açores, ou mesmo a inglesa e a americana em Cabo Verde. Pretendia-se, então, que Salazar ficasse protegido pelos norte-americanos/ingleses, enquanto a embaixada em Lisboa, com o apoio do SOE, tomaria todas as medidas necessárias a destruir as infra-estruturas que não devessem cair nas mãos dos alemães.<sup>119</sup> Mais grave ainda, o *Foreign Office* foi trocando correspondência com os dois diplomatas sobre o assunto, e mostra-se profundamente desagradado quando Salazar se recusou liminarmente a aceitar qualquer projecto do género que não envolvesse uma claríssima agressão alemã ao território continental português.

Assumindo-se quase o protótipo da chantagem, Eden refere ao *War Cabinet* que pediu a Monteiro, em 30 de Maio, para transmitir a Salazar que a Inglaterra não tinha nenhuma possibilidade de defender Portugal. Indirectamente, e sabendo-se já dos problemas levantados com Washington, os ingleses propunham a Salazar uma “custódia a meias”, no sentido de satisfazer quer ingleses quer americanos.<sup>120</sup> No desenvolvimento desta questão, Eden dá nota a Campbell que pressionou fortemente Monteiro, para que Salazar respondesse ao memorandum de 10 de Julho, sobretudo porque os militares não queriam que o Chefe do Governo apresentasse alternativas ou dificuldades em transferir-se para os Açores, independentemente da queda de Gibraltar.

Para Salazar era muito claro: ou a Alemanha entrava em Portugal e o governo tomava uma decisão que estaria já preparada ou então ele, Chefe do Governo, manter-se-ia no seu posto.<sup>121</sup> Eden, recomenda, contudo, a Campbell que seja completamente franco com Salazar porque, como refere o ofício:

“*Given (a) the character of Dr. Salazar, with whom business can only be discussed upon a basis of absolute frankness, (b) his loyalty to the Anglo-Portuguese Alliance, and (c) the satisfactory progress already made with Dr. Salazar, whose performance is in the opinion of all competent observers, likely to be better than his promises, such an approach might have the effect of inducing him to reconsider his rather reluctant decision to go to the Islands, and so imperil the prospect of obtaining the use of the Islands, at the appropriate time, in collaboration with the Portuguese’s*”.<sup>122</sup>

No entretanto, Salazar recebe, a 21 de Julho, uma carta de Roosevelt, pela mão de Bert Fish, embaixador dos EUA em Lisboa. Na carta, Roosevelt escreve que a soberania intacta de Portugal sobre os territórios continental, atlânticos e coloniais davam completa garantia de segurança ao hemisfério Ocidental.<sup>123</sup> E prosseguindo na sua versão da história, o Presidente refere que os EUA estarão prontos a auxiliar o governo português, se este entender que está ameaçado e que são as falsas notícias na imprensa que querem estragar a relação entre os dois países. Finalmente, Roosevelt diz-se penalizado por se ter duvidado da justeza da atitude norte-americana e relembra o espírito de grande cooperação entre os dois países durante a guerra de 1914-1918, quando ele, pessoalmente, esteve nos Açores e pôde observar essa mesma colaboração.<sup>124</sup>

Três notas sobre esta carta: em primeiro lugar, a invasão da URSS pela Alemanha dava outro espaço de manobra aos aliados anglo-americanos para não se preocuparem

113 Eccles, David, *by safe ...* ob. cit. pg. 250 e pgs. 281-282. Sobre este assunto ver ainda Wevill, Richard, *Diplomacy, Roger Makins and the Anglo-American Relationship*, Ashgate Publishing Ltd, Farnham, 2014, pgs. 35-36 e Caldwell, Robert G. “The Anglo-Portuguese Alliance Today” em *Foreign Affairs*, Vol. 21, Number 1, Oct. 1942, pg. 156

114 Weiss, Kenneth, G., “The Azores in Diplomacy...” ob. cit. Pg. 14, e Clifford, Lt. Colonel Kenneth J. “The United States Marines in Iceland...” ob. cit. pg. 3

115 Rodrigues, Luís Nuno, *Franklin Roosevelt e os Açores nas Duas Guerras Mundiais*, Coord. Luís Nuno Rodrigues, Ed. FLAD, Lisboa, Julho, 2008, pg. 146

116 MNE – GSG – Telegramas Manuscritos. N.º 118. Oliveira Salazar a Embaixador em Londres e Embaixador em Madrid, 12 Junho 1941

117 MNE – GSG – Telegramas Manuscritos. N.º 124. Oliveira Salazar a Embaixador em Londres, 29 Junho 1941

118 ASH, File 11, Doc. 4, Campbell a Hoare, 24/05/1941

119 Wylie, Neville, “An Amateur Learns His Job”? Special Operations Executive in Portugal, 1940-42” em *Journal of Contemporary History*, Vol. 36, No. 3, (Jul. 2001) pgs. 444-445

120 NA CAB/65/23/6, 4 August 1941, anexo de 10 de Julho

121 *Idem*, anexo de 4 de Agosto

122 *Idem*, anexo de 29 de Julho e 4 de Agosto.

123 MNE – GSG – Telegramas Manuscritos. N.º 142. Oliveira Salazar a Embaixador em Londres, e a Ministro em Washington, 22 Julho 1941. A carta de Roosevelt está datada de 8 de Julho de 1941.

124 MNE – GSG – Telegramas Manuscritos. N.º 142. Oliveira Salazar a Embaixador em Londres, e a Ministro em Washington, 22 Julho 1941

tanto com a propalada invasão das ilhas; em segundo lugar, admita-se que Roosevelt se mostrou genuinamente arrependido de ter “provocado” Salazar e, curiosamente, dois anos mais tarde, em conversa com Kennan, conversa que mantiveram na Casa Branca, Roosevelt reconheceu que, em vez de deixar a “porta aberta” a um bom relacionamento com Salazar, tinha assumido, mais uma vez, uma postura arrogante e tinha perdido com isso.<sup>125</sup>

Em terceiro lugar, Roosevelt não fala uma única vez da aliança, o que poderá ter significado que, apesar de ter desistido de avançar para as ilhas sem um prévio convite do Presidente do Conselho, estava na expectativa de o poder fazer, sem contar necessariamente com os ingleses. Aliás, será essa a postura que Roosevelt irá manter, três semanas mais tarde, quando se encontrar com Churchill em Placentia Bay, na Terra Nova. No dia 29 de Julho, Salazar envia uma carta a Roosevelt, não como Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas como Presidente do Conselho de Ministros.

Nessa carta, da qual deixo em anexo a primeira página (Ver anexo C), Salazar pretendeu encerrar definitivamente a questão do discurso. Embora tenha agradecido a carta, educadamente, também assinalou que não lhe parecia que da parte americana pudesse haver um atentado à soberania de Portugal, embora pudesse ser tudo uma questão de interpretação ou de propaganda. No entanto, Salazar não deixou de acusar o toque, e fiel aos seus princípios, o Chefe do Governo apontava:

“A falta de esclarecimentos satisfatórios que aliás pedimos, ficava-nos, para aderirmos à boa interpretação das palavras de Vexa, a razão séria de que, embora tal procedimento lhes crie uma inferioridade transitória, as nações devem manter-se fiéis ao seu ideal e não podem na sua acção política violar os seus princípios que se dizem defender ou por que estão prontas a bater-se.”<sup>126</sup> No final, mas numa mensagem subliminar, Salazar deixa a porta aberta a uma colabo-

ração, sempre falando no condicional e se, por acaso, a situação de neutralidade viesse a ser alterada por uma violação da soberania de Portugal.<sup>127</sup>

A 11 de Agosto de 1941, a bordo do navio *Prince of Wales*, fundeado na Terra Nova, Churchill recebeu o Presidente Roosevelt, naquela que ficou conhecida como a conferência do Atlântico. O dia 11 começou com uma abordagem à questão portuguesa e à ocupação dos Açores e Cabo Verde. Segundo o relato do Subsecretário Sumner Welles, publicada na *Foreign Relations of United States*, (FRUS) houve, desde o princípio, um acordo relativamente à capacidade de cada estado poder ocupar determinados territórios no Atlântico.<sup>128</sup>

Churchill comunicou a Roosevelt que, perante as circunstâncias do momento, a Grã-Bretanha pretendia lançar uma ofensiva contra as Canárias, em 15 de Setembro, mas que não estava em condições de assegurar a ocupação dos Açores. O Presidente Roosevelt declarou, então, que estava disposto a fazê-lo, mas apenas quando isso fosse solicitado por Salazar, na linha daquilo que tinha escrito ao Chefe do Governo português. Associaria o Brasil a essa iniciativa, se os dois países lusófonos estivessem de acordo. Ficava igualmente decidido que a Grã-Bretanha ocuparia o arquipélago de Cabo Verde, porque seria menos complicado de defender e exigia menos esforços logísticos.<sup>129</sup>

Churchill, comprometeu-se a enviar uma carta a Salazar, assim que chegasse a Londres, informando-o da nova relação de poderes e da disponibilidade dos EUA apoiarem Portugal assim que fosse considerado necessário.<sup>130</sup> No documento enviado ao *War Cabinet* denominado *Confidential Annex*, “A” com a data de 19 de Agosto, está transcrita a reunião de 11 de Agosto, a bordo do *Prince of Wales*, mas vista do lado inglês.

127 *Ibidem*

128 United States Department of State / Foreign Relations of the United States diplomatic papers, 1941. (FRUS) General, The Soviet Union, (1941) Roosevelt-Churchill - Atlantic Conference; pgs. 345-367

129 *Ibidem* e ainda NA CAB/66/18/25, 20 August 1941. Joint Anglo-American Declaration of Principles, Atlantic Islands.

130 *Ibidem*

Nele, Churchill refere que Roosevelt estava ansioso [sic] por entrar nos Açores, contudo esperaria uma comunicação do Doutor Salazar. Eden acrescenta que Roosevelt optou por ver a carta escrita pelo Presidente do Conselho por um prisma positivo, dando a entender que Salazar não teria nenhum problema em pedir ajuda, se necessário. Embora o Primeiro-ministro inglês não visse as coisas por esse lado, preferiu não tecer mais nenhum comentário à questão.<sup>131</sup>

Mais curioso é que nem o Primeiro-ministro nem o seu Secretário para o *Foreign Office* referem ao *War Cabinet* que a Grã-Bretanha se responsabilizaria pela ocupação de Cabo Verde, em detrimento dos Açores, como o *Foreign Office* tanto tinha sublinhado. Ao terminar o relato, coincidem os dados num ponto: Salazar deveria ser informado quanto antes, que a Grã-Bretanha não estava em condições de prestar qualquer apoio material, leia-se armamento, à defesa das ilhas, pelo menos num futuro próximo, confirmando-se que a Operação *Pilgrim*, de ocupação das Canárias, seria levada a efeito, em Setembro, houvesse ou não provocações do lado alemão.<sup>132</sup>

Ao longo do conflito, a posição geoestratégica dos Açores acabou mesmo por impor a sua importância. Acontece, porém, e mais uma vez, que o *State Department* evidenciou uma enorme incapacidade para lidar com as questões europeias, sob pressão. Segundo relata Kennan, e numa altura em que os ingleses negociavam com Salazar a utilização do arquipélago, quiseram os norte-americanos ocupá-las, também, sem, contudo, oferecer quaisquer garantias ou contrapartidas. O comentário crítico que o mesmo diplomata acrescenta ao tema demonstra o quanto “o pai do *Containment*” conseguiu, com a sua sensibilidade e com o pouco tempo em que viveu em Lisboa, “aprender” com o Presidente do Conselho:

“Salazar não estava preparado para ouvir propostas norte-americanas que envolvessem um conjunto de cedências que mudariam as características dos Açores, da sua economia e dos seus habitantes. E também

131 NA CAB/65/23/10, 19 August 1941

132 *Ibidem*

125 Kennan, George, *Memoirs...* ob. cit. pgs. 159-161

126 MNE - Arquivo Teixeira de Sampaio, GSG, Maço 4, EUA. Lisboa, 29 de Julho 1941. Vide Anexo E.

porque não iria aceitar prescindir da neutralidade que tão laboriosamente construiu durante os anos da guerra”.<sup>133</sup>

Se as relações entre os EUA e Portugal pouco evoluíram durante a guerra, fica contudo a nota de realce sobre o trabalho desenvolvido pela embaixada portuguesa e pelo seu responsável máximo, em Madrid, num tempo tão difícil da guerra, e que foi deixado pelo embaixador americano em Madrid, Carlton Hayes, e que, aliás, coincidia com o pensamento de Hoare, como fizemos já referência:

“O Embaixador português Dr. Theotónio Pereira, que era, a par do Núncio apostólico, o decano do Corpo Diplomático, provou ser um bom amigo e um muito útil aliado. A sua proximidade com Salazar permitiu exercer uma enorme influência em Espanha. O seu patriotismo era tão grande quanto a sua lealdade à aliança luso-britânica e sempre reconheceu que, para Portugal e para os aliados, era extremamente perigosa a colaboração entre o Eixo e a Espanha. Ao mesmo tempo que não confiava em Serrano Suñer e odiava a Falange, tinha muito bons contactos com determinados colaboradores de Franco, e isso permitiu-lhe a ele e a nós estar bem colocados. Num constante esforço para conduzir a Espanha na direcção de Portugal, para construir um verdadeiro bloco peninsular, contribuiu de forma inimaginável, num momento em que nós, e a Grã-Bretanha, tínhamos muito menos influência, para contrariar a propaganda e a argumentação dos nossos inimigos.”<sup>134</sup>

### A cimeira luso-espanhola de Sevilha, a demissão de Serrano Suñer e a visita de Jordana a Portugal

#### A cimeira luso-espanhola de Sevilha

O segundo semestre de 1941 ou, se quisermos ser mais precisos, o período temporal que se inicia com o encontro de Churchill e Roosevelt, na Terra Nova, marca uma fase aguda nas relações entre os dois países ibéricos e a coligação anglo-americana, mas também

uma inflexão decisiva no comportamento gradual da Espanha até ao final de 1942. Salazar e Franco, ainda que em dimensões diferentes, iriam viver momentos particularmente delicados que poderiam marcar uma ruptura com os primeiros anos da guerra, sobretudo por parte dos espanhóis e proporcionar, finalmente, uma partilha de preocupações e a perspectiva de uma estratégia comum de resposta aos efeitos colaterais da guerra, desde os acordos desenhados em Placentia Bay até à Operação *Torch*, passando pela entrada dos EUA na guerra e ao fracasso da invasão alemã à URSS.

Como o tratado luso-espanhol, de 1939, e o protocolo adicional, de 1940, referiam, relativamente à defesa comum do espaço ibérico e à oposição a qualquer tipo de ameaça à integridade peninsular, não espantaria nenhum observador mais atento se Salazar se encontrasse com Franco, em qualquer momento deste período temporal que agora queremos analisar. O que realmente espantava, e preocupava, quer os portugueses quer os ingleses, tinha sido a recusa sistemática do Chefe de Estado espanhol em evitar encontrar-se com Salazar, e alinhar um conjunto de princípios básicos que desse outra força aos acordos referidos, dissuadindo as potências beligerantes de intentarem qualquer tipo de alienação da neutralidade, ou não-beligerância, dos dois vizinhos ibéricos.

Na óptica dos embaixadores, inglês e português, em Madrid, e até do próprio Presidente do Conselho, a dificuldade estaria na influência negativa do Ministro Serrano Suñer e na ambiguidade política do próprio Franco<sup>135</sup>, que apesar de sentir a proximidade do apoio de Salazar, não queria prejudicar as suas relações com o Eixo, sabendo-se que, pelo menos até ao final de 1941, a Espanha tinha conseguido manter-se à margem dos projectos beligerantes da coligação.

Mas, mais do que nunca, o período que indicámos como referência prestava-se à realização desse encontro, pelas razões que serão aduzidas e seria um sinal, sobretudo para os ingleses, que Portugal continuaria a tudo

fazer para evitar qualquer aventura impenhada por parte dos espanhóis. Serve esta breve reflexão para introduzir a questão da inflexão da política ambígua de Espanha e a sua deslocação, finalmente, para a órbita da esfera de influência de Portugal, se bem que para uma potência maior não fosse particularmente fácil reconhecer que uma outra, mais pequena e até intemporalmente rival, tinha muito mais influência, dentro do quadro do sistema internacional da época.

Se o bloqueio económico imposto a Lisboa e Madrid já era factor desequilibrador no quotidiano dos dois estados ibéricos, com particular ênfase no caso espanhol<sup>136</sup>, com a entrada dos EUA na guerra, por via da agressão japonesa a Pearl Harbour<sup>137</sup>, com a descoberta de redes clandestinas de sabotagem, em acção nos países neutrais, com o afrouxamento da caminhada triunfal da Alemanha, na URSS, com a invasão de Timor pela Austrália, com a ameaça que pendia sobre as ilhas atlânticas, de ambos os países, e com os resultados desanimadores da conferência pan-americana do Rio de Janeiro, no início do ano de 1942, Portugal e Espanha tinham razões de sobra para estruturar uma agenda comum que facilitasse a posição de cada estado perante a guerra e os reforçasse enquanto bloco estratégico, tendo em conta os desafios que os beligerantes lhes lançariam num futuro próximo.

Elencadas sumariamente as preocupações, convém determo-nos, ainda que brevemente, nas características que as tornavam comuns, e como cada uma contribuía para que o sentimento vivido, em Lisboa e Madrid, ganhasse um mínimo denominador comum, o qual era o de preocupante afastamento em relação à coligação anglo-americana, deixando em segundo plano a pressão exercida pelo Eixo.

Como já foi referido, as medidas tomadas pelos países coligados paralisavam, cirurgicamente, o quotidiano espanhol, tendo em conta que os produtos retidos na América eram produtos essenciais à reconstrução in-

133 Kennan, George, *Memoirs...* ob. cit, pgs. 152

134 Hayes, Carlton J. H., *Wartime...* ob. cit. Pg. 36

135 ASH – File 11, Doc. 1, Hoare a Campbell, 25/3/1941 e GSG – Telegramas manuscritos, n.º 1031, Salazar à embaixada em Madrid, 19/08/1939

136 Thomás, Joan Maria, *Roosevelt and Franco...* ob. cit. pg. 185

137 Gilbert, Martin, *A Segunda Guerra Mundial, Vol. I*, Ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1ª edição, 1989, Pg. 339

ustrial e financeira do país e à sua sobrevivência imediata. Contudo, se esta estratégia denominada “do Pau e da Cenoura” permitia aos americanos e aos ingleses controlar as exportações e importações, por razões de carácter político e estratégico, também alimentavam o ódio da população e da classe política mais ligada ao Falangismo, ódio que os seus responsáveis se encarregavam de potenciar.

Com a aproximação do Inverno, a Espanha viu aumentar drasticamente as suas condições de sobrevivência, sem o esboço de qualquer apoio alemão, ainda que Serrano continuasse a exibir uma ineludível confiança na vitória do Eixo e se preparasse para voltar a Berlim, sob pretexto de participar na cerimónia de renovação do Pacto Anti-Komintern.<sup>138</sup> Não era de estranhar que a relação entre Franco e Serrano e os embaixadores americano e inglês continuasse agressiva e, muitas vezes, hostil. Coube a Theotónio Pereira assumir, em determinadas ocasiões, a responsabilidade de atenuar este clima, funcionando em outras tantas como intermediário ou, até, como ponte entre as partes desavindas, mostrando a Franco como o papel de Portugal era insubstituível para que a Espanha não ficasse definitivamente isolada.<sup>139</sup>

Mas Portugal tinha, também, as suas preocupações e Salazar deveria, rapidamente, encontrar uma solução para os desafios que se aproximavam. A nova estratégia comercial da Grã-Bretanha, a partir da Primavera de 1941, fruto da aposta clara no apoio dos americanos, obrigava-o, sozinho, a lidar com uma realidade que, a breve trecho, lhe traria custos políticos evidentes. Para piorar o cenário, em Março de 1941 o *MEW* enviou David Eccles para Washington, com a missão de convencer os norte-americanos a não deixar de apoiar a neutralidade ibérica, recorrendo inclusivamente ao papel da Cruz Vermelha, como substituta das instituições governamentais.

Mas, para além de ter que se dividir entre Lisboa, Madrid e Washington, com períodos de maior permanência na capital norte-ame-

ricana, Eccles foi-se deixando seduzir pelas supostas certezas e facilidades manifestadas do outro lado do Hemisfério.<sup>140</sup> E se, até ao momento, Salazar tinha tido em Eccles um defensor intransigente da política neutral portuguesa, com impacto claro em Madrid, isso deixaria de acontecer, no mesmo registo e com tanta evidência. O contacto com os EUA e com as suas potencialidades, o acesso privilegiado ao Presidente e aos assessores principais da Casa Branca, com e sem Halifax por perto, deram-lhe uma visão mais optimista sobre as mais-valias duma coligação comercial anglo-americana, ainda que partilhasse da ideia, assim como Salazar, Hoare, Kennan ou Makins, que os americanos precisariam de alguma formação política sobre a realidade da Europa, sobretudo uma visão mais pragmática.<sup>141</sup>

Em Agosto de 1941, Eccles, que nunca deixou de ser um admirador confesso de Salazar, não se coibiu de o criticar, como nunca tinha feito antes, numa das suas variadíssimas entrevistas em São Bento. Nessa conversa, deu-lhe a entender que Portugal estava a ser um verdadeiro entrave ao acesso inglês à totalidade do volfrâmio, e à possibilidade de, inversamente, se deixar de vender àquele minério estratégico aos alemães.

Tal facto, afirmava o inglês, não só causava uma enorme apreensão nalguns círculos do poder londrino, menos tolerantes com Portugal, como poderia comprometer, perigosamente, o esforço de guerra britânico.<sup>142</sup> Esta mudança súbita de discurso, de alguém que, até então, mostrava ter sido cúmplice da estratégia de Salazar, funcionou como um sinal de alerta, para que Portugal se interrogasse sobre as suas prioridades do momento e, se necessário, voltasse a endurecer o seu diálogo com Londres, mas desta vez não sozinho. Relativamente à situação no Atlântico, os discursos norte-americanos sobre a hipotética ocupação de bases, ainda que se tivessem referido a possessões portuguesas, não garantiam que as Canárias ficassem incólumes.

Aliás, dos discursos passou-se aos actos e a estratégia delineada no *Prince of Wales*, ao largo da Terra Nova, apontava para um cenário exactamente ao contrário.<sup>143</sup> Enquanto os chefes militares ingleses pesavam os prós e os contras de lançar a operação *Pilgrim*, dirigida às Canárias e, em Setembro daquele ano, como pretendia Churchill, Franco alertava Salazar para a existência de redes secretas que aliavam homens do SOE e oposicionistas aos dois regimes, sobretudo membros do partido comunista português e o espanhol e monárquicos tradicionalistas espanhóis, porque eram os únicos que estavam verdadeiramente estruturados.<sup>144</sup>

As informações tinham sido passadas pela *Seguridad* espanhola que trabalhava em estreito contacto com a Gestapo, naturalmente empenhada em destruir o trabalho feito pelas várias agências de *intelligence* britânicas a funcionar na Península.<sup>145</sup> As revelações feitas ao Presidente do Conselho não o apanharam de surpresa. Salazar sabia, pelo menos desde Julho de 1941, que existia uma rede clandestina britânica a operar em Portugal, com o apoio de portugueses, e só não a tinha denunciado ao embaixador Ronald Campbell porque guardava que a PVDE lhe apresentasse mais dados concretos e não queria estragar o efeito surpresa.<sup>146</sup>

Embora não conhecesse ainda a dimensão real da rede, a PVDE e o governo tinham

143 United States Department of State / Foreign Relations of the United States Diplomatic Papers, 1941 General, the Soviet Union, (1941) (FRUS). Roosevelt-Churchill - Atlantic Conference, pgs. 345-367. ver ainda NA CAB/66/18/25, 20 August 1941- Joint Anglo-American Declaration of Principles, Atlantic Islands.

144 Alpert, Michael, “Operaciones secretas inglesas en España durante la Segunda Guerra Mundial”, em *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, n.º 15, 2002, Pgs. 461-462

145 Wylie, Neville et alia, *The Politics and Strategy of Clandestine War: Special Operations Executive, 1940-1946*, Ed. Routledge, Abingdon (UK), 2007, pg. 9

146 DAPE, Vol. IX, Docs. 2017, Memorando do Ministério dos Negócios Estrangeiros a ser entregue ao Secretário de Estado de Sua Majestade Britânica, 1/07/1941, Pgs. 11-16; 2049 (Anexo II), Do Embaixador de Portugal em Londres ao Secretário de Estado de Sua Majestade Britânica, 10/07/1941, Pgs. 56-58 e 2333, Do Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres, 30/09/1941, pgs. 298-314

140 Eccles, David, *By Safe Hand*...ob. cit. Pgs. 240-244

141 *Ibidem*

142 *Idem*, pg. 301 e Stevens, Donald. G., “World War II Economic Warfare: The United States, Britain and Portuguese Wolfram”, em *The Historian*, Vol. 61, Issue 3, March 1999, Pgs. 544

138 Preston, Paul, Franco, “Caudillo de España”, Ed. Debolsillo, 2ª ed., Barcelona, 2006, pg. 491

139 Hayes, Carlton J. H., *Wartime* ...ob. cit. Pg. 36 e ver ainda ASH, File 11, doc. 1, 25/3/1941

elementos suficientes sobre o SOE que, a confirmarem-se, colocariam a Aliança luso-britânica “no arame”, perdoe-se o plebeísmo.<sup>147</sup> A questão da existência do SOE, e o trabalho feito a partir de Lisboa, que têm sido superiormente divulgados por Neville Wylie e pelo *The National Archives*, não se esgota na vertente policial interna ou das relações difíceis entre Portugal e a Inglaterra. Existe, a partir de 1941, um profundo nexo de causalidade entre o problema dos apoios à referida rede clandestina e a questão do comunismo. Como temos tido oportunidade de referir, Salazar, a par de Franco, avisou inúmeras vezes Eccles, Hoare e Campbell do perigo que a URSS representava para a Europa do pós-guerra, para os valores ocidentais cristãos e para o mundo, na sua globalidade.<sup>148</sup>

Fruto das análises e leituras que supostamente eram feitas em Madrid, mas sobretudo em Lisboa, de obras de âmbito histórico e de carácter geográfico-político, publicadas no final do séc. XIX e no início do séc. XX, e as experiências recolhidas com a revolução russa de 1917, era possível dispor de elementos suficientes que apresentavam a Rússia na sua verdadeira expansão imperialista.<sup>149</sup> Como refere Fernando Rosas, o governo de Lisboa via na invasão alemã ao território soviético a possibilidade de se construir uma barreira ao expansionismo soviético, algo que Mackinder primeiro e Kennan, mais tarde, consideravam fundamental, daí manifestar-se absolutamente contra qualquer ajuda dos aliados a Stalin.<sup>150</sup>

O problema que se colocava directamente

a Salazar é que se os aliados vencessem a guerra, como no fundo Salazar desejava, integrados numa coligação vencedora, com a URSS, iriam dar um novo fôlego ao Partido Comunista e a outros grupos oposicionistas que aproveitavam o trabalho feito pelo SOE, no âmbito da chamada *Black Propaganda*.<sup>151</sup> Como tal, o Presidente do Conselho quando denunciasse a rede aos ingleses, pretendia desfechar um golpe profundo nas ambições dos oposicionistas.

Sublinhe-se que a leitura geopolítica que Salazar fazia dos desígnios soviéticos era concordante com a leitura de Franco, e os cenários que o Presidente do Conselho ia desenhando e que, na sua opinião, eram desdenhados por americanos e ingleses, vieram a confirmar-se em pleno. Só que naquele momento concreto da história, não se assistindo a qualquer vitória significativa ou esmagadora dos alemães, seria difícil que americanos e britânicos desistissem de apoiar Stalin. No final de 1941 os problemas de política externa que preocupavam Salazar, de repente, não se limitavam à península, a Londres ou ao Atlântico, mas deslocavam-se para o Pacífico.

Com o agravamento das relações entre os norte-americanos e os japoneses, a situação no Extremo Oriente ia piorando gradualmente. A Grã-Bretanha enviou vários vasos de guerra para o Pacífico e os Australianos, como refere Carlos Teixeira da Motta, relembram ao *War Cabinet* a importância estratégica de Timor. O *Far East Department*, do *Foreign Office*, apoiado nos pareceres militares australianos, faz saber ao embaixador Campbell que a Austrália e a Holanda temem que a zona estratégica que envolve Timor seja atacada pelo Japão, e pretendem actuar em conjunto.<sup>152</sup>

No *Foreign Office* há, contudo, uma voz discordante. Roger Makins, também ele um re-

conhecido admirador de Salazar, via David Eccles, e um dos responsáveis pelo *Central Department* informa o Subsecretário, Orme Sargent, nos seguintes termos:

“Meanwhile, the Netherlands Government are telegraphing to the Governor-General of the Netherlands East Indies to hold his hand pending the result of the representations at Lisbon. If however war breaks out in the Far East, it is fairly evident that the Dutch will act without waiting on Dr. Salazar.”<sup>153</sup>

Três dias depois, a 7 de Dezembro de 1941, a base norte-americana de Pearl Harbour é violentamente atacada pelos Japoneses. Mais uma vez a Espanha não esconde a sua antipatia pelos norte-americanos e a imprensa falangista, mesmo correndo o risco de agravar a já débil relação com os EUA, dá largas ao seu regozijo, felicitando os nipónicos pela sua acção.<sup>154</sup> As autoridades norte-americanas não perdem tempo nem a oportunidade de se vingarem de Madrid e todos os carregamentos preparados pela Cruz Vermelha, que aguardavam embarque com direcção aos portos de Espanha, são cancelados.<sup>155</sup> No dia 8 de Dezembro os EUA declaram a guerra ao Japão e a 11 é a vez de a Alemanha declarar a guerra aos EUA.<sup>156</sup>

Definitivamente o Pacífico seria palco de guerra e Timor corria riscos evidentes. Tolidos pelo medo, australianos e holandeses fazem derradeiras démarches para que Salazar ceda, mas a situação precipita-se no dia 16 de Dezembro. Nesse dia, Armindo Monteiro é chamado ao *Foreign Office*, por Sargent, e este informa-o que apesar de conhecer a posição portuguesa relativa a uma acção conjunta australiana e holandesa, estes últimos decidiram pôr em marcha um desembarque em território português. Quando perceberam que Salazar não autorizava qualquer acção conjunta em territó-

147 DAPE, Vol. IX, Doc. 2333, Do Presidente...ob. cit, pgs. 298-314

148 ASH, File 11, Doc. 5, Hoare a Campbell, 2/07/1941, Eccles, David, *by safe hand*...ob. cit. pgs. 292-293

149 Mahan, Alfred, T., *the Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*. 12th Edition. Ed. Little, Brown and Co, Boston, 1918 e Mackinder, Halford J. “The Geographical Pivot of History”, em *The Geographical Journal*, Vol. 23, N° 4, April, 1904, Pgs. 421-437

150 Rosas, Fernando, “Portuguese neutrality in the Second World War” em Wylie, Neville (Ed.), *European Neutrals and Non-Belligerents during the Second World War*, Ed. Cambridge University Press, Cambridge, 2002, pgs. 268-282. Ao contrário do que refere Ribeiro de Meneses, não nos parece que Salazar tenha perdido o controle da situação com a invasão alemã à Rússia. Meneses, Filipe, Ribeiro de, *Salazar*... ob. cit. pg. 241

151 The National Archives (PRO) - *Allied Propaganda in World War II: The Complete Record of the Political Warfare Executive (FO 898)*, Ed. Professor Philip M. Taylor, London, 2005, pg. 8

152 Motta, Carlos Teixeira da, *O Caso de Timor na II Guerra Mundial – Documentos Britânicos*, Ed. Instituto Diplomático, MNE, Lisboa, 1997, Pgs. 21-22 e DAPE, Vol. IX, Doc. 2505, Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 04/11/1941, Pgs. 489-490

153 Citado por Motta, Carlos Teixeira da, O Caso de Timor na II Guerra Mundial – Documentos Britânicos, Ed. Instituto Diplomático, MNE, Lisboa, 1997, Pg. 25

154 Preston, Paul, *Franco, Caudillo*...ob. cit, Pg. 492

155 Thomás, Joan Maria, *Roosevelt and Franco*...ob. cit. pg. 192

156 Gilbert, Martin, *A Segunda Guerra*...ob. cit, pg. 344

rio português sem um *casus belli* decidem entrar em Díli, provocando a ira do Presidente do Conselho.<sup>157</sup>

Para o governo de Portugal era inadmissível qualquer tipo de acção unilateral em Timor, sobretudo porque essa acção resultaria na perda da neutralidade, com duas consequências previsíveis e ambas delicadas: o Japão poderia considerar que Portugal quebrava a neutralidade e a Espanha, ao abrigo do Pacto Ibérico, poderia optar pelo Eixo, desobrigando-se de qualquer compromisso com Portugal. Mas mais grave ainda seria se Portugal chegasse à conclusão que a Grã-Bretanha não tinha impedido as tropas australianas e holandesas de violar a soberania portuguesa. Se o desembarque em Díli se deu em 17 de Dezembro e Armindo Monteiro tinha sido chamado a 16, era natural que o governo pusesse a hipótese de a Inglaterra ter agido por má-fé ou por omissão.

Definitivamente, as relações luso-britânicas corriam sérios riscos. Se o comportamento do SOE já era pouco dignificante e comprometiam um aliado como a Grã-Bretanha, o comportamento relativo a Timor excedia aquilo que Salazar podia esperar. Campbell ficou seriamente preocupado com a reacção do Presidente do Conselho e informou o *War Cabinet* que esperasse o pior, de Lisboa.<sup>158</sup>

Makins, com a sua visão estratégica, deixaria mais uma vez a sua marca neste processo ao defender, num *memorandum* para Eden, que a posição que a Grã-Bretanha tomasse, a respeito do pedido de Salazar - para que a Inglaterra aceitasse que tropas portuguesas enviadas de Lourenço Mar-

ques substituíssem as tropas holandesas e australianas - tivesse em conta que, naquele preciso momento, as relações entre os dois aliados corriam o risco de colapsar e que Salazar poderia, de um momento para outro, aproximar-se perigosamente do Eixo.<sup>159</sup>

Após duríssimas negociações, Salazar obtém uma vitória de Pirro: embora não tenha conseguido que as tropas invasoras recuassem para o Timor Holandês, conseguiu que os ingleses, a 18 de Janeiro de 1942, aceitassem o ponto de vista português. A decisão, diga-se, provocou um profundo desagrado nos responsáveis holandeses e uma divisão séria na *Foreign Office*, conseguindo Roger Makins que as chefias apoiassem a sua decisão, contra o parecer do *Far East Department*.<sup>160</sup> No entanto, seria uma satisfação episódica, porque como se sabe, os japoneses acabariam por invadir Timor. Assim que os EUA entraram na guerra, era expectável que Roosevelt e Sumner Welles insistissem com os países da América Latina para que invertessem as posições de neutralidade que tinham assumido, primeiro, no Panamá e, depois, em Havana.<sup>161</sup>

A única forma que os EUA tinham de convencer os estados americanos a quebrarem a sua neutralidade face ao conflito era confrontá-los com a guerra e a possibilidade de toda a América, se ver envolvida no conflito com o Japão. Em Portugal, Salazar alimentava ainda, nas palavras de Futscher Pereira, ilusões paternalistas sobre a influência que Portugal ainda podia ali exercer<sup>162</sup> e em Espanha, Serrano Suñer não desistia de formar um bloco hispânico, que no futuro, na nova ordem mundial, garantisse a influência de uma política de *hispanidad*, na qual, obviamente, não cabia Portugal.<sup>163</sup> Preocu-

pado com a situação sul-americana, Salazar envia um ofício ao embaixador no Rio de Janeiro no qual lhe pede que concerte posições com o embaixador espanhol na mesma capital, de forma que se possa evitar um alinhamento das nações americanas com os EUA.<sup>164</sup>

No dia 15 de Janeiro de 1942, começava a conferência pan-americana do Rio de Janeiro, que se prolongaria até 28 do mesmo mês. Todos os países, com a excepção do Chile e da Argentina, condenaram a agressão japonesa e a política antiamericana do Eixo, o que, à partida, era já um dissabor extra para Salazar.<sup>165</sup>

Serrano Suñer, por seu lado, ainda tem esperanças num *volte face*, fazendo fé no teor do ofício que enviou a Franco, no dia 15 de Janeiro. Nessa missiva, comunica ao Caudillo que o Chile apresentará uma proposta no sentido de haver uma posição conjunta de apoio aos dois países ibéricos e à sua posição de neutralidade, esperando o ministro que essa posição pudesse inspirar os EUA.<sup>166</sup> Mas os dados estavam lançados, também na América. Ainda que as conclusões finais apontassem para uma política de livre arbítrio face ao Eixo, apoiada pelo Chile e pela Argentina,<sup>167</sup> a posição maioritária apontou, como referimos, para a condenação do Pacto de Aço.

Se é verdade que os americanos fracassaram ao não conseguirem estabelecer um acordo de defesa estratégica do hemisfério, também é verdade que um dos países emblemáticos, o Brasil, acabaria “convencido” pelos EUA e, em 23 de Maio de 1942, assinou com os norte-americanos um acordo secreto que lhes dava a possibilidade de usar o território

157 DAPE, Vol. X, Doc. 2812, Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 16/12/1941, Pgs. 276-277

158 NA CAB 65/20 WM 131 (41), 19 December 1941. *We had at once informed the Portuguese Government and the United States Government of the position. The Portuguese reaction was described by our Ambassador as “violently unfavourable.” They contended that our arrangement with them only covered the case of “attack” and not “threat of attack”; and the Portuguese Prime Minister, in an interview with the Ambassador, demanded an explanation of the circumstances in which this “violation of Portuguese territory” had occurred. The Portuguese ambassador in London had also asked to see the Prime Minister.* NA CAB 65/20 WM 131 (41), 19 December 1941

159 Motta, Carlos Teixeira da, *O Caso de Timor...* ob. cit., Pg. 75

160 *Idem* Pgs. 87-90 e 104, e DAPE, Vol. X, Doc. 3024, Do Ministro dos Negócios Estrangeiros às Missões Diplomáticas, 22/01/1942, Pg. 482

161 Dallek, Robert, *Franklin D Roosevelt ...* ob. cit., pgs. 234-235

162 Pereira, Bernardo Futscher, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Ed. D. Quixote, Lisboa, 2012 Pgs. 335-336

163 Merino, Ignacio, *Serrano Suñer...* ob. cit., pgs. 49-52 e ASH – File 21, Doc. 20, Hoare a Churchill, 1/05/1941

164 DAPE, Vol. X, Doc. 2784, Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, 13/12/1941, Pgs. 255-257

165 Toynbee, Arnold, J. (Dir) Toynbee, Veronica, Medlicott, W.N, Howard, Constance, Hicks, Agnes, Duff, Katherine, Kirk, G.E *La Guerra y los Neutrales*, (Trad. Luis Solano Costa) Ed. Vergara, Barcelona, 1958, pgs. 150-151

166 FFF – Doc. 27191, Serrano a Franco, 15/01/1942

167 Rapoport, Mario, “La Neutralité argentine dans la Seconde Guerre Mondiale”, em Nevakivi, Jukka (ed.), *Neutrality in History: Proceedings of the Conference on the History of Neutrality* organized in Helsinki 9-12 September 1992 Helsinki: SHS, 1993, Pg. 244

brasileiro para instalar bases de guerra.<sup>168</sup> Estabelecidas as condições políticas que marcam a conjuntura dos últimos meses de 1941, na Península, avaliemos a evolução das condições que propiciaram as alterações, profundas, ao comportamento da Espanha, em relação a Portugal. Pesadas as vantagens de se manter fiel a uma linguagem próxima do Eixo ou as desvantagens de não se conseguir, definitivamente, libertar economicamente dos aliados, cedendo a estes controle sobre o Regime, Franco antevê a possibilidade de ir ao encontro dos desejos de Salazar e dos convites do Embaixador português em Madrid. Theotónio Pereira não hesita. Em Janeiro, surpreendido pela sugestão de Suñer em se encontrarem os dois líderes políticos, reafirma o convite feito, em Agosto de 1939, reiterado em Janeiro de 1941, na véspera de Franco se encontrar com Mussolini.<sup>169</sup>

Desta vez o Caudilho assenta num encontro e tem variadíssimas razões que o justificam. Em Fevereiro de 1942, rodeados de grande secretismo, Salazar e Franco decidem encontrar-se em Sevilha, respeitando a vontade de Salazar, que rejeitou qualquer aproveitamento mediático da reunião. Desse encontro de Sevilha existem, ainda hoje, muito poucos relatos e os dados existentes reflectem a pouca vontade dos protagonistas em abordar publicamente o assunto.<sup>170</sup> Apenas os comentários laterais ao encontro,

nomeadamente o apontamento redigido por Salazar da sua conversa com o Embaixador Ronald Campbell, em Março de 1942<sup>171</sup>, o testemunho de Pedro Theotónio Pereira nas missivas trocadas com Samuel Hoare, e deste, enviadas para Eden, Halifax e Churchill<sup>172</sup>, e os comentários feitos por Serrano Suñer a Stohrer, nos permitem retirar conclusões concretas e sublinhar a importância crucial do acontecimento para a consolidação da influência de Salazar sobre Franco e da vontade deste em desistir, definitivamente, de entrar na guerra, ao lado de Hitler.<sup>173</sup> Não se tendo acesso a qualquer tipo de agenda nem à ordem dos trabalhos, que se prolongaram por dois dias e seis conversas, (11-13 Fevereiro 1942) socorramo-nos das fundamentais notas de Salazar e das preocupações que eram comuns aos dois países, dividindo-as em três níveis diferentes: um nível económico, um nível político e um nível de segurança interna. No que concerne ao primeiro nível, a conversa reflecte a preocupação com que os dois chefes políticos viviam as dificuldades colocadas pelo bloqueio, com a perspectiva diária de sobrevivência assente em níveis dramáticos, e constantemente sublinhada pelos embaixadores de Portugal, Inglaterra e EUA.

A reflexão que se produzisse, levaria a um consenso que lhes permitisse contornar a exígua concessão de *navicerts*, preocupação que Serrano transmitiu a Salazar, na expectativa que o Chefe do Governo de Portugal exercesse a sua intermediação junto dos ingleses e, dessa forma, os dois países vizinhos pudessem, a curto prazo receber todo tipo de recursos económicos.<sup>174</sup>

A um segundo nível deveremos colocar as questões de natureza política, que envolviam a questão russa, a necessidade de gizar uma estratégia militar de resposta a agressões exteriores e a necessidade de Sa-

lazar manter, como num passado recente, um papel de porta-voz das preocupações ibéricas. Se quanto à questão russa havia uma total e pública identidade de pontos de vista, incorrendo-se às vezes em alguns exageros<sup>175</sup>, a questão militar, que estaria subjacente ao Tratado de 1939 e ao Protocolo de 1940, sob determinadas condições, devia ser reposicionada tendo em conta o que se escreveu anteriormente e que traz luz, agora, ao problema de hipotéticas invasões.

Quando Theotónio Pereira e Hoare abordaram, em conjunto, a questão do possível alargamento da Aliança, numa conjuntura de perfeita excepcionalidade, em Julho de 1940, sabiam que dificilmente tal aconteceria, quer por falta de vontade dos portugueses quer dos ingleses mas que, independentemente de ser esse o desejo do então ministro espanhol dos Estrangeiros, o Coronel Beigbeder, o cenário poderia vir a concretizar-se se, por incrível que isso pudesse parecer, preenchessem determinados requisitos.

Ora, e como relatou Theotónio a Hoare em 1958, a questão voltou a ser abordada durante a cimeira de Sevilha, não só porque Serrano alvitrou que a Espanha estava pronta a ajudar Portugal, contra uma intervenção da Inglaterra, como Salazar acabou por garantir a Franco que, da parte da Inglaterra, não deveria esperar nenhuma atitude agressiva, bem pelo contrário, e que os ingleses, a par de Portugal, estariam prontos a ajudar a Espanha, se Hitler, ainda irritado com a passividade de Franco, decidisse retaliar contra Gibraltar.<sup>176</sup>

Compreende-se que esta parte da conversa entre a delegação espanhola e a portuguesa tenha sido devidamente omitida, também por Serrano que, segundo vários testemunhos, terá passado toda a informação da cimeira a Stohrer, o embaixador alemão em

168 Moura, Gerson, "Dependent Neutrality: The case of Brazil, 1939-1942", em Nevakivi, Jukka (ed.), *Neutrality in History: Proceedings of the Conference on the History of Neutrality organized in Helsinki 9-12 September 1992*, Helsinki: SHS, 1993, pgs. 262-264

169 MNE – Telegramas Manuscritos, Pasta 63, San Sebastian, n.º558, 28/4/1939, Theotónio Pereira a Salazar.

170 O exemplo mais flagrante é a documentação oficial portuguesa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cujo respectivo Livro Branco, relativo à Segunda Guerra Mundial, transcreve, em muito poucas linhas, o comunicado oficial da Cimeira e elimina do referido Livro a parte referente ao encontro de Sevilha, na entrevista mantida por Salazar e Campbell. DAPE, Vol. XII, Doc. 6, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Apontamento da conversa do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Embaixador da Grã-Bretanha, 4/03/1942, Pgs. 22-25. Da mesma situação faz referência Bernardo Futscher Pereira, ainda que o autor não tenha encontrado a nota de Salazar abaixo referida.

171 MNE, GSG – Maio 19, Pasta 6, 6 Março 1942. Vide Anexo G.

172 ASH, File 22, Doc. 6, 24/2/1942, Hoare a Churchill e File 22, Doc. 50, 24/7/1943, Hoare a Eden relatório do ano de 1942.

173 Suárez, Luís, Franco, España y la Segunda Guerra Mundial – desde 1939 hasta 1945, Ed. Actas, Madrid, 1997, Pgs. 361-363

174 Serrano Suñer, Ramón, *Entre Hendaya y Gibraltar*, Ed. Espesa, Madrid, 1947. Pg. 268

175 Como relatou Salazar a Campbell, em 4 de Março, Franco afirmou em Sevilha, depois de terminada a cimeira, que se tivesse homens disponíveis enviava 1.000.000 de homens para a frente russa, "...combatem os comunistas". Em MNE – GSG, Maio 19, Dossier Espanha, Memo de Salazar, pg. 4, 6 de Março 1942.

176 ASH – File 22, doc. 50, 24/7/1943, pg. 16 do relatório anual enviado a Eden.

Madrid.<sup>177</sup> Parece-nos curial que o tivesse feito, em primeiro lugar porque a Espanha não queria deixar de se mostrar amigável para com o Eixo e, em segundo lugar, da parte de Serrano em particular, havia a tendência para subestimar o papel de Portugal no que ao conflito dizia respeito.<sup>178</sup> Finalmente, a um terceiro nível, deve colocar-se a questão da segurança interna.

Durante o ano de 1941, a Grã-Bretanha, associou ao plano do SOE e das missões militares luso-britânicas, que negociavam questões de armamento e segurança para as ilhas, em Londres, um plano de evacuação do Presidente do Conselho e de outros órgãos de soberania, enquadrado numa possibilidade de agressão alemã.<sup>179</sup> Contudo, aquilo que era evidente para Salazar não o era para os ingleses, i.e., o chefe do governo recusava-se a abandonar Lisboa e transferir-se para outro ponto do império, nomeadamente as ilhas atlânticas, a não ser como resultado duma flagrante agressão alemã.<sup>180</sup>

Para o *Foreign Office*, o *MEW* e os chefes do *Imperial General Staff* era fundamental que Salazar aceitasse sair de Portugal continental, a partir do momento em que os alemães se aproximassem de Portugal e ameaçassem directamente [...] Gibraltar.<sup>181</sup> E a partir deste ângulo de discussão há que estabelecer outro nexo de causalidade com a questão da rede do SOE.

Durante a cimeira voltou-se a abordar os dados existentes sobre as redes secretas, que actuavam em Portugal e Espanha, e os dados que dispomos, hoje, permitem-nos afirmar, sem qualquer dúvida, que se o *Foreign Office* e a embaixada inglesa, em Lisboa, conseguissem que Salazar abando-

nasse o território continental então, o SOE, dependente do *MEW*, conseguiria ter mais espaço de manobra para actuar e sabotar determinados alvos previamente identificados<sup>182</sup>. Mas, ao contrário do que se passava em Espanha, onde o SOE era coordenado por Alan Hillgarth, em Portugal, esta rede clandestina estava a dar os primeiros passos, como refere Neville Wylie e para além de contar com a resistência e a rivalidade dos funcionários do *Foreign Office*, do SIS e do departamento Naval de Contra espionagem, contava com a inexperiência do seu “Chefe de Antena”, Jack Beevor, que, como afirma Neville Wylie, estava a dar os primeiros passos nessas técnicas de sabotagem.<sup>183</sup>

Ainda que não possamos afirmar taxativamente que tenha havido, em Sevilha, a ideia de se iniciar uma política comum de âmbito policial, e de troca de informações sensíveis, nomeadamente entre a PVDE, portuguesa, e a DGS, espanhola, o que é facto é que nas semanas seguintes, com novos dados, Salazar pôde confrontar Campbell, o *Foreign Office*, e o *MEW*, com a dimensão da rede, provocando mais uma tempestade nas já complicadas relações luso-britânicas.<sup>184</sup> Finalmente, ainda no âmbito do terceiro nível, deveremos colocar a questão do prestígio internacional de Salazar e a possibilidade, para os aliados, deste continuar a ser aquilo que César de Oliveira designou como o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, no exterior, e mantivesse a Espanha na órbita da neutralidade.<sup>185</sup>

Quer Hoare, quer Campbell não se cansaram de elogiar o papel de Salazar na cimeira, tanto junto de Eden como de Churchill<sup>186</sup> e, ainda que fosse de todo inaudito, o próprio

Serrano reconheceu a Stohrer que Salazar, realmente, exercia uma grande influência junto de Franco.<sup>187</sup> Mais tarde, como sinal evidente da confiança que os aliados sentiam em Salazar, o embaixador americano em Londres, Winnant, veio a Lisboa falar com ele, duas semanas depois de Sevilha. Durante a conversa quis saber até que ponto Franco estaria disponível para assinar um acordo com os EUA, sob determinadas condições.

A resposta de Salazar não se fez esperar e inseriu-se, naturalmente, na estratégia de valorização do papel da Península, ou seja, Franco estaria completamente aberto a essa possibilidade, e era fundamental que os EUA não se demorassem a apoiá-lo, sob pena de, finalmente, a Espanha se virar para o Eixo.<sup>188</sup>

Importa, por agora, e com objectividade, retirar algumas ilações sobre o impacto que teve, na política externa portuguesa e para a sua neutralidade, a cimeira luso-espanhola. Em primeiro lugar, teve como efeito imediato quebrar a barreira entre Lisboa e Madrid que Serrano tinha gradualmente construído. Ficou claro, de ambos os lados, que a aversão e desconfiança que Espanha e Portugal sentiam um pelo outro, se transformou numa maior colaboração, apesar das tentativas da máquina de propaganda alemã e espanhola terem tentado retirar importância e significado ao encontro.<sup>189</sup>

Em segundo lugar, para os aliados, Salazar tinha finalmente imposto uma espécie de compromisso a Franco. Hoare passou a Londres e à embaixada britânica, em Washington, um conjunto de informações, que viriam transcritas nos documentos do seu arquivo, que reflectem a forma como o Chefe do Governo português soube conduzir a reunião, levando a Espanha a optar por uma atitude muito mais próxima da neutralidade do que da não-beligerância.

Em terceiro lugar, se Salazar, por via das decisões de Franco, duvidou várias vezes das

177 Suárez, Luís, *Franco, España* ...ob. cit. Pgs. 361-363

178 Suñer, Ramón Serrano, *Entre Hendaya y Gibraltar*... ob. cit. Pgs. 268-269. Segundo Javier Tusell, aos italianos Suñer assegurou que queria fortalecer a vontade de resistência de Portugal aos avanços aliados, nos Açores, em Tusell, Javier, pg. 305

179 Plano português aparece referido, nos manuscritos de Salazar, como “o plano do Capitão Câmara Pina” nomeadamente em GSG – Maço 19, 8/12/1941 e GSG - telegramas manuscritos, Doc. 77, Salazar a Monteiro, 21/4/1942

180 GSG - Memo de Salazar sobre visita de Campbell, em 07/02/1942

181 NA CAB/65/23/6. 77<sup>th</sup> Conclusions, Minute 4. Confidential Annex, 4<sup>th</sup> August, 1941

182 Wylie, Neville, “An Amateur Learns His Job”? Special Operations Executive in Portugal, 1940-42” em *Journal of Contemporary History*, Vol. 36, No. 3, (Jul. 2001), pg. 457

183 *Ibidem*

184 DAPE, Vol. XII, Doc. 9, Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 2/04/1942, Pgs. 31-34

185 Oliveira, César, Salazar e a Guerra Civil de Espanha Ed. O Jornal, Lisboa, 1987, pg. 353

186 *This meeting was intended, if not to transform Spanish non-belligerency into neutrality, at least to strengthen the opposition of the peninsula against any warlike embroilments.* Em ASH- File 22, Doc. 6, 24/2/1942. Hoare a Foreign Office.

187 ASH- File 29, Doc. 68, Theotónio Pereira a Hoare, 15/2/1958.

188 GSG – Telegramas manuscritos confidenciais. Doc. 594, encontro com Winnant, 28/02/1942

189 *Ibidem*

intencões não-beligerantes dos espanhóis,<sup>190</sup> não é menos verdade que, a partir de Sevilha, se sentiu legitimado em transmitir aos norte-americanos e aos ingleses que, a postura de Espanha se tinha alterado, excepto, se na conjuntura política ou militar do norte de África, aquela viesse a ser prejudicada, como aliás o comprova a conversa com Winnant, em 28 de Fevereiro e a conversa com Campbell, em 4 de Março.<sup>191</sup>

Na célebre entrevista com Campbell, Salazar foi assertivo e contundente, afirmando ao embaixador britânico que se os EUA estariam dispostos a ajudar a Espanha, também Portugal, exigia um comportamento diferente da Inglaterra, pois, no momento, o que se previa era “[...] a impossibilidade de continuar uma política de facilidades económicas para com a Grã-Bretanha, porque aquelas não são nem compreendidas nem correspondidas.”<sup>192</sup> O que é facto é que a posição portuguesa incomodou bastante o *Foreign Office*, ao ponto de Armindo Monteiro<sup>193</sup> ter escrito a Salazar uma carta onde defendia, mais uma vez, o ponto de vista britânico, aconselhando o Presidente do Conselho a não partir para uma política comercial de confronto, não só porque a Espanha não o merecia como a Grã-Bretanha tinha forma de a contrariar.<sup>194</sup>

190 “Os nossos recuos na guerra não ajudaram nada ao ambiente geral, mas, pelo menos, o meeting de Sevilha foi bem aproveitado. Suñer ficou bem impressionado com Salazar e a posição de Espanha passou de uma pré-beligerância para uma Não-Beligerância [sic]. O desejo ali manifestado de não irem os dois países para a guerra mostra um Suñer completamente diferente daquele que eu conhecia até aqui. Podemos sem dúvida afirmar que o empurrão decisivo em direcção aos aliados não veio da Espanha para Portugal, mas sim de Portugal para Espanha, libertando-a do Eixo.” em ASH, File 14, Doc. 17, 3/4/1942, Hoare a Halifax. Trad. minha.

191 ASH - File 22, Doc. 6, 24/2/1942 e GSG – Telegramas manuscritos confidenciais. Doc. 594, encontro com Winnant, 28/02/1942 e Maço 19, Pasta 6, 6/3/1942, encontro de 4 Março com Campbell.

192 MNE, GSG – Maço 19, Pasta 6, 6 Março 1942, relativo a memorandum de Salazar sobre a reunião de 4 de Março, pág. 9.

193 Armindo Monteiro, antigo ministro dos Negócios estrangeiros na década de 30 do séc. XX, foi nomeado embaixador em Londres em 1937 e manteve-se até 1943.

194 Rosas, Fernando; Barros, Júlio, L. de; Oliveira, Pedro, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar – Correspondência Política 1926-1955*, Ed. Estampa, Lisboa, 1996, Pgs. 247-259

Certo é que, também mais uma vez, Salazar ignorando o conselho de Monteiro, teve ganho de causa e, segundo Hoare, o *Foreign Office* optou por não contrariar o líder português enquanto não fosse desencadeada a Operação *Torch*, assinando-se, inclusivamente, em 1942, novo acordo com a Grã-Bretanha para regulamentar ainda melhor o comércio e a venda de volfrâmio.<sup>195</sup>

E se a invasão de Timor, por tropas australianas, em Dezembro de 1941, já tinha tido o condão de enfurecer Salazar e o tinha obrigado a exigir um pedido de desculpas a Londres<sup>196</sup>, a descoberta da rede clandestina e a intransigência britânica sobre o volfrâmio, a que Eccles tinha feito referencia, viria aumentar, ainda mais, o rol de queixas que Salazar tinha coleccionado contra a Grã-Bretanha e indispunha portugueses e espanhóis de tal maneira que o uso da chantagem, como instrumento de estratégia diplomática, seria, talvez, o menor dos males que os ingleses poderiam vir a ter que enfrentar.

Evidentemente, o Presidente do Conselho sabia avaliar os custos dessa política, mas a sua inflexibilidade na matéria comercial, e do volfrâmio em particular, que se manteria até ao final de 1943, remete-nos, também, para a nota à imprensa, de 20 de Setembro de 1935, não só relativamente à independência da política externa portuguesa face à Inglaterra mas, sobretudo, para a necessidade que os britânicos tinham de perceber o que significava “saber dar e saber exigir”. Também aqui a posição de Salazar parece coerente, seis anos depois.

### A demissão de Serrano Suñer

Como foi referido, responsável pelos Negócios Estrangeiros, a partir de Outubro de 1940, Serrano concebeu uma nova arquitectura para a política externa da Espanha face à guerra, e definiu-a como política de Amizade e Resistência, de independência e

neutralidade<sup>197</sup> para manter as expectativas alemãs sem entrar na guerra, ainda que fazendo muitas promessas e muitas declarações de amizade.<sup>198</sup> Com o evoluir da situação política interna e externa, Serrano considerava que a política de Não-Beligerância já não se coadunava com a marcha dos acontecimentos e por isso deveria ser usada uma tática ambígua que, simultaneamente, obrigasse a Grã-Bretanha e os EUA a ceder nos abastecimentos de trigo, ferro, magnésio e petróleo, e por outro lado, desse garantias à Alemanha de um perfeito alinhamento e disponibilidade.<sup>199</sup>

Paralelamente a esta política, Serrano resistiu o mais que pôde a encetar um entendimento preferencial com Portugal, afastando mesmo a possibilidade de integrar Lisboa num eixo latino-americano que envolvia a França, a Itália e os países da América do Sul. A fortíssima contestação interna, por parte dos militares e dos monárquicos e a constatação, por parte de Franco, que a liderança de Salazar representava, no início de 1942, uma garantia mais consistente, justificam que a “estrela” de Serrano comesçasse, gradualmente, a perder brilho.<sup>200</sup>

Envolvida numa acesa disputa entre monárquicos e falangistas, dirimindo argumentos sobre o regresso legítimo e desejado do Príncipe Juan de Bourbon, Conde de Barcelona, as elites políticas e militares espanholas eram o espelho fiel dum país onde o fim da guerra civil não tinha cicatrizado feridas antigas.

Em 16 de Agosto de 1942, os carlistas organizaram uma missa, no santuário da Virgem de Begoña, em Bilbau, para cumprir o tradicional acto anual em sufrágio dos Requetés do Tercio de Nossa Senhora de

197 Merino, Ignacio, *Serrano Suñer – Historia de una conducta*, (Prólogo de Paul Preston), Ed. Planeta, Barcelona, 1996, pgs. 49-52

198 Ridruejo, Dionisio, *Casi unas Memorias*, Ed. Península, Barcelona, 2007, Pg. 302

199 Kennedy, Paul, *Stratégie et Diplomatie*, Ed. Economica, Paris, 1988, pg. 286

200 Gómez-Jordana Souza, Francisco, *Milicia y Diplomacia, Los Diarios del Conde de Jordana 1936-1944*, Estudio preliminar de Carlos Seco Serrano, Glosas y Comentarios de Rafael Gómez-Jordana Prats, Ed. Dosssoles, Burgos, 2002, pg. 174 e Pereira, Pedro Theotónio, *Memórias...* ob.cit. Pg. 67

Begoña, mortos na guerra civil.<sup>201</sup> Assistia ao acto o ministro do Exército, General Varela, conhecido como admirador da causa carlista. Acabada a missa, o falangista Juan Domínguez atirou, contra o pórtico da Basílica, uma granada, que caiu no meio da multidão, ferindo um número elevado de pessoas.<sup>202</sup>

Juan Domínguez foi imediatamente detido e, apesar dos insistentes pedidos de Suñer, de Dionísio Ridruejo e de outros falangistas, Franco condenou-o à morte, querendo utilizar aquele expediente como um sinal à Falange e como um caso exemplar.<sup>203</sup> A Falange viria a ressentir-se deste episódio, com o abandono de algumas das suas figuras de primeira linha, que se incompatibilizaram com Franco.<sup>204</sup>

Estranha mesmo, ou talvez não, foi a reacção de Hitler, que no dia 1 de Setembro de 1942, horas antes de Dominguez ser fuzilado, o condecorou com a Cruz da Ordem da Águia Alemã, dando dimensão a um acontecimento que, efectivamente, significava um render da guarda, senão no regime pelo menos nas influências que rodeavam o Caudillo.<sup>205</sup> Serrano Suñer, por seu lado, estava convencido que o atentado obedecia a uma manobra britânica, como lhe tinham informado os serviços da Falange e não teve qualquer reboço em passar a informação ao embaixador alemão que o atentado tinha sido provocado por agentes britânicos do SOE. Mantinha-se, por isso, calmo, sem motivos para suspeitar fosse do que fosse... Mas Serrano estava diferente, sem tanta confiança nos seus prognósticos. Hoare

conta a Eden que Theotónio Pereira tinha jantado com Serrano, fazia pouco tempo, e notava-o menos optimista com o curso da guerra. Já não vaticinava uma vitória fulminante de Hitler na Rússia, nem tão-pouco que a guerra terminasse antes de 2 a 3 anos e assumia ser um recém-fervoroso admirador de Salazar.<sup>206</sup>

Na tarde do dia 1 de Setembro de 1942, o General Varela tinha-se reunido com Franco e depois das várias acusações que o Ministro do Exército lhe dirigiu, sobretudo de excessiva permissividade com a Falange e com Suñer, o Caudillo não teve outro remédio que não fosse senão demiti-lo.<sup>207</sup> O novo homem forte de Franco, o Secretário da Presidência, Luis Carrero Blanco, aconselhou-o a tirar partido da situação criada com a demissão de Varela e, sabendo-se da enorme contestação que era feita a Serrano, instigou o líder espanhol a ver-se livre do ministro dos Exteriores<sup>208</sup>. Fazendo uso da lei das compensações, tão característica do Chefe do Estado, chamou Serrano ao Pardo, no dia 2 de Setembro, e demitiu-o, sem apelo nem agravo, provocando no cunhado uma mescla de surpresa e de raiva incontida.<sup>209</sup>

Não constituiu grande surpresa, pelo menos para os círculos diplomáticos próximos dos aliados, a notícia da substituição de Serrano, nos Assuntos Exteriores, pelo antigo titular da pasta, o experiente Conde de Jordana, em 3 de Setembro de 1942. Para a Grã-Bretanha já seria motivo de júbilo a demissão de Serrano Suñer, contudo a sua substituição por Jordana, considerado, em Madrid e em Berlim, um anglófilo<sup>210</sup>, abre novas perspectivas nas relações entre Londres, Madrid e Lisboa, consolidando-se a

aproximação real da Espanha à órbita da aliança luso-britânica, falada em Sevilha, e por consequência um afastamento em relação ao Eixo.

Numa carta a Eden, agradecendo as felicitações do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros pela saída de Serrano, Hoare não deixa de se congratular, como disse, com o fim dos “três Mosqueteiros”<sup>211</sup> [sic]: Serrano, Ribbentrop e Ciano, segundo ele os três mestres da intriga internacional, encerrando um período que Samuel Hoare considerava, parafraseando Salazar, um “intervalo” nas relações entre os dois vizinhos da Península.<sup>212</sup> Em Roma, a substituição de Serrano por Jordana não era vista de forma favorável. Para Ciano, a responsabilidade era toda de Serrano, e tinha-o avisado disso mesmo, em Junho, quando se tinham encontrado em Livorno.<sup>213</sup>

É de Ciano<sup>214</sup> o seguinte comentário, feito a 4 de Setembro:

“Era inevitable. Me convencí de ello en Liorna al escuchar el modo en que Serrano hablaba de Franco; usaba un lenguaje que puede emplearse refriéndose a un criado cretino. Y sin la menor prudencia, delante de todo el mundo [...] Jordana ha sido siempre un hombre reservado con respecto al Eje y simpatizante de Francia y de Inglaterra.”<sup>215</sup>

Em Lisboa, Salazar aguardava que Serrano fosse demitido. Theotónio Pereira, graças aos seus bons conhecimentos nos círculos do poder, dos protagonistas e até à sua intuição, vaticinava que, independentemente de quem fosse substituído, Serrano seria um deles.<sup>216</sup> Curiosamente, Theotónio diz a Salazar que se o Presidente recebesse uma notícia lacónica dele a referir “correu bem”, era para confirmar que tinha acontecido o que mais queriam. Ou seja, a substituição de Serrano era desejada por Lisboa.

201 Os Carlistas, grupo tradicionalista que se opõe à linha sucessória de Fernando VII, eram liderados à época pelo Príncipe Francisco Xavier de Borbón-Parma e Braganza, neto do Rei D. Miguel de Portugal.

202 Marquina Barrio, Antonio, “El Atentado de Begoña”, em *UNISCI Discussion Papers*, N° 36, Outubro 2014, pgs. 124-126

203 Ridruejo, Dionísio, *Casí...* ob. cit. Pg. 399

204 Ridruejo, foi considerado um dos grandes autores literários da Espanha de década de 40 e seguintes. Com o episódio de Begoña abandona a Falange e viria a ser confinado à cidade de Ronda, por ordem do Chefe de Estado. Ridruejo, Dionísio, *Casí...* ob. cit. Pgs. 564-568

205 Saenz-Francés, Emilio, *Entre la Antorcha...* ob. cit. Pgs. 257-259

206 ASH – File 22, Doc. 32, 31/7/1942

207 Marquina Barrio, Antonio, “El Atentado...” ob. cit. pgs. 128-131

208 Payne, Stanley G., *Franco – El Perfil de La Historia*, Ed. Espasa Calpe, Madrid, 1992, Pgs. 176-177

209 Serrano Suñer, Ramón, *Entre el Silencio y la Propaganda – La historia como fue*, Ed. Planeta, Barcelona, 1977, Pg. 350 e Saña, Heleno, *El franquismo sin mitos. Conversaciones con Ramón Serrano Suñer*, Editorial Grijalbo, Barcelona, 1982 pgs. 271-272

210 ASH, Caixa XIII, File 22, Doc. 36, 09/9/1942, Eden a Hoare e Doc. 37, 15/10/1942, Hoare a Eden. Traduções minhas. Sobre Varela ver Alonso Baquer, Miguel, *Franco...* ob. cit. Pg. 159

211 ASH, Box XIII, File 22, Doc. 37, 15/10/1942, Hoare a Eden. Tradução minha

212 ASH, Box XIII, File 22, Doc. 50, 24/7/1943, Relatório anual de 1942, enviado a Eden. 30 pgs.

213 Ciano, *Diarios...* ob. cit. ...pg. 668

214 Ministro dos Negócios Estrangeiros de Mussolini

215 *Ibidem*

216 *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, Doc. 34, 1/09/1942, Pgs. 187-189, Ed. CLNRF – PCM, Lisboa, 1990

Já há tempo que o embaixador inglês em Madrid tinha dado nota a Eden que Salazar tinha uma péssima opinião de Serrano<sup>217</sup>, e até tinha razões para isso, se nos lembrarmos de todos os episódios que o colocaram em rota de colisão com o Presidente do Conselho, desde Junho de 1940. Afastado Serrano, era a confirmação que Sevilha começava a produzir os seus efeitos e que Franco, para além de todas as suas ambiguidades, percebia que Salazar tinha razão na análise que fazia da evolução da guerra, defendendo que uma aproximação peninsular à Grã-Bretanha não poria em risco a neutralidade.

Para os Estados Unidos que, desde a conferência Franco-Salazar, em Sevilha, consideravam que, de uma não-beligerância pró-Eixo, se tinha passado a uma neutralidade ibérica,<sup>218</sup> a demissão de Serrano era bem vinda, e resolvia um problema de política interna e de política externa. Por um lado, reforçava a amizade luso-espanhola e por outro, Jordana era conotado com o bloco anglo-americano<sup>219</sup>. Obviamente que o Departamento de Estado também não esquecia o incidente Weddell, que tinha levado Hayes a substituir aquele embaixador, e por isso congratulavam-se com um novo rumo na política de Espanha.<sup>220</sup>

### A formação do Bloco Ibérico e a Visita de Jordana a Lisboa

A mudança de responsável na política externa espanhola e de política, viria a confirmar a tese da influência de Salazar, que fui defendendo neste artigo. Cronologicamente, houve mesmo que esperar pelo fim do Verão de 1942 para se assistir ao corolário da aproximação da Espanha a Portugal, assumida de forma pública, como sublinha Jimenez Redondo e sem qualquer subterfúgio diplomático, tão natural quando é necessário que um determinado estado não queira

demonstrar o óbvio, por razões políticas.<sup>221</sup> A viragem na política externa espanhola notou-se imediatamente, assim que Jordana assumiu o lugar que tinha sido de Serrano, ainda que se possa estranhar que Franco não tenha dito a última palavra. No final do Conselho de Ministros, que se iniciou a 17 de Setembro e só terminou a 21, sob a presidência de Jordana, foi enviado à imprensa um comunicado que referia, em traços gerais o seguinte:

*“En cuanto a la política exterior, el Gobierno reafirma la orientación sostenida durante los seis últimos años, consecuenta con el espíritu de nuestra cruzada, en el sentido anticomunista de nuestro Movimiento y con los imperativos del nuevo orden europeo, motivada por nuestra estrecha amistad con Portugal y por nuestra solidaridad histórica con los países hispanoamericanos, confirmando en el orden militar la intensificación y mejora de nuestra preparación bélica”.*<sup>222</sup>

Na realidade, esta declaração mostrava uma diferença de tom e de estilo considerável, sobretudo relativamente ao que tinha sido habitual no período Suñer. Em primeiro lugar não se menciona a Não-Beligerância, que tinha sido o eixo da política de Espanha desde Junho 1940 e que, na realidade, constituía uma manifestação pró-alemã. Agora, o regime declara-se anti-comunista e os pontos de referência passam a ser Portugal e os países hispano-americanos, e não o Eixo.

Poucas vezes, como neste tema, os principais historiadores de Espanha, os mais e os menos recentes, foram tão unânimes em assinalar uma mudança e uma opção de política externa tão evidente. “Ainda hoje se discute se Franco esteve mais ou menos perto de ir para guerra, se preferia o Eixo ou os aliados, se era arrogante com Portugal ou era uma estratégia [...] mas o que não se discute, a partir de Setembro, é que a opção por um alinhamento por Portugal foi estratégico, foi assumido e foi por

influência da política de Salazar.<sup>223</sup>” No dia seguinte, não se sabe se surpreendido mas, seguramente, bastante agradado, Salazar responde a Jordana evidenciando o quanto o tinha sensibilizado a expressa referência feita a Portugal:

“Ao tomar conhecimento da nota oficiosa [...] não quero deixar de exprimir a Vexa o quanto sensibilizou o governo e todos os portugueses a confirmação feita com tão expressivo relevo da estreita amizade com Portugal no documento em que o governo espanhol define os seus propósitos e orientação quanto ao conjunto de problemas de ordem interna e externa”.<sup>224</sup>

Na resposta, Jordana sublinhou que a nota oficiosa correspondia aos mais profundos e sinceros sentimentos do Chefe de Estado e apontava o caminho comum de colaboração prática entre os dois países como o único caminho seguro e “ [...] transcendente para a resolução dos grandes problemas que agitam o mundo.”<sup>225</sup>

Definitivamente estava aberta a porta à colaboração pública e efectiva dos dois signatários do Pacto Ibérico, facto que não passou despercebido aos representantes estrangeiros em Madrid. Hoare, por exemplo, dá nota a Eden, no relatório anual que enviava para o Foreign Office, que Theotónio Pereira tinha sido o primeiro embaixador a ser recebido pelo novo ministro dos Assuntos Exteriores, havendo a partir daquele momento um novo incremento nas relações luso-espanholas.<sup>226</sup>

Como refere Tusell, as palavras de Jordana não eram meras palavras de cortesia ou

217 ASH – File 22, Doc. 32, 31/7/1942

218 Hayes, Carlton J. H., *Wartime mission...* ob. cit. Pg. 47

219 *Idem*, pgs. 57-58

220 Marquina Barrio, Antonio, “El Atentado...” ob. cit, pgs. 128-131

221 Redondo, Juan Carlos Jimenez, *Franco e Salazar – As Relações Luso-espanholas durante a Guerra Fria*, Ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1996, pgs. 54-57

222 Gómez-Jordana, Francisco, *Milicia...* ob. cit, Pg. 176

223 Tusell, Javier, “La Etapa Jordana (1942-1944) em *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, n.º 2, 1989, Pgs. 169-189, Preston, Paul, *Franco, “Caudillo de España”*, Ed. Debolsillo, 2.ª ed., Barcelona, 2006, pgs. 515-526; Redondo, Juan Carlos Jimenez, *Franco e Salazar – As Relações Luso-espanholas durante a Guerra Fria*, Ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1996, pgs. 54-57; Sáenz-Francés, Emilio, *Entre la Antorcha y la Esvástica: Franco en la encrucijada de la Segunda Guerra Mundial*, Ed. Actas, Madrid, 2009, pgs. 460-476; Tusell, Javier, *Franco, España y la guerra mundial entre el Eje y la neutralidad*, Ed. Temas de Hoy, Madrid, 1995, Pgs. 340-373

224 MNE, GSG – Telegramas manuscritos, n.º 3383, circular a todas as embaixadas, 27/9/1942

225 GSG, Documentos confidenciais, Pasta Espanha, 24/9/1942

226 ASH – File 22, Doc. 50, Relatório Anual, 24/7/1943

figuras de retórica. A Espanha, além de se manifestar anticomunista, substituiu agora as alusões ao Eixo por uma vontade de aproximação a Portugal e à América Latina, sem dúvida muito menos problemática. Além disso, esta nova orientação da política externa foi ratificada na primeira ocasião em que isso foi possível, por ocasião do 12 de Outubro, dia da raça e da *hispanidad* e, nesse dia, Jordana fez declarações em idêntico sentido.<sup>227</sup> Mas as boas notícias para Salazar não se reduziam à iniciativa espanhola. No início de Novembro, os EUA e a Grã-Bretanha desferiram um golpe profundo nas aspirações do Eixo, com o início da Operação *Torch*.<sup>228</sup> No dia anterior ao desembarque, o Embaixador Ronald Campbell foi recebido, de madrugada, por Salazar tendo-lhe entregado uma carta de Churchill onde era sublinhada a importância que o Primeiro-ministro britânico conferia à influência que Salazar exercia sobre Franco. Nessa carta, no seu último parágrafo, pode ler-se: "Tendo presente as estreitas relações entre Portugal e Espanha e o peso que têm os conselhos de Vexa em Madrid, eu sugeria que pudesse informar o governo de Madrid desta mensagem e usar a sua influência para lhes assegurar que os governos da Grã-Bretanha e dos EUA continuarão a tudo fazer para poupar a Península Ibérica aos horrores da guerra e ver, quer Portugal quer a Espanha, a tomarem os seus lugares de direito no pós-guerra, com paz e prosperidade".<sup>229</sup> Salazar não enjeita as suas responsabilidades neste processo de "tutoria da atitude espanhola" e responde, dias depois, a Churchill referindo:

"[...] o governo não deixou de levar ao conhecimento do governo espanhol a matéria da mensagem de Vexa e, através [sic] do imediato e íntimo contacto estabelecido, reforçou por seu lado junto daquele governo a segurança das intenções dos governos

britânico e dos Estados Unidos e do seu desejo, não só de poupar a Península Ibérica aos horrores da guerra mas de deverem Portugal e a Espanha tomar o lugar que lhes compete em paz e prosperidade no mundo do pós-guerra. O governo continuará, em Madrid, a acompanhar o assunto com a maior solicitude, segundo a sugestão britânica e no prosseguimento aliás da política acordada entre as duas nações peninsulares que ao governo de S.M [sic] tem merecido mais de uma vez reconhecimento e apoio. O Governo Português ficará satisfeito se puder ser útil a sua acção."<sup>230</sup>

Depois do turbulento primeiro semestre de 1941, no qual se equacionou a neutralidade e a integridade das ilhas atlânticas portuguesas, comprovava-se que a neutralidade de Portugal era um dos trunfos mais úteis para os aliados e Roosevelt, que pelo seu desconhecimento profundo sobre a Europa, se tinha mostrado algo arrogante, respaldado com o poderio dos EUA face a uma pequena potência como Portugal, acabava por reconhecer a importância de não hostilizar quem detinha recursos estratégicos tão importantes para a conjuntura presente, e os poderia disponibilizar, numa perspectiva pós conflito.

Para o triângulo Londres-Madrid-Lisboa parecia abrir-se uma nova fase política, porque os espanhóis anunciavam, entretanto, uma visita de Jordana a Salazar, entre os dias 18 e 22 de Dezembro de 1942. Não se pode considerar surpreendente a iniciativa. Em primeiro lugar a operação *Torch* estava em marcha e prometia mudar o curso da guerra no Mediterrâneo e numa zona estratégica muito próxima da Península. Em segundo lugar, as disposições traçadas em Sevilha careciam, agora, que se fizesse, periodicamente, o ponto da situação e, em terceiro lugar, não nos podemos esquecer que o próprio Jordana tinha insistido bastante com Franco, em 1939, para que fosse assinado um tratado com Portugal.

O que realmente pode surpreender é a dimensão da visita e o facto que, como reconhecem alguns autores espanhóis, o governo de Espanha sempre ter menosprezado as

tentativas de Portugal em levar a Espanha para uma posição muito mais próxima da de Lisboa.<sup>231</sup>

Estavam, portanto, criadas as condições para que a projectada visita pudesse constituir um êxito diplomático. O próprio ministro espanhol confere-lhe uma importância decisiva e, nos seus diários, deixa transparecer o seu estado de espírito, partilhando com os filhos a delicadeza dos assuntos que ali iriam ser discutidos, acrescentando que do sucesso dos seus discursos, das conversas com Salazar e, depois, com Carmona, dependia o seu futuro como ministro.<sup>232</sup>

É, igualmente, enorme a expectativa do lado inglês. Hoare, num ofício para Londres, informa que existe uma enorme expectativa em torno da visita de Jordana a Lisboa e que o próprio Franco, muito parco em declarações públicas sobre política externa, depositava muitas esperanças nessa visita, desejando que a mesma pudesse seguir o rumo de Sevilha e contribuísse para "[...] a consolidação do espírito de não-beliçerância que existia na Península"<sup>233</sup>.

Entre as incertezas de novas investidas a Gibraltar, Jordana quis reforçar os seus laços com Portugal, e fez questão de avisar previamente o Presidente do Conselho que só o temor pela possibilidade de um ataque alemão fez com que a Espanha tenha declarado, em 16 de Novembro, uma lei especial de mobilização. Como conta Emílio Saenz-Francés, que apresenta um rascunho muito completo da agenda de Jordana para a viagem a Lisboa, o ministro fez questão de sossegar Salazar sobre qualquer tipo de ameaça militar espanhola a Portugal, e aí declarou que o estatuto não-beliçerante da Espanha se movia para a anterior posição de neutralidade.<sup>234</sup>

Apesar de tudo, Jordana não quis hostilizar o Eixo e afirmou a Stohrer que a visita a Portugal era uma visita de reforço diplomático e que, inclusivamente iria tentar

227 Tusell, Javier, "La Etapa Jordana (1942-1944) em *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, n.º 2, 1989, Pgs.174

228 Gilbert, Martin, *A História do Séc. XX*, Ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1.ª edição, 2004. Pg. 459

229 GSG – Maço 26, Pasta 1, Processo 1, 7/11/1942, Carta de Churchill a Salazar

231 Tusell, Javier, *Franco, España...* ob. cit. pg. 369

232 Gómez-Jordana, Francisco, *Milicia...* ob. cit. Pg. 187

233 ASH, File 22, Doc. 45, 11/12/1942, para o FO. Tradução minha.

234 Sáenz-francés, Emilio, *entre la antorcha...* ob. cit. pgs. 470-477

230 *Idem*, Carta de Salazar a Churchill, 11/11/1942

distanciar Portugal da Grã-Bretanha.<sup>235</sup> A viagem a Portugal saldou-se por um êxito rotundo, para ambas as partes. Como narra Jordana no seu diário, não só se criou, imediatamente, um clima de grande empatia e grande cumplicidade, como o teor dos discursos que foram pronunciados naqueles quatro dias foram de uma importância transcendente.<sup>236</sup>

Mas, obviamente, o momento mais alto desta cimeira alargada, foram os discursos proferidos no dia 20 de Dezembro, no Palácio da Vila, em Sintra. Se Salazar brindou Jordana dizendo: “[...] *la solida amistad con Portugal, la constitución de este bloque peninsular de mutua amistad y paz externa, [...]*” o ministro respondeu com um simbolismo ainda maior:

“*Constituido este bloque ibérico se creó para el mundo una nueva entidad capaz de actuar en la política internacional y en forma altamente eficaz y beneficiosa como instrumento de paz y como depositaria de los más altos valores morales. Tiene el bloque ibérico un propósito decidido y perfectamente compartido por nuestras dos naciones, cuya voluntad es mantenerse alejadas de la contienda; pero no ciertamente por motivos egoístas, sino por razones graves y hondas [...]*”<sup>237</sup> (Ver anexo B)

No dia seguinte, em discurso de agradecimento ao Presidente da Assembleia Nacional, Jordana aproveitava para salientar os três principais eixos que caracterizavam a política de Espanha: demarcação de fórmulas exteriores; profundo anticomunismo; definição da essência católica do regime. Naturalmente que estes tópicos de Jordana estavam imbuídos de um sentimento de preocupação face a um futuro que não estaria longe, e que ele gostaria de partilhar com Portugal.

Tendo em conta que era previsível a vitória de ingleses e americanos, e estes potenciavam o ressurgimento da URSS, era necessário constituir um bloco sólido, baseado em profundos princípios morais, nos quais se baseava a civilização cristã ocidental, como

barreira para opôr à expansão soviética.

No dia 23, Salazar envia um telegrama a Monteiro, dando-lhe nota da visita que Campbell lhe fez, para saber, de imediato, como tinha corrido a visita do ministro espanhol. Nesse telegrama, Salazar não quis dar grandes pormenores sobre a visita, mas salientou dois ou três aspectos que devemos sublinhar: que havia a firme decisão da Espanha se defender se fosse atacada, e por isso se tinha mandado fazer uma mobilização parcial; que nesse âmbito se manteve o espírito de Sevilha de se defenderem mutuamente no caso de Portugal ser atacado e vice-versa e, finalmente, que a palavra “Bloco”, para os dois homens de estado, não significava só apoio recíproco para manter os dois países fora da contenda mas que era, também, um instrumento de paz.<sup>238</sup>

E perante a interrogação de Campbell sobre o significado de paz, Salazar explicou-lhe que a paz só era possível mediante três requisitos: teria que haver uma vitória esmagadora; os resultados da cimeira de Lisboa eram a confirmação da política portuguesa, pacientemente seguida desde 1939, e que, seguramente, o governo de Sua Majestade só se poderia regozijar com isto; e finalmente a paz porque, como a Inglaterra bem tinha sentido, houve sempre da parte de Portugal a condição que seria a Espanha a aproximar-se de Portugal, e não contrário, e isto era para continuar.<sup>239</sup>

Se para Londres, Madrid e Lisboa a visita do ministro Jordana se podia considerar, desde já, uma enorme vitória dos aliados, para o lado alemão significava exactamente o contrário. Quando chegou a Madrid, Pedro Theotónio Pereira foi procurado pelo embaixador alemão Von Stohrer, que lhe foi comunicar a sua saída e que a visita de Jordana, com as suas consequências práticas, representava não só a derrota do Eixo mas sobretudo uma derrota pessoal de consequências imprevisíveis. Stohrer referiu ainda ao embaixador português que, desde o princípio da guerra, Ribbentrop tinha estabelecido uma estratégia muito clara que

passava pelo afastamento de Theotónio de qualquer negociação com Franco, mas que Sevilha, em primeiro lugar e a visita a Lisboa, em segundo lugar, tinham arruinado essa mesma estratégia.<sup>240</sup>

Mas, curiosamente, o *Foreign Office* não fica tão sossegado como poderia parecer à primeira vista. Após o regresso de Jordana e as conversas de Salazar com Campbell, Hoare transmite ao *Foreign Office* que o facto de não ter sido publicada qualquer nota explicativa tinha acentuado as suas dúvidas, dele Hoare, relativamente ao sucesso da viagem. Contudo, depois de falar com Campbell e Theotónio, tinha percebido que o efeito da viagem tinha sido o de quebrar uma barreira que Serrano Suñer tinha criado, que a Grã-Bretanha deveria continuar a ter confiança na Península, que Portugal e Espanha estavam agora mais fortes que nunca e que o empurrão mais forte para o encontro e a maior aproximação não fora da Espanha para Portugal, mas ao contrário.<sup>241</sup>

Destacava ainda a vontade dos dois países em constituir um “Bloco Ibérico” e que a Espanha, segundo lhe relatou, mais tarde, o Presidente do Conselho, estava agora disposta a lutar pela neutralidade, e pelas armas se necessário fosse. Para o embaixador inglês era a confirmação plena que os objectivos enunciados por Salazar, em 1939, tinham sido alcançados: em primeiro lugar manter a guerra longe da Península e, em segundo lugar, remover qualquer ameaça, para Portugal, a partir de Espanha.<sup>242</sup>

Sublinhe-se que, a partir deste momento, a entrada da Espanha na guerra nunca mais foi equacionada. Para Jordana, a sua visita a Lisboa não foi um mero acto de cortesia mas sim um acto político e diplomático da maior importância e alcance, e Salazar conseguiu não só aumentar o prestígio internacional do seu país, com uma política autónoma e não dependente de ingleses, como assentar o seu regime autoritário sobre bases mais sólidas.

235 Payne, Stanley, *Franco and Hitler*...ob. cit, Pgs. 190-191

236 Gómez-Jordana, Francisco, *Milicia*...ob. cit, pgs. 185-188

237 *Idem*, pgs. 191-192

238 GSG – Telegramas manuscritos, n.º 4618, Salazar a Monteiro, semana de 20 a 27/12/1942.

239 *Ibidem*

240 ASH, file 29, Doc. 68, 15/2/1958, Theotónio Pereira a Hoare

241 ASH, File 22, Doc. 50, 24/7/1943, ao FO, Relatório anual, de 1942

242 *Ibidem*

Com a viagem de Jordana reforçava-se o entendimento ibérico que a historiografia portuguesa designa como o Pacto Ibérico, mas que os historiadores espanhóis, induzidos pelos termos do discurso de Jordana alcunharam de “Bloco Ibérico”, que se bem não tivesse um conteúdo prático concreto, representava um argumento estratégico eficaz. Jordana esperava, aliás, através de uma intensificação dos contactos com Salazar dar uma maior solidez à política externa espanhola, sobretudo porque, depois da saída de Serrano, só Portugal poderia compatibilizar o seu tipo de regime e a Aliança luso-britânica com as opções de Jordana.

Assim, ao fim de três anos, Salazar via, finalmente, a Espanha aproximar-se da constituição de uma plataforma concreta de entendimento político com a “bênção da Grã-Bretanha”. A diferença relativa a 1940 é que, desta vez, a Espanha fez questão de, publicamente, afirmar estes pressupostos. E como é muito raro um historiador espanhol reconhecer a inferioridade dos argumentos de Espanha perante um estado mais pequeno, torna-se crucial parafrasear Saenz-Francés quando diz que dum perspectiva política “[...] a iniciativa do bloco ibérico respondia de maneira desigual às necessidades dos dois países, porque Franco necessitava, naquele momento, muito mais de Salazar do que este do Caudillo.”<sup>243</sup>

Seguramente, essa era, naturalmente uma vitória do Presidente do Conselho, mas também dum estratégia, da qual não podemos ignorar o papel de Theotónio Pereira e de Teixeira de Sampaio, e que tinha conseguido afirmar os superiores interesses de Portugal, independentemente da potência que tinham que enfrentar. Essa tinha sido, aliás, uma “lição” que Salazar quis partilhar com o Conde de Tovar, embaixador de Portugal, em Berlim, no ano imediatamente anterior, e cito: “a hierarquia dos estados é determinada pelo seu potencial de civilização ou pela grandeza dos seus interesses; é lição dos factos humanamente imodificáveis”.<sup>244</sup>

243 Sáenz-francés, Emílio, *Entre la Antorcha y la Esvástica...* ob. cit. pgs.464-465

244 AOS – CO-NE.4, PT 4. Salazar a Conde de Tovar, 30/11/1941

### Concluindo...

Em jeito de conclusão, gostaria de voltar a sublinhar alguns dos aspectos mais importantes que fui referindo e que marcaram, indiscutivelmente, os anos da guerra de 1941 e 1942 bem como a guerra de palavras e de estratégias entre americanos e ingleses de um lado e os países ibéricos do outro e que puseram em causa a neutralidade destes últimos sobretudo a soberania de Portugal e a segurança do Atlântico.

Em 1º lugar deixar claro que a estratégia seguida por Salazar durante os seis anos do conflito foi uma estratégia de sucesso. Assim o demonstram os arquivos de Samuel Hoare, em Cambridge, as memórias de Eccles, os documentos analisados na Fundação Francisco Franco, ou mesmo o diário de Halifax, disponibilizado *on-line* pela Universidade de York, bem como os documentos do *War Cabinet*, depositados em Kew, que são taxativos e concludentes. Em 2º lugar a figura proeminente de Salazar era incontornável e a sua capacidade de visão constituiu uma enorme mais-valia para os ingleses que, a partir da chegada de Churchill ao nº10 de Downing Street, não tiveram outra solução (ainda que o negassem) senão aceitar a visão do chefe do Governo português sob pena de comprometer a Aliança e os esforços diplomáticos que visavam evitar que Franco, Serrano Suñer e a Falange levassem a Espanha para a guerra. Dividido entre a necessidade de não desagradar a Hitler e de não fechar a porta aos abastecimentos provenientes da América e da Grã-Bretanha, Franco acabaria por encontrar, sempre, em Portugal o aliado que intercedia e que, em caso de absoluta necessidade, aconselhava a Inglaterra a não deixar cair o apoio necessário.

Ao longo do ano de 1940, perante a insistência de David Eccles e a vontade de Salazar em evitar o comprometimento de Espanha com o Eixo, o governo de Londres foi obrigado a fazer duas importantes cedências: o estabelecimento de bases para um acordo alargado de comércio, segundo as normas definidas por Salazar e atenuadas por Eccles e a substituição do embaixador inglês em Lisboa, Selby, considerando o *Foreign*

*Office* que o seu diplomata não demonstrava capacidade suficiente para se entender com Salazar.

Coincidentemente, Eccles e Samuel Hoare reconheceriam que Salazar tinha razão nas críticas que sistematicamente fazia ao *Whitehall* e que Londres deveria ser mais cuidadoso na escolha de um representante que tivesse capacidade intelectual e força argumentativa suficiente para discutir com Salazar. Curiosamente, anos mais tarde, quando George Kennan foi deslocado para a embaixada norte-americana em Lisboa, como funcionário diplomático, deparou-se com o mesmo problema. O Embaixador Bert Fish recusava-se a ir às Necessidades falar com Salazar porque, confessava o próprio embaixador, não tinha capacidade para lidar com o chefe do governo.

A partir de 1941, Portugal seria confrontado com um protagonismo inesperado dos EUA. Ao contrário do que tinha defendido João de Andrade Corvo<sup>245</sup>, 70 anos antes, Salazar nunca desejou uma aproximação política aos EUA. Mas os avanços alemães na Europa e no Suez obrigaram os EUA a pensar num plano de contingência militar que evitasse a chegada dos alemães ao Atlântico e pusesse em causa a segurança do continente americano.

Desde o final da presidência Wilson que os americanos se tinham recolhido a uma nova fase de isolacionismo. Qualquer menção à quebra de posição neutral ou não-beligerante, era motivo de debate sério no Congresso e enquanto a opinião pública não demonstrasse uma posição unânime de apoio à ajuda norte-americana aos ingleses, Roosevelt tinha receio de dar o passo seguinte. Ainda assim, estabeleceu com os seus chefes militares uma delimitação geográfica de segurança no hemisfério ocidental, a partir da qual os alemães seriam repelidos pela força. Pressionado por Churchill e pelos conselhos de seu assessor particular, Hopkins, Roosevelt equacionou o aumento de patrulhas e de escoltas no Atlântico, sendo que essa me-

245 João de Andrade Corvo foi um notável Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1871 e 1879, ainda que de forma intermitente, e autor de uma das mais notáveis obras sobre política externa portuguesa de que há memória, intitulada “Perigos”.

dida não era considerada satisfatória pelos sectores intervencionistas. Sobrepassando os prós e os contras Roosevelt acabaria por pronunciar um discurso, via rádio, em 27 de Maio de 1941 no qual defendia a possibilidade de ocupar as ilhas de Cabo Verde e dos Açores, por uma questão de prevenção. Os elementos do Departamento de Estado, sobretudo Sumner Welles, tinham avisado o Presidente que uma tomada de posição nesse sentido criaria uma tempestade nas relações entre Portugal e os EUA e arrastaria o Brasil para uma posição solidária para com Portugal, sobretudo porque o Brasil, mas também a Argentina, continuavam a ser os estados sul-americanos mais renitentes a uma posição conjunta com os EUA relativamente à segurança do continente americano.

Como se referiu, Salazar reagiu duramente ao discurso presidencial e avançou com a promessa de se defender militarmente contra qualquer avanço na direcção das ilhas. Registe-se que, contrariamente à vontade de Churchill, Roosevelt decidiu suspender qualquer expedição para os Açores ou Cabo Verde. Depois de se ter correspondido com Salazar e ter avaliado, com os seus chefes militares, os riscos dum desembarque, anunciou ao Primeiro-ministro inglês que só voltaria a equacionar uma acção desse tipo depois de um pedido expresso de Salazar.

O que é facto é que as unidades de *Marines* que estavam a desenvolver um treino específico para um desembarque naval, acabaram, no início de Junho, por ser deslocadas para a Islândia. Mais tarde, durante a conferência do Atlântico, realizada ao largo de Placentia Bay, Anthony Eden, responsável pelo *Foreign Office* em substituição de Lord Halifax, lembrou a Churchill a importância de se tratar Salazar com a maior franqueza possível.

Seria, no entanto, o ano de 1942 que acentuaria, ainda mais, o papel de charneira do Presidente do Conselho, na questão ibérica. Desde 1939 que Salazar mantinha um convite ao *Caudillo* para visitar Portugal, mas Franco respondeu, na altura, que enquanto não fosse visitar Mussolini não poderia visitar Portugal. Por outro lado Serrano Suñer,

que nos bastidores insultava o chefe do Governo português, considerando-o um covarde por não cortar relações com a Inglaterra, sempre se opôs a esse encontro.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros tinha sido ultrapassado na questão do Protocolo Adicional e por muito que a Espanha fosse devedora de Portugal, sobretudo no desbloquear de produtos essenciais à sobrevivência do país, não considerava oportuno que os portugueses fossem associados à Espanha, na definição de uma nova ordem internacional. Franco, no entanto, tinha outros planos.

Mas o ano de 1941 tinha mudado as regras do jogo. Chegados ao Inverno, a operação alemã na URSS não tinha registado sucessos consideráveis, os alemães tinham recuado nos bombardeamentos em massa a Inglaterra, não tinham capacidade económica para fornecer qualquer ajuda a Espanha e as ameaças de Hitler a Franco tinham caído, todas, em saco roto.

Subitamente, em Janeiro de 1942, no auge do bloqueio económico a Espanha, Franco responde favoravelmente a um novo convite endereçado por Salazar. A grilheta da fome apertava mais do que nunca e Theotónio Pereira continuava a dar garantias que, do lado luso-britânico, Franco não tinha nada a temer.

A cimeira de Sevilha, realizada entre 11 e 13 de Fevereiro, provocou inúmeras ondas de choque. Rodeada de todo o secretismo, não tendo havido sequer um comunicado oficial nem uma ordem de trabalhos conhecida, mudou o paradigma da colaboração luso-espanhola. Não seriam necessários mais intermediários para que Salazar vincasse a sua posição junto de Franco e que este, sem ambiguidades, pudesse acertar uma posição comum com Salazar. Pelos documentos existentes no arquivo Teixeira de Sampayo, e não publicados até hoje, e no arquivo Hoare, na correspondência trocada com Theotónio Pereira, consegue-se encontrar um fio condutor da cimeira e das matérias discutidas: Reforço da luta contra o comunismo; posição conjunta sobre o bloqueio económico inglês e contestação do sistema de outorga de *navicerts*, com a finalidade de pressionar ingleses e americanos relativa-

mente à flexibilização do fornecimento de petróleo e outros combustíveis; trocas de informação sobre actividades dos serviços secretos ingleses na península, com o apoio dos partidos comunistas; reforço do pacto Ibérico, com a possibilidade de haver um apoio militar inglês.

No que dizia respeito ao comunismo, Franco e Salazar estavam bastante cépticos sobre a oportunidade da coligação que se desenhava entre a Grã-Bretanha, a Rússia e os EUA, e por mais do que uma vez Salazar chamou a atenção dos seus interlocutores que a URSS, se não fosse travada pela Alemanha, viria a expandir-se para a Europa Oriental, com a cumplicidade dos aliados. De todos quantos registaram estas opiniões, que se revelariam certeiras, só George Kennan concordou com Salazar.

Mas as ondas de choque continuaram a espalhar-se. Em Julho de 1942 deu-se o incidente de Begoña, no País Basco, que envolveu *Carlistas* e *Falangistas*. Aproveitando um período de particular contestação militar a Franco, sabendo que o rumo da guerra poderia ser contrário aos desejos da Espanha, o *Caudillo* utilizou o episódio de Begoña para se ver livre, em simultâneo, do Ministro da Guerra, General Varela e de Serrano Suñer. Analisando objectivamente a questão, conclui-se que o Chefe de Estado espanhol decidiu cortar a fundo com um regime assente na elite Falangista e nos sectores contestatários das Forças Armadas. A decisão era vista como um sinal interno mas também externo, porque na sequência do seu encontro com Salazar, substituiu Serrano por Jordana, um dos militares mais ligados a Portugal, um dos arquitectos do tratado de 17 de Março de 1939 e um adversário tenaz do intervencionismo espanhol. Curiosamente, ou talvez não, Jordana, duas semanas após ter tomado posse, divulgou um comunicado com as linhas-mestras da política externa espanhola e nesse comunicado o único país que foi mencionado, como uma das pedras basilares da nova política foi [...] Portugal. Aliás, Pedro Theotónio Pereira foi o primeiro embaixador a ser recebido, facto que Hoare não deixou de sublinhar.

Pouco tempo depois, os aliados iniciaram

a operação *Torch* fazendo desembarcar, nas proximidades da Península, um conjunto de divisões aerotransportadas que acabariam por empurrar os alemães para fora do Mar-grebe. Portugal e Espanha, não reagindo negativamente, acabavam, implicitamente, por concordar com a expulsão dos alemães do Mediterrâneo.

Em Dezembro de 1942, Jordana culminaria o processo histórico de aproximação a Portugal, iniciado em Sevilha, com a visita a Lisboa, para se encontrar com Salazar. Dos vários dias de reuniões saiu a formação, oficiosa, do chamado Bloco Ibérico. Constituíam-se uma plataforma de entendimento que garantia, também aos ingleses, que a Península, por sua iniciativa, não contribuiria para que a guerra chegasse às suas fronteiras.

O chefe do governo português, apesar do clima de fricção que mantinha com Londres desde a invasão de Timor, acabava de dar a melhor contribuição que se podia imaginar, para desanuviar o clima de guerrilha permanente que se sentia entre Madrid e Londres. Em Fulton (EUA), em 1946, Churchill, dirigindo-se ao mundo, não o esqueceu.

## Bibliografia

### I. Arquivos

#### I.1 Fontes

##### Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo Salazar

##### Cambridge University Library

Templewood Papers - Arquivo Pessoal de Sir Samuel Hoare, Lord Templewood, Box XIII, Files 3,4,6, 7,8,9,10,11,16,17,18,19, 20,21,22,23,24,25,26,27,28 e 29. Box AC – Files 10 e 11

##### Fundación Nacional Francisco Franco

Archivos del Generalísimo Francisco Franco Bahamonde. Papéis pessoais e documentos de Estado

##### Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Arquivo Teixeira de Sampaio, Gabinete do Secretário-Geral, Núcleo da Segunda Guerra, Maços 4 a 27

Arquivo Teixeira de Sampaio, “Elementos para o estudo da Aliança luso-britânica”, Pgs. 1/29, 1933, A35/G Maço A1, Pasta 2

Arquivo Teixeira da Mota, “Interpretação da Aliança Luso-Britânica e a atitude quanto à sua eventual revisão de 1936 a 1939 segundo os Documentos Diplomáticos de ambos os países.”

Telegramas Manuscritos confidenciais – Gabinete do Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1936-1943

**The National Archives** (Ex-Public Record Office)

War Cabinet, minutes – 1940-1941-1942

### I.2. Fontes Impresas

**Documents of Foreign British Policy, (DFBP)** Vol. XIX (1936-39) Ed. W. N. Medlicott and Douglas Darkin, 2ª série, HMSO, London, 1977

**Government of USA, *The Laws of Neutrality as existing on August, 1914.*** Ed. Government Printing Office, Washington, 1918

**Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) *Dez anos de Política Externa (1936-1947), A Nação Portuguesa e a segunda guerra mundial***, XV Vols., Imprensa Nacional de Lisboa, 1961/1993

*A Aliança Inglesa*, Subsídios para o seu estudo. Compilação e anotação de José de Almada, Vol. III, (Confidencial) Ed. Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1949

**President Wilson, *American Neutrality: An appeal to the citizens of the Republic, requesting their assistance in maintaining a state of neutrality during the European War, August 20, 1914.*** Ed. George McLean Harper, New York, 1918

**Richardson, James D.**, (Compilation) A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents, 1789-1897, Vols. I e II, Ed. Authority of Congress, Washington, 1900

**Roosevelt, Franklin D.** - *The Public Papers and Addresses*, vol. 1939, War and Neutrality, compiled with special material and explanatory notes by Samuel L. Rosenman and with a special introduction and explanatory notes by President Roosevelt, The Macmillan Company, New York, 1941

**Roosevelt, Franklin D.** – *The Public Papers and addresses, 1941 volume, The Call to Battle Stations*, compiled with special material and explanatory notes by Samuel Rosenman, Harper and Brothers Pub. New York, 1950

**Roosevelt, Theodore, *Presidential Addresses and State Papers: April 7, 1904, to May 9, 1905***, Vol. III. Ed. The Review of Reviews Co, New York, 1910

**Salazar, Oliveira – *Discursos e Notas Políticas***, Vol. II 1935-37, Coimbra Ed. Coimbra, 1945, 2ª Edição,

**Salazar, Oliveira – *Discursos e Notas Políticas***, Vol. III 1938-43, Coimbra Ed. Coimbra, 1959, 2ª Edição,

**The National Archives (PRO) - *Allied Propaganda in World War II: The Complete Record of the Political Warfare Executive (FO 898)***, Ed. Professor Philip M. Taylor, London, 2005.

**United States Department of State /Foreign Relations of the United States - diplomatic papers, 1941 – FRUS, Foreign Relations, 1941, Vol. I. *The Atlantic Conference between President Roosevelt and Prime Minister Churchill, August 9-12, 1941.***

**Wilson, W.**, *Address of the President of the United States at the Associated Press*, New York, 20th April 1915. Washington, June, 1915

### 2. Obras

#### 2.2 Obras Gerais

**Gilbert, Martin, *A História do Séc. XX***, Ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1ª edição, 2004

- Gilbert, Martin**, *A Segunda Guerra Mundial*, Vol. I, Ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1ª edição, 1989
- Medlicott W. N.**, *the Economic Blockade*, Vol. I, Ed. His Majesty's Stationery Office and Longmans, Green and Co Ltd, London, 1952
- Meneses, Filipe, Ribeiro de**, *Salazar*, Ed. D. Quixote, Lisboa, 1ª Edição, 2010
- Nogueira, Franco**, *As Crises e os Homens*, Ed. Ática, Lisboa, 1971
- Nogueira, Franco**, *Salazar – As Grandes Crises (1936-1945)*, Vol. III, Livraria Civilização Editora, Porto, 1986
- Sherwood, Robert E.**, *Roosevelt and Hopkins, an Intimate History*, Grosset & Dunlap Eds, New York, 1948
- 2.3 Obras de História Diplomática e de Relações Internacionais**
- Conn, Stetson e Fairchild, Byron**, *The Framework of Hemisphere Defense*, Ed. Center of Military History, United States Army, Washington D.C., 1989
- Dallek, Robert**, *Franklin D Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945*, Ed. Oxford University Press, New York, 1995
- Feis, Herbert**, *the Spanish Story, Franco and the Nations at War*, Ed. Alfred A. Knopf, New York, 1948
- Gilbert, Martin**, *Churchill and America*, Free Press Ed. New York, 2005
- Harper, John Lamberton**, *American visions of Europe: Franklin D. Roosevelt, George F. Kennan, and Dean G. Acheson*, Cambridge University Press, Cambridge, 1994
- Kennedy, Paul**, *Stratégie et Diplomatie*, Ed. Economica, Paris, 1988
- Kimball, Warren E.**, *Forged in War: Roosevelt, Churchill and the Second World War*, Ivan R. Dee Eds, New York, 1997
- Mahan, Alfred, T.**, *the Interest of America in Sea Power, Present and Future*. Ed. Little, Brown and Co, Boston, 1917,
- Mahan, Alfred, T.**, *the Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*. 12th Edition, Ed. Little, Brown and Co, Boston, 1918
- Martins, Fernando**, (ED.) *Diplomacia e Guerra – Política Externa e Política de Defesa em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo. Ciclo de Conferências*. Ed. Colibri e Universidade de Évora. Lisboa, 2001
- Moreira, Adriano**, *A Europa em Formação*, Ed. Academia Internacional Cultura Portuguesa, Lisboa, 1987
- Morgenthau, Hans**, *Politics among Nations*, Ed. Alfred Knopf, New York, 6th edition, 1985
- Motta, Carlos Teixeira da**, *O Caso de Timor na II Guerra Mundial – Documentos Britânicos*, Ed. Instituto Diplomático, MNE, Lisboa, 1997
- Oliveira, César**, *Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e Economia*. Ed. Cosmos, Lisboa, 1995,
- Oliveira, César**, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha* Ed. O Jornal, Lisboa, 1987,
- Oliveira, César**, *Salazar e o Seu Tempo*, Ed. O Jornal, Lisboa, 1991
- Oliveira, César**, “Oliveira Salazar e a Política Externa Portuguesas – 1932/1968”, em *Salazar e o Salazarismo*, Ed. D. Quixote, Lisboa, 1989, Pgs. 73-99
- Padelford, Norman, Lincoln, George**, *the Dynamics of International Politics*, Ed. Mc-Millan Company, New York, 1967.
- Payne, Stanley G.**, *A Guerra Civil de Espanha, a União Soviética e o Comunismo*, Ed. Ulisseia, Lisboa, 2006
- Payne, Stanley G.**, *Franco: El Perfil de la Historia*, Ed. Espasa-Calpe, Madrid, 1992
- Payne, Stanley G.**, *Franco and Hitler: Spain, Germany and World War II*, Ed. Yale University Press, New Haven, 2008
- Pereira, Bernardo Futscher**, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Ed. D. Quixote, Lisboa, 2012
- Preston, Paul**, “Italy and Spain in Civil War and World War - 1936.1943” em *Balfour, Sebastian, Preston Paul, (Ed.) Spain and the Great Powers in the Twentieth Century*, Routledge, London, 1999, Pgs.151-184
- Redondo, Juan Carlos Jimenez**, *Franco e Salazar – As relações luso-espanholas durante a guerra-fria*, Ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1996
- Rosas, Fernando**, *O Salazarismo e a aliança luso-britânica*, Ed. Fragmentos, Lisboa, 1988
- Rosas, Fernando**, (Coord.) *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Ed. Colibri, Lisboa, 1998
- Sáenz-Francés, Emilio**, *Entre la Antorcha y la Esvástica: Franco en la encrucijada de la Segunda Guerra Mundial*, Ed. Actas, Madrid, 2009
- Smyth, Denis**, *Diplomacy and Strategy of Survival-British Policy and Franco's Spain, 1940-41*, Ed. Cambridge University Press, Cambridge, 1986
- Smyth, Denis**, “Franco and the Allies in the Second World War” em *Balfour, Sebastian, Preston Paul, (Ed.) Spain and the Great Powers in the Twentieth Century*, Routledge, London, 1999, Pgs.185-209
- Smith, Gaddis**, *American Diplomacy during the Second World War, 1941-1945*, Ed. Alfred A. Knopf, New York, 1985
- Stone, Glyn**, *the Oldest Ally – Britain and the Portuguese Connection, 1936-1941*, Ed. The Royal Historical Society, The Boydell Press, London, 1994

**Suárez, Luís**, *Franco, España y la Segunda Guerra Mundial – desde 1939 hasta 1945*, Ed. Actas, Madrid, 1997

**Telo, António José**, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Ed. Cosmos, Lisboa, 1994

**Telo, António José**, “O Fim do Ciclo Africano do Império”, em *Portugal Na Transição Do Milénio – Colóquio Internacional*, Ed. Fim de Século, Lisboa, 1998, pgs. 327-355

**Thomás, Joan Maria**, *Roosevelt and Franco during the Second World War: From the Spanish Civil War to Pearl Harbor*, Ed. Palgrave Macmillan, New York, 2008

**Toynbee, Arnold, J.** (Dir) **Toynbee, Veronica, Medlicott, W.N, Howard, Constance, Hicks, Agnes, Duff, Katherine, Kirk, G.E** *La Guerra y los Neutrales*, (Trad. Luis Solano Costa) Ed. Vergara, Barcelona, 1958

**Tussel, Javier**, *Franco, España y la guerra mundial entre el Eje y la neutralidad*, Ed. Temas de Hoy, Madrid, 1995

**Weigert Hans W.** *Geopolítica, Generales y Geografos*, Ed. Fondo de Cultura Económica, Ciudad de Mexico, 1942

**Wevill, Richard**, *Diplomacy, Roger Makins and the Anglo-American Relationship*, Ed. Ashgate Publishing ltd, Farnham, 2014

**Wigg, Richard**, *Churchill and Spain - The Survival of the Franco regime, 1940-1945*, Ed. Routledge, London, 2005

**Wylie, Neville e outros**, *The Politics and Strategy of Clandestine War: Special Operations Executive, 1940–1946*, ed. Routledge, Abingdon (UK), 2007

#### 2.4 Memórias e Correspondências

**Eccles, David**, *By Safe Hand, letters of Sybil & David Eccles 1939-42*, Ed. The Bodley Head, London, 1983

**Gómez-Jordana Souza, Francisco**, Milícia y

Diplomacia, *Los Diarios del Conde de Jordana 1936-1944*, Estudio preliminar de Carlos Seco Serrano, Glosas y Comentarios de Rafael Gómez-Jordana Prats, Ed. Dossoles, Burgos, 2002

**Halifax, Earl of**, *Fullness of Days*, Ed. Collins, London, 1957

**Hayes, Carlton J. H.**, *Wartime mission in Spain*, Ed. Macmillan Company, New York, 1945

**Henderson, Neville**, *Dois anos junto de Hitler*, (trad. Carlos Ferrão), Ed. Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1940

**Hoare, Sir Samuel**, *Ambassador on Special Mission*, Ed. Collins, London, 1946

**Kennan, George F.**, *Memoirs, 1925-1950*, Ed. Pantheon Books, New York, 1967

**Merino, Ignacio**, *Serrano Suñer – Historia de una conducta*, (Prólogo de Paul Preston), Ed. Planeta, Barcelona, 1996

**Payne, Stanley G.**, *Franco – El Perfil de La Historia*, Ed. Espasa Calpe, Madrid, 1992

**Pereira, Pedro Teotónio**; *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar vols. I a IV (1931 A 1944)* Edição da Presidência do Conselho de Ministros – CLNSRE, Lisboa, 1987/1991

**Pereira, Pedro Teotónio**, *Memórias*, Vols. I e II, (Prefácio de Marcelo Caetano), Ed. Verbo, Lisboa, 1972/1973

**Preston, Paul**, *Franco, “Caudillo de España”*, Ed. Debolsillo, 2ª ed., Barcelona, 2006

**Roosevelt, Theodore**, *America and the World War*, Ed. Charles Scribner’s Sons, New York, 1915

**Rosas, Fernando; Barros, Júlio, L. de; Oliveira, Pedro**, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar – Correspondência Política 1926-1955*, Ed. Estampa, Lisboa, 1996

**Saña, Heleno**, *El franquismo sin mitos. Conversaciones con Ramón Serrano Suñer*, Editorial Grijalbo, Barcelona, 1982

**Serrano Suñer, Ramón**, *Entre Hendaya y Gibraltar*, Ed. Espesa, Madrid, 1947

**Serrano Suñer, Ramón**, *Entre el Silencio y la Propaganda – La historia como fue*, Ed. Planeta, Barcelona, 1977

**Tusell, Javier**, *Franco en la Guerra Civil-Una biografía política*. Ed. Tusquets, Barcelona, 1992

#### 2.5 Obras sobre neutralidade

**Davis, Hayne (Ed.)**; *Among the World’s Peace Makers*, Ed. The Progressive Publishing Co., New York, 1907

**Morales Lezcano, Víctor**, “Spanish Non-Belligerency in World War II” em **Nevakivi, Jukka (ed.)**, *Neutrality in History: Proceedings of the Conference on the History of Neutrality organized in Helsinki 9-12 September 1992 under the auspices of the Commission of History of International Relations*. Helsinki: SHS, 1993, pgs. 219-230

**Moura, Gerson**, “Dependent Neutrality: The Case of Brazil, 1939-1942” em **Nevakivi, Jukka (ed.)**, *Neutrality in History: Proceedings of the Conference on the History of Neutrality organized in Helsinki 9-12 September 1992 under the auspices of the Commission of History of International Relations*. Helsinki: SHS, 1993, pgs. 255-268

**Nevakivi, Jukka (ed.)**, *Neutrality in History: Proceedings of the Conference on the History of Neutrality organized in Helsinki 9-12 September 1992 under the auspices of the Commission of History of International Relations*. Helsinki: SHS, 1993

**Packard, Jerrold, M.** *Neither Friend nor Foe – the European Neutrals in World War II*, Ed. Charles Scribner’s Sons, New York, 1992

**Rosas, Fernando**, “Portuguese neutrality in the Second World War” em **Wylie, Neville**

(Ed.), *European Neutrals and Non-Belligerents during the Second World War*, Ed. Cambridge University Press, Cambridge, 2002, pgs. 268-282

Wylie, Neville (Ed.), *European Neutrals and Non-Belligerents during the Second World War*, Ed. Cambridge University Press, Cambridge, 2002

### 3. Artigos

#### 3.1 Artigos

Alpert, Michael, “Operaciones secretas inglesas en España durante la Segunda Guerra Mundial”, em *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, n° 15, 2002, Pgs. 455-472

Buchanan, Andrew N. “Washington’s silent ally in World War II? United States Foreign Policy towards Spain 1939-1945” em *Journal of Transatlantic Studies*, n°. 7, issue 2, 2009, pgs.93-117

Burdick, Charles B., “Moro: The Resupply of German Submarines in Spain, 1939-1942” em *Central European History*, n°3, Sept. 1970, Pgs. 256-284

Davis, John W., “The Permanent Bases of American Foreign Policy” em *Foreign Affairs*, Vol. 10, Oct. 1931, Pgs. 1-13

Feis, Herbert, “Oil for Spain”, em *Foreign Affairs*, vol. 26, Jan. 1948, issue 2, Pgs. 377-389

Godá, Norman, “The Riddle of the Rock - a Reassessment of German Motives for the Capture of Gibraltar in the Second World War” em *Journal of Contemporary History*, Vol. 28, No. 2 (Apr. 1993), pp. 297-314

Mackinder, Halford J. “The Geographical Pivot of History”, em *The Geographical Journal*, Vol. 23, N° 4, April, 1904, Pgs. 421-437

Mackinder, Halford J., “The Round World and the Winning of the Peace”, em *Foreign Affairs*, Vol. 21, July 1943, issue 4, Pgs. 595-605

Marks III, Frederick W. “Six between Roosevelt and Hitler: America’s role in the Appeasement of Nazi Germany” em *The Historical Journal*, vol. 28, n° 4, Dec. 1985, pgs. 969-982

Marquina Barrio, Antonio, “La Etapa de Ramón Serrano Suñer en la Cartera de los Asuntos Exteriores”, em *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, n° 2, 1989, Pgs. 146-167

Marquina Barrio, Antonio, “Los Estados Unidos y la guerra de España”, em *UNISCI Discussion Papers*, n° 11, Mayo 2006, Pgs. 273-282

Marquina Barrio, Antonio, El Atentado de Begoña, em *UNISCI Discussion Papers*, N° 36, Octubre 2014, pgs.123-131

Morales Lezcano, Víctor, “Canarias, Azores y Cabo Verde durante la batalla del Atlántico”, em *Anuario de Estudios Atlánticos*, n° 23, 1977, Pgs. 205-236

Moreira, Adriano, “A Comunidade Internacional em Mudança”, em *Revista de Estudos Sociais*, Vol., N°s1-4, Lisboa, 1981, Pgs. 9-177

Payne, Stanley G., “Los Estados Unidos y España: Percepciones, Imágenes e Intereses” em *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n° 25, 2003, Pgs.155-167

Payne, Stanley G., “Los Estados Unidos y la Guerra” em *Cuenta y Razón*, n° 39, Septiembre-Diciembre 1988, Pgs.113-124

Polk, Judd, “Freezing Dollars against the Axis”, em *Foreign Affairs*, Vol. 20, Oct 1941, Issue 1, Pgs. 113-130

Rocamora, José Antonio Rocamora “Un nacionalismo fracasado: el iberismo”, em *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, n° 2, 1989, Pgs.29-56

Rogers, Francis, “Os Açores: Plataforma no Atlântico”, em *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, N°2, 1966, Pg. 194-207

Russell, Richard “American Diplomatic Realism: A Tradition Practised and Preached by George F. Kennan”, em *Diplomacy & Statecraft*; Nov2000, Vol. 11 Issue 3, Pgs.159-182

Saenz-Francés, Emilio,” Spanish Foreign Policy during the Second World War. A historiographical Overview” em *Europe and the world in European historiography* (Thematic work group) Pisa University Press, Pisa, 2006, Pgs. 50-70

Stevens, Donald. G, “World War II Economic Warfare: The United States, Britain and Portuguese Wolfram”, em *The Historian*, Vol. 61, Issue 3, March 1999, Pgs.539-556

Stoler Mark A. “A half-century of conflict: Interpretations of U.S. World War II diplomacy” em *Diplomatic History*, Vol. 18, No. 3 (June 1994) Pgs.375-403

Stoler Mark A. “War and Diplomacy: Or, Clausewitz for Diplomatic Historians” em *Diplomatic History*, Vol. 29, No. 1 (January 2005) Pgs.1-26

Stone, Glyn, “Inglaterra, Portugal e a Não-belligerência Espanhola – 1940/1941”, em *Ler História*, N° 25/1994, Pgs. 89-102

Stone, Glyn, “Yvon Delbos and Anthony Eden: Anglo-French Cooperation 1936-1938” em *Diplomacy and Statecraft*, n° 17, 2006, pgs.799-820

Stone, Glyn, “The British Government and the Sale of Arms to the Lesser European Powers – 1936/1939”, em *Diplomacy & Statecraft*, Vol. 14, N° 2, June 2003, Pgs. 237-270

Thomás, Joan Maria, “Getting to know Ramón Serrano Suñer: reality and invention, 1937-42” em *International Journal of Iberian Studies*, Vol. 18 n° 3, 2005, Pgs. 165-179

Tusell, Javier, “Los cuatro ministros de Asuntos Exteriores de Franco durante la Segunda Guerra Mundial”, em *Espacio*,

*Tiempo y Forma*, Série V, nº 7, 1994, Pgs. 323-348

Tusell, Javier, “La Etapa Jordana (1942-1944) em *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, nº 2, 1989, Pgs.169-189

Tusell, Javier, “Roosevelt y Franco” em *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, nº 4, 1991, Pgs.13-30

Tusell, Javier, “La primera política exterior de Franco” em *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, nº 5, 1992, Pgs.19-76

Weiss, Kenneth, G., “The Azores in Diplomacy and Strategy 1940-45”, em *Professional Paper 272*, Institute of Naval Studies, Center for Naval Analyses, March 1980, Pgs. 1-46

Welles, Sumner, “Intervention and Interventions”, em *Foreign Affairs*, Oct. 47, Vol. 26 Issue 1, Pgs. 116-133

Welles, Sumner, Two Roosevelt Decisions: One Debit, One Credit, em, *Foreign Affairs*, Jan1951, Vol. 29 Issue 2, p182-204

Wylie, Neville, “An Amateur Learns His Job? Special Operations Executive in Portugal, 1940-42”, em *Journal of Contemporary History*, Vol. 36, No. 3, Jul., 2001, pgs. 441-457

### 3.2 Artigos sobre neutralidade

Whitton, John B., “La Neutralité et la Société des Nations” em *Académie de Droit Internationale – Recueil des Cours*, II, Tome 17, 1927, Pgs.453-571

Whitton, John B., “Le Problème de La Neutralité Américaine 1938” em *Revue Générale de Droit Internationale Public*, nº 1, Janvier-Février, Tome 45, 1938, Pgs.567-580

Whitton, John B. « L'isolement des États-Unis – Principe caduc de la Doctrine Monroe », em *Revue General de Droit Internationale Public*, 3ème série, Tome 1, 1927, Pgs. 45-60

White, Thomas Raeburn, “Proceedings of the first Annual National Assemblage of the League to Enforce Peace”, em *League to Enforce Peace* Washington, May, 26/27 1916. Ed. LEP, New York, 1916, pgs. 13-27

### 4. Teses de Doutoramento (Não publicadas)

Fenwick, Charles G., *The Neutrality Laws of the United States*, Ed. Johns Hopkins University, Baltimore, 1912 (tese de Doutoramento)

Martins, Fernando, *Pedro Theotónio Pereira: Uma biografia (1902-1972)*. Tese de Doutoramento não publicada, Universidade de Évora, 2004, 1037 pgs

### 5. Endereços Electrónicos

Lord Halifax Diaries – University of York <https://dlib.york.ac.uk/yodl/app/collection/detail?id=york%3a815435&ref=browse>

Câmara dos Deputados da Republica Federativa do Brasil - Legislação Informatizada - DECRETO N° 8.266, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1941

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8266-22-novembro-1941-325107-publicacaooriginal-1-pe.html>,

Plan Dog – facsimile do original. Biblioteca Franklin Delano Roosevelt <http://docs.fdrlibrary.marist.edu/psf/box4/a48b01.html> to <http://docs.fdrlibrary.marist.edu/psf/box4/a48b26.html>

United States Department of State / Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1941. (FRUS) General, The Soviet Union, (1941) Roosevelt-Churchill - Atlantic Conference; pgs. 345-367 <http://digioll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS/FRUS-idx?type=turn&entity=FRUS.FRUS1941v01.p0379&id=FRUS.FRUS1941v01&isize=M&q1=portugal>

A Decade of American Foreign Policy 1941-

1949 - Havana Meeting of Ministers of Foreign Affairs of the American Republics, July 21-30, 1940 – University of Yale [http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/decad058.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/decad058.asp)

## ANEXO A

THIS DOCUMENT IS THE PROPERTY OF HIS BRITANNIC MAJESTY'S GOVERNMENT

*Printed for the War Cabinet. July 1940.*SECRET.

Copy No. 20

W.P. (40) 265.

(Also C.O.S. (40) 551.)

July 16, 1940.

TO BE KEPT UNDER LOCK AND KEY.

It is requested that special care may be taken to ensure the secrecy of this document.

**WAR CABINET.****ATLANTIC ISLANDS PROJECTS.****REPORT BY CHIEFS OF STAFF COMMITTEE.**

AS the War Cabinet are aware,\* we have for some time been examining the question of seizing strategic points in the Cape Verde islands and the Azores.

2. The object in seizing these islands would be :-

- (a) to deny their use to the enemy and to secure the cable stations.
- (b) to secure for our own use in the Azores an air base and a refuelling base if Gibraltar were to become unusable.

**Advantages of denying the Islands to the Enemy.**

3. If enemy naval and air forces were to be established in these islands our trade would have to be routed far to the westward from Freetown, thus adding to our shipping difficulties and complicating the fuelling problem. If enemy land forces were established in the islands a combined operation would be necessary to turn them out.

**Advantages of securing the Islands for our own use.**

4. If Gibraltar becomes unusable as a Naval base it would be desirable that we should secure for ourselves a base in the Azores, since otherwise we should have no base between Plymouth and Freetown. Naval forces operating from the Azores would be in a better position to fill the gap in our patrol line surrounding Europe than they would if they were to operate from Freetown or Plymouth. Similarly, flying boats could operate from these Islands, although it will be a long time before we shall have the requisite number of these aircraft.

**Circumstances in which we should seize the Islands.**

5. We have reviewed in some detail the various circumstances in which we might seize these islands. We attach at Annex I a note on the political, economic and strategic effects of Spanish and Portuguese hostility, from which it will be clear that the implications of an unprovoked aggression against Portuguese territory would be very serious. We have, therefore, reached the conclusion that

\* W.M. (40) 149th Conclusions, Minute 10.

it would not be in our interests to seize these islands except in the event of actual Spanish or Portuguese hostility or when it becomes clear beyond reasonable doubt that either of these Powers intends to intervene against us.

6. At present negotiations with the United States of America are taking place with a view to securing a substantial measure of control at source over the essential raw materials required by the enemy. We understand that there are good prospects of obtaining the co-operation of the Americas in this important aspect of our plans, and that measures to secure control of shipping and bunkering facilities are going ahead satisfactorily. If these negotiations fail, however, and we are forced to resort to more direct naval action in order to prosecute the blockade, it may be necessary to accept the disadvantages of provoking Spanish and Portuguese hostility and seize these islands even although the attitude of Spain and Portugal may be satisfactory. At present, however, it does not seem necessary to contemplate such drastic action.

7. As the War Cabinet are aware,\* the Governments of Southern Rhodesia and the Union of South Africa have prepared plans for the capture of the Portuguese railway from the Southern Rhodesian frontier to the coast of Mozambique and of the port of Beira against the possibility of Portuguese hostility. The object of these operations is to secure for ourselves the most important economic outlet for the trade of Northern and Southern Rhodesia. In a recent telegram† General Smuts, who has been kept in touch with our projects in the Atlantic Islands, has pointed out:—

- (a) That it would be difficult both for us and for him to defend such high-landed action against our old Ally, Portugal.
- (b) That our action against the Cape Verde Islands and the Azores might force the hand of the Governments of South Africa and of Southern Rhodesia into taking action against the railway in Portuguese East Africa. This would be still more difficult to defend.

8. An interim reply has been sent to General Smuts informing him that, before any decisions are taken in the matter, the above points will be taken into full consideration. The necessity for maintaining General Smuts' position in South Africa needs no elaboration. Nevertheless, we feel that we should have a strong case to justify our action in the circumstances in which we recommend that the Islands should be occupied, on the score that we could not afford to risk them falling into enemy hands.

Although we cannot expect our action to be accepted by the Portuguese with anything but resentment, particularly in view of our inability to protect Portugal against a possible attack by Germany through Spain, we suggest that it would be condoned by the rest of the world and by the Dominions and even understood by Dr. Salazar. We should of course promise to return the islands to the Portuguese at the end of the war.

If the above is accepted, there would be no cause for the Governments of Southern Rhodesia and South Africa to undertake operations in Portuguese East Africa which are only designed to secure the railway in the event of active Portuguese hostility.

#### The Military Problem.

9. The Military problem in seizing the Cape Verde Islands and the Azores can be summarised as follows:—

##### *Cape Verde Islands.*

- (a) The Portuguese defences consist of two batteries of naval guns of small calibre, and about 200 soldiers. Although these defences are weak we must anticipate the possibility of their having been reinforced by German or Italian elements, particularly as we cannot seize these points until it is clear beyond reasonable doubt that Spain or Portugal propose to intervene against us.
- (b) It will be necessary, in order to achieve surprise, to capture the two most important islands, *i.e.*, Sal and St. Vincent, simultaneously.
- (c) The forces required to ensure their capture are a brigade of two Battalions with certain ancillary troops.

\* W. M. (40) 149th Conclusions, Minute 10.

† Annex II.

*Azores.*

- (d) In the Azores there is a Portuguese garrison of two battalions and nine coast defence guns.
- (e) The forces allotted to the operation may not be sufficient to seize all the islands simultaneously if opposition is encountered. The Commander has been given the order of importance of objectives as follows:—  
Horta.  
Porto del Garda.  
Terceira.
- (f) To ensure the capture of the Islands a force of one infantry brigade with certain ancillary troops is required.

10. Provided that Naval patrols are established to prevent further reinforcements, we consider that the above forces are sufficient to capture the islands against opposition by the forces at present located there. In the event of the operation becoming imminent, we intend to establish these Naval patrols.

**State of Planning.**

11. In the light of the above we have prepared plans on the following lines:—

- (a) Two composite brigades, made up from four Royal Marine battalions and one army battalion, have been concentrated at Plymouth.
- (b) Shipping has been taken up and stores have either been loaded or moved to Liverpool, from which port it is intended the expeditions should sail.
- (c) The expeditions will be at 48 hours' notice to sail, from the 18th July.
- (d) The Commanders of these brigades have been informed of their probable task and instructed to prepare detailed plans. Naval Commanders will be appointed as soon as the operations become imminent. Directives which it is proposed to issue to these Commanders are attached as Annex III.

**Recommendations.**

12. We recommend—

- (a) that the War Cabinet should approve in principle the circumstances in which we should seize the Cape Verde Islands and the Azores, viz.:—  
(i) In the event of Spanish or Portuguese hostility.  
(ii) When it becomes clear beyond reasonable doubt that either of these Powers intends to intervene against us.  
(iii) If the exercise of economic pressure by control at source or control of shipping fails to achieve adequate results and we have to rely more upon direct naval action.

NOTE.—There may be other circumstances, such as a German advance upon Portugal through Spain, in which a decision whether or not to seize the Islands would have to be made in the light of the situation at the time. In any event, the actual decision to despatch the expedition will lie with the War Cabinet.

- (b) That the War Cabinet should give covering approval to the preparations we have already made and which are outlined in paragraph 11 above and to the Draft Directives to Commanders attached as Annex III.
- (c) That the Dominions Office should be invited to inform General Smuts of the gist of the above plan if approved by the War Cabinet.

(Signed) C. L. N. NEWALL.  
DUDLEY POUND.  
J. G. DILL.

July 16, 1940.

[21531]

B 2

## ANNEX I.

POLITICAL, ECONOMIC AND STRATEGIC EFFECTS OF  
PORTUGUESE AND SPANISH HOSTILITY.

## I.—PORTUGUESE HOSTILITY.

*Political.*

1. If we were to decide to seize the Portuguese Islands on account of Spanish hostility we should have a strong case to justify our action, on the score that there would be a grave risk of their falling into enemy hands. It would be far more difficult to make a tenable case for seizing them if France only were hostile. German propaganda would immediately exploit the situation and might prove most dangerous in South America and South Africa.

2. Control of raw materials at the source is one of the chief methods on which we rely to defeat Germany. We have not yet achieved this control, and much will depend upon the results of the forthcoming Pan-American Conference. Nevertheless, we understand from the Ministry of Economic Warfare that the prospects are good. An act of aggression against Portugal, however, might well have a disastrous effect on President Roosevelt's efforts to attain Pan-American collaboration in our favour, and our occupation of the Islands would not compensate for a resulting failure to achieve this essential part of our planning.

3. General Smuts has already pointed out\* that it would be most difficult for him to defend such high-handed action against our old Ally, Portugal. He makes this point on the assumption that it is our intention to seize these Islands only in the event of Spanish hostility. His reactions to any suggestion that we might seize them as a result of French hostility, when the attitude of Spain and Portugal might not be in question, will presumably be still more adverse.

*Economic.*

4. Apart from its effect on South America and South Africa, Portuguese hostility would have no serious economic effect on our own war effort.

*Strategic.*

5. We have already reported† on the operations that would be necessary in the event of Portuguese hostility in Portuguese East Africa, to secure an outlet to the sea for the trade of the Rhodesias and the Belgian Congo, and, in particular, the export of copper. These operations are to be undertaken to a large extent by troops from the Union of South Africa. General Smuts has pointed out that he would be embarrassed politically if these operations were forced upon him as the result of an unprovoked attack upon Portugal by this country. It is unnecessary to elaborate the importance to the Empire of maintaining General Smuts's position in the Union of South Africa.

6. The Japanese have recently shown considerable interest in the Portuguese occupation of the Island of Timor, where they have been afforded certain concessions. If we had already seized Portuguese possessions in the Atlantic we could not very well protest against similar Japanese action in the Pacific, although such action would clearly be prejudicial to our own interests.

## II.—SPANISH HOSTILITY.

*Political.*

7. There are at present signs that General Franco is determined to maintain a fair attitude of neutrality. Dr. Salazar's considerable influence on General Franco has been constantly exerted to this end. We should therefore prejudice the whole of our policy in the Iberian Peninsula if, as a result of our seizing the Cape Verde Islands and the Azores, Spain were to be dragged into the war. Moreover, as General Smuts indicates, such action on our part would place us on a moral plane with our enemies, and would be likely to have

\* Annex II.

† W.P. (40) 180.

a considerable psychological effect on opinion in the Western Hemisphere and in the Dominions.

8. If Spain were to be dragged into the war as the result of unprovoked aggression on our part, the effect on the South American Republics would be adverse and our ability to control raw materials at source would thereby be seriously prejudiced.

*Economic.*

9. Although there might be some economic advantage in Spanish hostility, in that the blockade of Spain would deprive Europe of a lung, the economic disadvantages of war with Spain are considerable. Our supply of Spanish North African ore is already seriously threatened and even the loss of the small supply from the Spanish mainland is to be avoided if possible. We should have to turn to very distant sources for our supplies of phosphate rock and copper pyrites and we should have to husband our supplies of mercury very carefully.

*Strategic.*

10. The main strategic result of Spain joining our enemies would be that Italian and German forces would be able to operate from bases in Spain, the Canaries, and the Rio de Oro against our sea communications in the Atlantic and Western Approaches.

*Conclusions on the Effects of Spanish and Portuguese Hostility.*

11. The general conclusions to be drawn from the above review of Spanish and Portuguese hostility are as follows:—

- (a) The political repercussions of an act of unprovoked aggression might have serious results, particularly in South America, and might thus seriously prejudice our chance of obtaining Pan-American co-operation in our plans to control commodities at source. It cannot be too strongly emphasised that upon this control we rely largely for winning the war.
- (b) If we provoked Portuguese hostility the Governments of South Africa and Southern Rhodesia might be forced to undertake operations in Portuguese East Africa. General Smuts anticipates great difficulty in defending such an act of aggression.\* The necessity for maintaining General Smuts' position in South Africa needs no elaboration.
- (c) We should provide the Japanese with a pretext for intervention in Timor.
- (d) We should be deliberately discarding our present policy of encouraging General Franco to adopt an attitude of neutrality, although this is at present showing some prospects of success.
- (e) Although our blockade of Europe might in consequence become more effective, we should be accepting economic disadvantages which are considerable.
- (f) Italian and German forces would be able to operate from bases in Spain, the Canaries and Rio de Oro.

ANNEX II.

*Cypher Telegram from the United Kingdom High Commissioner in the Union of South Africa, dated July 9, 1940.—(Received 10.39 P.M. July 9, 1940.)*

(No. 397. Most Secret. Immediate.)

YOUR telegram Circular Z. No. 178 of 8th July.

In discussion of to-day General Smuts said that, having regard to the general friendliness of Portugal (as instructed by the reception of the Duke of Kent's party, see your telegram No. 271) and to the ancient Treaty of Alliance, he felt grave doubts about the wisdom, immediately on the entry of Spain into the war

\* Annex II.

and irrespective of Portugal's attitude, of taking action described in paragraph 4. In his view such action would be far more difficult to defend than action against the French Fleet at Oran and Dakar, which was defensible. After all, our whole case in this war rested upon moral grounds, which it was unwise to treat lightly, and the world's judgment, both now and after the war, was of the greatest importance.

Smuts also felt that he would have difficulty in defending in South Africa what he could not help thinking would be widely regarded as high-handed action by the United Kingdom, whereby delay of day or two after the entry of Spain into the war, during which the probable course of events and the attitude of Portugal would almost certainly become clear, might make all the difference to the moral aspects.

Moreover, he could not overlook the bearing of the matter on the contemplated action by the Union of Southern Rhodesia (see my telegram No. 341 of the 30th June). It had been agreed that neither Government would move against Portuguese East Africa except on receipt of the special authorising telegram or on the announcement of the outbreak of war with Portugal (see your telegram No. 245 of the 25th June). Course outlined in your telegram Z No. 178 might well mean that the Union and Southern Rhodesia would be asked or forced to take almost simultaneous action; General Smuts would then have to defend not only the action of the United Kingdom but also his own. This he would find very embarrassing. In the light of the above, Smuts was obviously doubtful whether it would be wise at this stage to communicate information in your telegram Z No. 178 to Southern Rhodesia (see my telegram No. 392).

### ANNEX III.

#### PART I.—DRAFT DIRECTIVE FOR PREPARATION OF PLANS BY OFFICER COMMANDING 2ND ROYAL MARINE BRIGADE.

YOU have been selected to command the land forces detailed for operations in the Cape Verde Islands if it is decided to occupy these Portuguese Islands.

2. The object of the operations will be :—

To occupy the Cape Verde Islands so as to deny them to the enemy and to secure the cable station at St. Vincent.

Facilities which the enemy might wish to make use of are the harbour at St. Vincent, the aerodrome in Sal and landing grounds in Maio and St. Jago.

3. Your force will consist of :—

Two battalions of Royal Marines and attached troops.

Details of this force will be communicated to you separately.

4. You will take immediate command of this force and will be responsible for planning in connection with the operation in conjunction with the naval advisers, who have already been detailed by the Admiralty to represent the Naval Commander until such time as the latter joins the expedition. In making your plans you should obtain any information and assistance you may require from the Director of Combined Operations, the Inter-Services Planning Staff and the Service Departments concerned.

5. The command of the Operation, until your forces are established ashore, will be exercised jointly by the Naval and Military Commanders in accordance with paragraph 1 (i) of Chapter 4 of the Manual of Combined Operations, 1938.

6. As the forces allotted to this Operation may not be sufficient to seize all the Cape Verde Islands simultaneously if opposition is encountered, your first act should be to capture St. Vincent and Sal Islands. Subsequently, you should deal with Maio and St. Jago.

7. Since this Operation will probably be ordered without our being at war with Portugal, it is to be hoped that, unless enemy forces have already succeeded

in establishing themselves, the local authorities will submit to the occupation of their islands by British Forces when faced with a demand to that effect backed by *force majeure*. As the success of the Operation depends upon surprise, it will not be possible to give any earlier warning of our intention.

8. It is most important that secrecy regarding these projected operations should be preserved and knowledge of the destination of the expedition should be confined to your immediate Staff.

PART 2.—DRAFT DIRECTIVE FOR PREPARATION OF PLANS BY OFFICER  
COMMANDING 1ST ROYAL MARINE BRIGADE.

You have been selected to command the land forces detailed for operations in the Azores if it is decided to occupy these Portuguese Islands.

2. The object of the operations will be:—

To deny to the enemy the harbours of Horta (Fayal) and Ponta del Garda (San Miguel) and the potential landing grounds in Terceira; to secure these harbours and potential landing grounds for our own use; and to secure the Cable Station at Horta.

3. Your force will consist of:—

Two battalions of Royal Marines,  
8th Battalion Argyll and Sutherland Highlanders and attached troops.

Details of this force will be communicated to you separately.

4. You will take immediate command of this force and will be responsible for planning in connection with this operation in conjunction with the naval advisers who have already been detailed by the Admiralty to represent the Naval Commander until such time as the latter joins the expedition. In making your plans you should obtain any information and assistance you may require from the Director of Combined Operations, the Inter-Services Planning Staff, and the Service departments concerned.

5. Command of the operation until your forces are established ashore will be exercised jointly by the Naval and Military Commanders in accordance with paragraph 1 (i) of Chapter 4 of the Manual of Combined Operations, 1938.

6. The forces allotted to this operation may not be sufficient to seize all the islands simultaneously if opposition is encountered. The order of importance of the objectives is as follows:—

- (i) Harbour, seaplane station, and cable station at Horta.
- (ii) Harbour at Ponta del Garda.
- (iii) Potential landing grounds in Terceira.

7. Since this operation will probably be ordered without our being at war with Portugal, it is to be hoped that, unless enemy forces have already succeeded in establishing themselves, the local authorities will submit to the occupation of their islands by British forces when faced with a demand to that effect backed by *force majeure*. As the success of the operation depends on surprise it will not be possible to give any earlier warning of our intention.

8. It is most important that secrecy regarding these projected operations should be preserved and knowledge of the destination of the expedition should be confined to your immediate Staff.

## ANEXO B

5702 1943, noviembre 27. Telegrama de Jordana a Oliveira. Salazar dándole las gracias.

5702

27 noviembre 3

Su Excelencia el Doctor Antonio de  
Oliveira Salazar, Presidente del Consejo de  
Ministros y Ministro de Negocios Extranjeros.  
LISBOA.

POLITICA EXTERIOR

Lo lectura del admirable discurso pronunciado por V.E. con ocasión de la apertura de la Asamblea Nacional me mueve a felicitarle con el mayor entusiasmo y a expresarle el hondo asentimiento que corresponde a la perfecta compenetración y unión cada vez más firme y sólida de nuestros dos países y a la gran coesistencia que los profeso, estimando en todo su valor las palabras que en él he consagrado a España y su política firmemente orientada a compartir con Portugal la posición de imparcial comprensión y de noble elevación espiritual adoptada por los dos pueblos peninsulares fraternamente identificados en los ideales que les movieron al constituir el Bloque Ibérico como un renuncio de paz en esta zona providencialmente alejada de la guerra. Le saluda con el más cordial afecto, JORDANA, Ministro de Asuntos Exteriores.

Comuníquese,

Fonte: Telegrama do Conde de Jordana a Oliveira Salazar, 27/11/1943, Fundación Nacional Francisco Franco – Doc. 5702.

## ANEXO C



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

GABINETE DO PRESIDENTE

Lisboa, 27 de Julho de 1941.

Senhor Presidente

Foi-me particularmente grato receber a carta de V.Ex<sup>sa</sup>. e tomar conhecimento, por exposição directa vinda das mãos de V.Ex<sup>sa</sup>., dos sentimentos dos Estados Unidos e do seu Governo para com Portugal e da sua exacta posição quanto a territorios portugueses do Atlantico nas suas relações com a segurança da America do Norte.

Recusei-me sempre a crer que em quaisquer declarações de V.Ex<sup>sa</sup>. se devesse vêr necessariamente o desconhecimento dos direitos soberanos de Portugal ou a velada intenção de os violar em determinadas circunstancias. Mas não tendo sido bem posto a claro o verdadeiro sentido das afirmações de V.Ex<sup>sa</sup>. no seu discurso de 27 de maio, ficou no espirito de muitos uma